

KARINA SASSI

**DO PARADOXO POLÍTICO ÀS SUBJETIVIDADES CONTEMPORÂNEAS:
COSTURAS PSICANALÍTICAS SOBRE O SEQUESTRO DA PALAVRA NA
MEDIÇÃO DAS DIFERENÇAS**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicanálise do Programa de Pós-Graduação em Psicanálise: Clínica e Cultura. Instituto de Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Rose Gurski

Linha de Pesquisa: Inconsciente e Cultura

Porto Alegre
2019

Nome: Sassi, Karina.

Título: Do paradoxo político às subjetividades contemporâneas: costuras psicanalíticas sobre o sequestro da palavra na mediação das diferenças

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicanálise do Programa de Pós-Graduação em Psicanálise: Clínica e Cultura. Instituto de Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aprovado em ____ / ____ / ____.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Amadeu de Oliveira Weinmann
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Profa. Dra. Cláudia Luiza Caimi
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Profa. Dra. Cláudia Maria Perrone
Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

Profa. Dra. Roselene Ricachenevsky Gurski (Orientadora)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Rose Gurski, que tornou possível a realização desta pesquisa.

Ao PPG em Psicanálise: clínica e cultura e a todos os professores com os quais tive a oportunidade de me encontrar.

Ao Núcleo de Psicanálise, Educação e Cultura da UFRGS, principalmente aos queridos colegas do grupo de pesquisa do Eixo III: Psicanálise, educação, adolescência e socioeducação.

À Associação Psicanalítica de Porto Alegre, e a todos aqueles que têm me acompanhado neste percurso do pensar, participando, assim, de minha construção enquanto Psicanalista.

À minha família e ao meu querido Diego Grando, que tem me acompanhado nessa loucura que é viver e escrever uma dissertação.

A todos os meus queridos amigos e amigas, em especial os que me ajudaram a manter a sanidade nessa trajetória: Matheus Rehfeld Simon, Aline Martins Disconsi, Lisiane Molina Leffa, Léo Karam Tietboehl, Leonardo Zimmer Saldanha, Camila Schmidt, Bruna Portal Ceconello, José Stona, Taiasmin Ohnmacht e Rafael Cavalheiro.

À minha analista, que deu espaço para que minha insanidade, meus devaneios e minhas angústias também tivessem vez e lugar.

À querida banca de defesa, que escolhi com muito carinho para endereçar este escrito: Amadeu de Oliveira Weinmann, Cláudia Luíza Caími e Cláudia Maria Perrone.

posso omitir os pronomes em português
e não dizer quem é o sujeito da ação
eu gosto de omitir os pronomes em português
e criar essa confusão
muitas vezes a gente não sabe quem é o responsável pelas coisas
e dizer isso com a linguagem
ajuda a pensar
se uso um verbo como “*disse*” sem pronome para definir
então
o sujeito da ação pode ser tanto *ele disse*
quanto *você disse* quanto *ela disse*
quanto *eu disse*
assim poderia manter uma suspensão
sobre quem disse o quê
e quem fez o quê
afinal
quem disse o quê? você pergunta
mas vai saber
é provável que todo mundo fuja pouco a pouco
o que é bem normal
discretamente tudo vai se eclipsando
ela disse
mas afinal quem foi o responsável?

Marília Garcia, *Blind Light*

RESUMO

Esta pesquisa foi desenvolvida a partir da análise das tramas discursivas que vêm estruturando o campo político brasileiro desde 2013, situando-se nos limiares ambíguos que compõem o laço social contemporâneo. O recorte temporal escolhido para a análise tem início com as narrativas políticas sobre as jornadas de junho e se esgota na última eleição presidencial, em outubro de 2018. A forma como tais acontecimentos históricos são testemunhados ao longo do texto não acompanha sua linearidade temporal, configurando-se como uma escrita-testemunho composta por diferentes texturas de linguagem, desde a prosa acadêmica até fragmentos poéticos, crônicas, imagens e notas recolhidas ao longo do período de pesquisa. Baseada no ensaio-*flânerie*, metodologia de pesquisa em Psicanálise desenvolvida por Gurski (2008), essa experiência de escuta e de escrita é desencadeada pelo encontro com a imagem fotográfica feita no dia da votação do processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, em 2016. A fotografia mostra dois muros construídos diante do Congresso Nacional, separando favoráveis e contrários ao governo. À época, ouvia-se com frequência reduzirem os sujeitos a suas posições ocupadas na fotografia: os “coxinhas” e os “petralhas”. Tais nomeações parecem marcar o início dos entraves ao diálogo, sendo reveladoras de uma estereotipia discursiva categorizante, capaz de reduzir toda e qualquer complexidade a meros signos linguísticos. Para dar conta de falar sobre tais abreviações narrativas, cunhamos o termo “discursos econômicos”, que se refere à tendência contemporânea ao empuxo binário das categorizações reducionistas. Surgem, então, questões interessantes para serem problematizadas acerca do atual cenário político brasileiro: o que acontece quando as narrativas se tornam curtos-circuitos, trajetos programados pelas vias da tautologia ou da crença? Tem sido possível abrir espaços para duvidar do que nos convoca a “significar com pressa”? Por que tem sido tão difícil falar sobre o político, atualmente, sem que se pressuponham vinculações unívocas à direita ou à esquerda, ou a determinados partidos? Ideologias muradas, sujeitos seduzidos pelos jogos de poder, lutas políticas que acabam legitimando aquilo mesmo que se propõem a combater, diálogos que mais parecem monólogos coletivos. Como a Psicanálise pode nos ajudar a encontrar caminhos possíveis para pensar tais tensões e polarizações?

Palavras-chave: Psicanálise; política; discurso; polarização.

ABSTRACT

This research was developed based on the analysis of discursive structures that have been configuring the Brazilian political field since 2013, being situated in the ambiguous thresholds that make up contemporary social ties. The period selected for the analysis starts with the political narratives about the June journeys and ends in the last presidential election, in October 2018. The way such historical events are witnessed throughout this writing does not follow their temporal linearity; this text is thus configured as testimony writing composed by different language textures, from academic prose to poetic fragments, op-ed pieces, images, and notes gathered during the time of this research. Based on the *flânerie* essay, research methodology in Psychoanalysis developed by Gurski (2008), this listening and writing experience was triggered by the encounter with the photograph taken on the day the impeachment process of President Dilma Rousseff was voted, in 2016. The photograph shows two walls built in front of the National Congress, separating those supporting the government and those who were against it. At the time, one could often hear individuals being reduced to their positions in the photograph: *coxinhas* and *petralhas*. Such definitions seem to mark the beginning of hindrances to dialogue, revealing a categorizing discourse stereotypy, which can reduce all complexity to mere linguistic signs. To be able to talk about such narrative abbreviations, we have created the term "economic discourses", which refers to the contemporary trend towards the binary thrust of reductionist categorizations. Interesting issues to be discussed concerning the current Brazilian political scenario then arise: what happens when narratives become short-circuits, pathways designed by the routes of either tautology or belief? Has it been possible to open up spaces to doubt what urges us to "hurriedly signify"? Why has it been so difficult to talk about politics currently, without entailing assumptions of univocal affiliation to right or left, or to certain political parties? Walled ideologies, individuals seduced by power plays, political struggles that end up legitimizing what they were first set out to combat, dialogues that seem more like collective monologues. How can Psychoanalysis help us find possible ways to think about such tensions and polarizations?

Keywords: Psychoanalysis; politics; discourse; polarization.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Muro em Brasília.....	9
Figura 2. <i>Brasília a pé</i> , Clarissa Tossin.....	21
Figura 3. Comentários de notícia sobre liberdade de expressão.....	29
Figura 4. Comentários de notícia sobre liberdade de expressão.....	30
Figura 5. Piquenique na fronteira, JR.....	46
Figura 6. Kikito: umolhar sobre o muro, JR.....	46
Figura 7. <i>Cartoon</i> de Alberto Montt.....	54
Figura 8. <i>Especular</i> , Maurits Cornelis Escher.....	55
Figura 9. Comentários sobre notícia no <i>facebook</i>	62
Figura 10. Comentários sobre notícia no <i>facebook</i>	63
Figura 11. <i>Preenchimento do plano II</i> , Maurits Cornelis Escher.....	66
Figura 12. Comentários sobre notícia no <i>facebook</i>	67
Figura 13. Comentários sobre notícia no <i>facebook</i>	68
Figura 14. Comentários sobre notícia no <i>facebook</i>	69
Figura 15. Máscaras em 2013.....	88
Figura 16. Muro em Brasília revisitado.....	100

SUMÁRIO

1	DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS: MUROS DE LINGUAGEM, VIAS DE MÃO ÚNICA.....	10
2	DAS FORMAS DE INVESTIGAR: A <i>FLÂNERIE</i> COMO METODOLOGIA DE PESQUISA EM PSICANÁLISE E POLÍTICA.....	15
2.1	DESVIO.....	21
3	DO PARADOXO POLÍTICO: UM ENCONTRO COM A PSICANÁLISE.....	25
4	DO PARADOXO DA LINGUAGEM.....	36
4.1	LINGUAGENS-SIGNO: FORMAS SEM FUNÇÃO.....	38
4.2	DISCURSOS ECONÔMICOS: DO CIRCUITO PULSIONAL AOS ENGAJAMENTOS AFETIVOS.....	48
4.3	CURTOS-CIRCUITOS: DISCURSOS E MOLDES.....	53
4.4	NARRATIVAS ABREVIADAS: NOS ESPAÇOS PREENCHIDOS NÃO HÁ VAZIO.....	62
5	DO PARADOXO IDENTIFICATÓRIO.....	70
5.1	IDENTIDADE E IDENTIFICAÇÃO: ESPELHO, NARCISISMO E (IN)DIFERENÇA.....	76
5.2	NOMEAÇÃO, ESTEREÓTIPO E PREDICAÇÃO.....	83
6	DO PARADOXO DA IMAGEM.....	91
6.1	TAUTOLOGIA, CRENÇA, A IMAGEM DIALÉTICA E A SUSPENSÃO TEMPORAL.....	92
7	DESPERTAR: POÉTICA DO CONCLUIR.....	102
	REFERÊNCIAS.....	106



Figura 1. Muro em Brasília¹

Caminhamos através de muros espessos e macios, e todas as vozes que saltavam de um ponto a outro na gaiola do ar andam agora em liberdade no interior das paredes brancas unidas sem poros nem lacunas.

Robert Musil, *O homem sem qualidades*

¹ Fonte: Varella, J. (Agência Brasil). (2016, abril 19). Muro em Brasília. 1 fotografia, color. In Oliveira, T. Polarização política, reflexo de uma sociedade murada. *Carta Capital*.

Em 2016, às vésperas da votação do processo de *impeachment*, as capas dos principais jornais do Brasil exibiram imagens, bastante compartilhadas nas redes sociais, dos dois muros construídos diante do Congresso Nacional, separando favoráveis e contrários ao governo. Os muros foram construídos com quatrocentos e oitenta chapas metálicas de dois metros e vinte e cinco de altura, com um quilômetro de extensão. Essa imagem capturou meu olhar e minha escuta e, para pensá-la, trarei algumas questões evocadas por Georges Didi-Huberman (1998) no livro *O que vemos, o que nos olha* e o conceito de imagem dialética desenvolvido por Walter Benjamin (2009) no livro *Passagens*.

As pessoas que compunham os “lados” que vemos na fotografia foram nomeadas como “coxinhas” ou “petralhas” durante as manifestações pró e contra o *impeachment*. Tais lados foram tomando formas polares, marcadas por contornos espessos, e as narrativas que circulavam em seu interior ecoavam vociferações repetitivas e estereotipadas. Desde então, percebemos que as tentativas de comunicação entre polos vêm colocando em evidência certos entraves à circulação da palavra, passando a reduzir as pautas políticas e sociais em “direita” e “esquerda”, “petismo” e “antipetismo”, ou ainda, “comunismo” e “fascismo”. Christian Dunker, em entrevista à revista Carta Capital, comenta sobre essas polarizações: “Você é identificado como coxinha ou petralha e, a partir disso, é objeto de monólogo. Você não consegue mais responder de outra posição. É um sintoma, como dizemos na psicanálise, dessa estratégia de vida baseada no muro” (“Polarização política,” 2016).

Ainda siderada pela imagem do “muro do *impeachment*”, pensei em escrever sobre a polarização política como ponto central do meu tema de pesquisa. Porém, a interrogação de Didi-Huberman direcionou minha atenção para a seguinte perspectiva: o que, afinal, nos olha? O que tem retornado dessa imagem parece ir além dos antagonismos partidários ou ideológicos que capturam o olhar quando nos colocamos diante da fotografia. Segundo Didi-Huberman (1998), a imagem convida o observador a narrar uma história a partir do que retorna daquilo que é visto. Diz haver nesse jogo/movimento um espaço que se cria e que inquieta, que ele irá denominar: entre. É nesse “entre” que situaremos essa pesquisa, justamente no percurso de ver e ouvir a partir do que se dá a ver. Como coloca o autor:

O ato de ver não é o ato de uma máquina de perceber o real enquanto composto de evidências tautológicas. . . . Dar a ver é sempre inquietar o ver, em seu ato, em seu sujeito. Ver é sempre uma operação de sujeito, portanto uma operação fendida, inquieta, agitada, aberta, entre aquele que olha e aquilo que é olhado. (Didi-Huberman, 1998, p. 77)

Esse lugar “entre” relaciona-se com a posição sustentada por Walter Benjamin ao longo de suas investigações e ensaios. Sua obra fragmentada traça, por entre realidades totalmente díspares, correspondências e similitudes que não podem ser vistas a olho nu (Barrento, 2013). O que o filósofo põe em relevo são as sobras daquilo que escapa a um primeiro olhar, ou, aquilo que foge à dialética do ver. É lá, onde se constelam ambiguidades, paradoxos e tudo aquilo que não encontra síntese devido a sua complexidade, que Benjamin nos lança convites ao pensamento.

Ao levar tudo que é ambíguo ao seu limite, Benjamin revela-se como um pensador de limiar, um “pensador de fronteira” (Barrento, 2013, p. 19). Não podemos deixar de mencionar que a época na qual escrevia fazia correspondência com o início do século XX, com a Segunda Guerra e com as polarizadas tensões entre o nazi-fascismo e o comunismo. Na época, Benjamin descrevia-se como dissidente e sem filiação partidária, e em seus escritos nos parece ter deixado a mensagem de que a imaginação e a invenção política não deveriam se deixar solapar às custas do esquadrinhamento fabril que partidos políticos muitas vezes impõem.

Não apenas Benjamin demonstrava essa posição desviante, de limiar, nesse tempo. Outro importante pensador, Ernest Bloch, publicava, em 1935, *A herança deste tempo*, lançando um olhar não para a direita que se arquitetava no terror totalitário do partido escancaradamente fascista de Adolf Hitler, mas sim, para as esquerdas e seus enigmas (Barrento, 2013). “Os nazis falam mentiras, mas para pessoas; os comunistas falam absolutamente verdades, mas apenas de coisas,” e “servem-se também, muitas vezes, de chavões repetidos até a exaustão” (Bloch, como citado em Barrento, 2013, p. 61). Ao atentar para as repetições, os chavões, Bloch passa a dar mais atenção para a linguagem: “O que se impõe aqui, neste momento, é a reforma da linguagem e da propaganda: reforma da cabeça, que não pode imbecilizar-se nem empedernir” (Bloch, como citado em Barrento, 2013, p. 61).

Atenção semelhante à linguagem também fora dada por Benjamin, mas anos antes. Em *Sobre a linguagem em geral e a linguagem do homem*, escrito em 1916, lança um olhar sensível para a linguagem, preocupando-se em mostrar que quando ela sofre deformações, e as palavras passam a ficar condensadas em signos linguísticos, algo de sua essência, indispensável às relações humanas e suas trocas, se perde. A “essência linguística” (Benjamin, [1916] 2013, p. 53) se reduziria a uma linguagem restrita a comunicar, e comunicar nem sempre se relaciona a uma troca.

Também Lacan olha para a questão linguística, quando rompe com os psicanalistas de sua época, que passavam restringir a escuta a categorizações estereotipadas e à adaptação dos

sujeitos à norma. No conhecido Discurso de Roma, Lacan ([1953] 1998a), em tom de manifesto, resgata o lugar central da linguagem na teoria psicanalítica. Cunha os termos “muro de linguagem” e “linguagem-signo” para dar conta de falar sobre as deformações linguísticas imaginárias que nos assujeitam a rótulos, nos alienam a certos discursos e nos prendem em bolhas monolíticas ilusórias. Tudo que tende ao signo reduziria a polissemia da palavra, aniquilaria a inventividade metafórica e transformaria a cadeia significante em cadeia significada.

Grande parte das cenas que compõem o mal-estar atual traz um enredo de narrativas abreviadas, que nos parecem próximas às concepções lacanianas sobre muros de linguagem e linguagem-signo (Lacan, [1953] 1998a). Assim, parece-nos relevante capturá-las para decompô-las, buscando, com isso, uma forma de ver e ouvir as ressonâncias das polarizações. Estamos experimentando um certo totalitarismo de linguagem, uma colagem do significante ao significado, que parece operar de forma parecida com a dos reducionismos mencionados anteriormente, “coxinha” e “petralha”.

Tal situação nos faz lembrar da “novilíngua”, idioma fictício criado pelo governo autoritário do livro *1984*, de George Orwell. Nessa obra de ficção distópica, a novilíngua não foi desenvolvida para criar novas palavras, mas para condensá-las, removendo delas seu potencial polissêmico. A ficção de Orwell, nesse sentido, toca em três elementos interessantes: a manipulação da verdade, a manipulação da linguagem e a demonização de adversários reais ou imaginários (Barreto, 2015).

No contexto político atual, as palavras têm se tornado repetitivas, desgastadas, passando a encurtar a busca por significações. O efeito é de paralisia, uma prisão a discursos e palavras com significações estabelecidas. Maria Rita Kehl (2004) nomeia como totalitárias as formações discursivas que apresentam tais características. Para a autora, isso se dá quando as significações que participam do laço social estão tão fechadas que não há lugar para a criação, tampouco para o pensamento. Nos parece justamente isso o que tem se destacado nesse contexto: uma incapacidade metafórica e metonímica, onde prevalece o “é o que é” (Kehl, 2004, p. 87), e a informação não mobiliza o pensamento.

Nesse sentido, como pensar as formações totalitárias que vêm se configurando enquanto força resultante desses binarismos? Ou, ainda, como pensar a convivência democrática quando a dimensão das significações se torna rígida a ponto de transformar diálogos em monólogos? Como a Psicanálise pode nos ajudar a pensar esse cenário?

Para desdobrar as questões relativas “ao que vemos e o que nos olha” por entre os muros das polarizações, lançaremos mão da proposta metodológica de escrita e investigação

ensaio-*flânerie*, que resulta de três questões: da *flânerie* como um modo de ver e investigar, do ensaio como *janela da escrita* e da experiência enquanto forma de escutar e produzir polissemia frente aos fechamentos de sentido (Gurski, 2008).

A posição do *flâneur* e a escrita ensaística serão as formas escolhida para, através da Psicanálise, escutar as sobras e abrir passagens nos muros erguidos. Se a Psicanálise, enquanto proposta discursiva, encontra-se no âmbito do fazer falar, de promover a circulação da palavra, é através dela que se faz possível a suspensão dos saberes a fim de olhar o que está para além do que vemos e escutamos.

Utilizaremos algumas produções culturais que evocam nuances do laço social atual, dentre elas, fragmentos de notícias presentes nas mídias eletrônicas e os comentários que as acompanham, reverberações de acontecimentos contemporâneos nas redes sociais, comentários em *blogs* e *sites* de notícias que mobilizem falas que possam servir de exemplos para essa análise. Além disso, a aposta é trabalhar com as teorias da linguagem nas obras de Jacques Lacan, Walter Benjamin e Roland Barthes, com a noção de paradoxo, com o tema das identidades, com os conceitos e a dimensão ético-política da Psicanálise. Para pensar a fotografia, trabalharemos com os conceitos de imagem crítica em Didi-Huberman e imagem dialética em Walter Benjamin. Além disso, alinhada à proposta do ensaio-*flânerie*, utilizarei notas escritas por mim durante este período de pesquisa, fragmentos de literatura, música, poesia e outras manifestações artísticas.

2 DAS FORMAS DE INVESTIGAR: A *FLÂNERIE* COMO METODOLOGIA DE PESQUISA EM PSICANÁLISE E POLÍTICA

As armadilhas e os paradoxos que surgem quando nos colocamos a falar do contemporâneo e a testemunhar o nosso tempo parecem exigir uma posição mais performática e inventiva do pesquisador. No texto *O que é o contemporâneo?*, Giorgio Agamben (2009) discorre sobre tais questões, alertando que nos darmos conta de que o contemporâneo pode nos devorar é o mínimo que podemos fazer caso tenhamos a pretensão de sermos testemunhas de nosso tempo. Para Agamben, falar sobre a contemporaneidade é permitir-se colocar em uma relação singular com o próprio tempo. Parte do que é ser contemporâneo é a capacidade de manter fixo o olhar nas cenas cotidianas, “mas o que vê quem vê o seu tempo, o sorriso demente do século?” (Agamben, 2009, p. 62)

é difícil olhar as coisas
diretamente
elas são muito luminosas
ou muito escuras³

Como coloca Hannah Arendt ([1974] 2008, p. 9), mesmo em tempos sombrios temos o direito de esperar alguma iluminação; dificilmente saberemos se essa iluminação será uma luz de vela ou uma luz de sol resplandecente, mas isso, seguramente, deve ser uma questão legada à posteridade. “Nada disso é novo” (p. 8), escreve a autora já em 1974, trazendo Sartre e Heidegger, que trinta e quarenta anos antes se dedicaram a pensar sobre o tema. Tampouco pensemos que há algo de tão novo nesse contemporâneo desde onde falamos.

O que se faz necessário ser dito, já de início, e que também parece ser questão para os teóricos que se propuseram a enxergar o seu tempo sem deixar-se por ele cegar, é a dificuldade que se coloca quando a tentativa é falar sobre as questões de nosso tempo, que parecem escapar toda vez que delas nos aproximamos. Talvez seja por isso que Agamben coloca que propor-se a escrever na contemporaneidade é uma questão de coragem:

porque significa ser capaz não apenas de manter fixo o olhar no escuro da época, mas também de perceber nesse escuro uma luz que, dirigida para nós, distancia-se

³ Garcia (2017, p. 27).

infinitamente de nós. Ou ainda: ser pontual num compromisso ao qual se pode apenas faltar” (Agamben, 2009, p. 65).

Por estarmos diante do contemporâneo, que insiste em nos cegar com as luminosas luzes das telas e das enxurradas de informação, é que nos interessa resgatar a figura do *flâneur*. Tal travessia comporta uma posição desviante do pesquisador; por sua complexidade, pelas sombras que podem nos puxar para o fosso de uma escrita melancólica; ou pelas luzes que podem nos cegar, nos seduzindo a um lugar de tudo saber ou de resolução daquilo que não pode ser resumido. Destacamos que é justamente a posição desviante do pesquisador que se deixa afetar pelo seu tempo, mas que precisa se manter em alerta, que se enlaça àquilo que propõe a *flânerie*. A *flânerie* como metodologia de pesquisa foi inaugurada inicialmente nos estudos de Gurski (2008; 2014), sendo nominada de duas formas, como ensaio-*flânerie* (2008; Gurski, no prelo) e, posteriormente, como escuta-*flânerie* (Pires & Gurski, no prelo; Gurski, no prelo).

Ao acompanhar as discussões do grupo de pesquisa sobre tais formas de trabalhar com a *flânerie* enquanto metodologia, encontrei no ensaio-*flânerie* um caminho para a pesquisa que vinha construindo. Pesquisa essa que, num primeiro momento, parecia impossível. Tanto pela rapidez com que a informação surgia, a cada dia uma nova notícia, um novo acontecimento, tanto pelo caráter desafiador de não cair em uma revisão bibliográfica dura que lê a cultura de forma patologizante. Os inúmeros impasses relatados pelas colegas do grupo de pesquisa sobre o trabalho na FASE-RS e os desafios que se colocavam a elas por terem que lidar sempre com o imprevisto e com o impossível da socioeducação⁴ me fizeram pensar, junto com minha orientadora, que lançar mão de tal proposta metodológica no campo da pesquisa em Psicanálise e política poderia revelar-se potente.⁵

Tomar a figura do *flâneur* enquanto método de narrar e pesquisar parte da construção desenvolvida por Gurski (2008), que encontrou tanto no caráter ensaístico desviante de Walter

⁴ O impossível da socioeducação aqui faz referência ao artigo A escuta-*flânerie* como efeito ético-metodológico do encontro entre Psicanálise e Socioeducação, de Rose Gurski (no prelo). A autora faz referência ao impossível do qual fala Freud no Prefácio ao livro de Aichhorn, em 1925. É um impossível que sempre deixa um resto não simbolizável que nos interpela. Ao mesmo tempo que nos desafia, nos movimenta, ao contrário de um impossível que paralisa (Gurski, no prelo).

⁵ A partir da metodologia do ensaio-*flânerie* e da escuta-*flânerie* foi construído um modo de registro do material da experiência com o campo denominado diários de experiência. Conheci o dispositivo ao longo das reuniões do grupo de pesquisa (NUPPEC – Eixo III – Psicanálise, educação, adolescência e socioeducação), quando discutíamos os encontros com os meninos da FASE-RS. A escrita catártica, em forma de anotações, registros escritos de forma simples e de acordo com a associação livre, foi o que inspirou que ao longo da escrita desta dissertação pudessem aparecer minhas anotações, rabiscos e imagens-pensamento, que foram sendo escritos por mim ao longo deste período de pesquisa. Além disso, as notas que compõem o livro *Passagens*, de Walter Benjamin, também me inspiraram a ir fazendo tais registros

Benjamin quanto no uso que o filósofo fez da figura do *flâneur* uma forma singular e inventiva de fazer pesquisa no campo da Psicanálise. A figura do *flâneur* representará aqui a possibilidade de trazer novas perguntas às velhas respostas, ao invés de buscar novas respostas às velhas perguntas, movimento muito próximo ao que fazemos na clínica. E é justamente esse o movimento que consideramos indispensável quando nos colocamos a falar sobre o cenário político brasileiro contemporâneo.

Em Benjamin, a figura do *flâneur* escapa às tentativas languageiras descritivas, e parece ser mais adequado situá-la no campo das ideias. É uma figura/imagem escorregadia, que não se deixa capturar. Benjamin retomou a figura do *flâneur* dos escritos críticos presentes na obra de Baudelaire sobre a modernidade. O *flâneur* representa aquele que consegue tomar a rua como imagem, como um texto a ser lido (Benjamin, [1938] 2017). Para Benjamin, era um personagem de resistência poética que vagueava pelas ruas de Paris, narrando o que via no cenário social. Benjamin foi um dos protagonistas da crítica aos novos modos de subjetivação e, em suas análises, tentou demonstrar o quanto a pobreza da experiência era uma marca da modernidade (Gurski, 2014). Embora o *flâneur*, durante o século XIX, pudesse ser relacionado a uma pessoa, um caminhante, um artista, um boêmio ou um vagabundo, na obra de Benjamin, e já em Baudelaire, ganhou um lugar de destaque.

Esse lugar de destaque parecia ser uma forma de mostrar que era possível inadequar-se em um contexto que começava a se dissolver para tomar formas capazes de acolher uma sociedade industrial e totalizante onde a dimensão temporal, junto com a dimensão da experiência, passaria por mudanças significativas. Na Paris do século XIX, contexto do qual falava Benjamin, “as pessoas conheciam-se umas às outras como devedores e credores, como vendedores e fregueses, como patrão e empregado – e sobretudo conheciam-se como concorrentes” (Benjamin, [1938] 2017, p. 41).

O que mais nos chama atenção nesse trecho é a questão do “conhecer-se”, “categorizar-se”. Nos parece extremamente atual, e revela muito do que as relações virtuais parecem legitimar e promover no contexto do “bate-boca” *online*. As narrativas perdem espaço e dão lugar a abreviações, categorizações e uma certa ilusão de conhecimento de causa.

De acordo com Benjamin, as narrativas são formas artesanais de comunicação; não se restringem a “transmitir o ‘puro em si’ da coisa narrada como uma informação ou um relatório” (Benjamin, [1936] 1987b, p. 205). Citando Paul Valéry, Benjamin chama atenção para as abreviações presentes na narrativa do homem moderno, relacionando a isso a perda da dimensão da experiência: “O homem de hoje não cultiva o que não pode ser abreviado” (Valéry, como citado em Benjamin, [1936] 1987b, p. 206).

A noção de experiência aparece em seu texto *O narrador* como aquilo que se perde quando imposições de sentido e abreviações se presentificam na comunicação. Para o filósofo alemão, experiência é tudo aquilo que pode circunscrever a linguagem no instante no qual as nomeações são faltantes e “as palavras se partem em nossos lábios”, como muito bem define Agamben (como citado em Poli, 2012, p. 14) acerca dessa noção em Benjamin. É um momento por vir, uma pausa, os lábios cerrados antes de emitirem algum som. Instante estendido, um momento de tempo suspenso, tempo suficiente para reparar nas inúmeras possibilidades de sentido.

Qual o espaço para esse tempo que resiste à rapidez dos fechamentos de sentido, atualmente? De que forma uma ferramenta como a rede social, por exemplo, poderia resgatar tal temporalidade ao invés de dissolvê-la?⁶

As abreviações narrativas estão fazendo parte das discussões políticas que vêm acontecendo, principalmente, nas redes sociais. A observação das discursividades e das narrativas nas redes sociais compõe boa parte da montagem dessa pesquisa. Como Benjamin já discutia essa questão em seu tempo, talvez não seja a existência da internet a causa desse empobrecimento discursivo, mas sim o meio de expressão desse fenômeno em nosso tempo. A possibilidade de comentar as notícias compartilhadas por jornais *online* parece convocar que cada um encontre seu “lugar de fala”⁷, abrindo espaço ao universo dos monólogos, às respostas “lacre” e à divisão de grupos que parecem se organizar em uma lógica discursiva polarizada. Com isso, consideramos pertinente a utilização de fragmentos encontrados nas redes sociais como uma das formas de escuta possíveis do laço social contemporâneo.

A *flânerie* como modo de ver e investigar (Gurski, 2014) oferece a possibilidade de narrar em fragmentos, de trabalhar com as imagens de nosso tempo, com os discursos, com o empobrecimento da experiência e com a suspensão das sínteses apressadas. Como forma de escrita, já proposta enquanto método por Gurski (2008), a *flânerie* ancora-se ao ensaio e à Psicanálise como possibilidade de narrativa escrita, sendo essa proposta metodológica nomeada pela autora como ensaio-*flânerie*. Tomando o ensaio como forma, nossa tentativa será a de resgatar o caráter artesanal das narrativas para abrir e tensionar os “discursos

⁶ O texto deste trabalho será composto por inserções de diferentes texturas da palavra: além da prosa acadêmica, serão inseridos fragmentos poéticos, crônicas e anotações da autora, imagens-pensamento que dialogam com o texto escrito, complementando-o.

⁷ Este é um conceito importante, que será desdobrado mais adiante. Foi colocado entre aspas para marcar sua multiplicidade de sentidos, que se desloca de uma significação mais próxima ao eu narcísico, “idêntico a si mesmo”, até significações que restituem alteridade e montam o lugar social desde onde se fala..

econômicos”⁸ e endurecidos, tão presentes atualmente. O ensaio como forma surgiu com Michel de Montaigne no final do século XVI: “o ensaio seria a pesagem exigente, o exame atento mas também o enxame verbal cujo impulso se libera” (Starobinski, 2011, p. 14). Montaigne manteve “os olhos abertos para as desordens do mundo” (Starobinski, 2011, p. 18):

Soube ver perfeitamente que . . . a realidade evidente à qual urge se acomodar é constituída pelo conflito violento entre adeptos de crenças e partidos antagonistas. . . . Ele se engajou no campo do Rei e dos católicos mas sem se deixar cegar para os excessos de seu próprio partido, e sem romper com Henrique de Navarra e os protestantes. Muitos intelectuais hoje, para quem o engajamento consiste em assinar manifestos e em ir sem grandes riscos para as ruas, não souberam dar provas da mesma equidade. . . . Montaigne, escrevendo, queria reter algo da voz viva, e sabia que *a palavra é metade de quem fala e metade de quem a ouve*. [grifos no original] (Starobinski, 2011, p. 18)

Nesse sentido, para a realização dessa pesquisa, foi muito pertinente prestar atenção na palavra, na fala, na linguagem e nos discursos. Esses quatro elementos também foram os eixos centrais da criação e recriação da teoria psicanalítica até então. Primeiro, com Freud, ao considerar fundamental para a teoria psicanalítica a associação livre. A partir da associação livre, Freud constatou a importância da fala na direção da cura de suas pacientes histéricas. Foi também através da fala que pôde construir e formular hipóteses sobre a constituição subjetiva. Ao analisar a cultura, destacou a importância de olhar para a constituição do eu, considerando-a um ponto fundamental para a análise do social. Essa relação aparece em *O mal-estar na cultura* ([1930] 2011) e em *Psicologia das massas e análise do eu* ([1921] 2016), textos em que Freud retoma aspectos da constituição do eu para pensar o coletivo.

Em *Psicologia das massas e análise do eu*, propõe um diálogo com alguns autores do final do século XIX, como Le Bon e McDougall, concordando com suas visões e colocando de forma categórica a importância de pensar os movimentos de massa levando em consideração o inconsciente e os processos identificatórios na constituição psíquica (Freud, [1921] 2016). Lacan também vai por essa linha quando propõe a troca da palavra indivíduo, utilizada por Freud, pela noção de sujeito dividido, salientando a dimensão inconsciente que está presente tanto no âmbito particular quanto no coletivo (Lacan, [1953] 1998a, p. 293).

O método psicanalítico, portanto, leva em consideração tanto a dimensão subjetiva do sujeito quanto a pertinência de olhar para enunciado e enunciação presentes no discurso. Lacan ([1953] 1998a) amplia ainda mais a importância do discurso e propõe uma relação

⁸ Expressão cunhada pela autora que se refere à economia pulsional e será desenvolvida mais adiante.

dialética com a linguística, apropriando-se de alguns termos e subvertendo-os ao mesmo tempo. Fez isso com a noção de signo, desenvolvida na teoria linguística de Ferdinand de Saussure, estabelecendo a supremacia do significante sobre o significado. Sublinhou a importância da polissemia do significante e da quebra sígnica como operação necessária para o encontro do sujeito com o seu desejo. Portanto, o que rege a pesquisa psicanalítica está no campo do significante, e não do signo.

O laço social é um campo imagético, composto por imagens e signos com significações estabelecidas, que organizam a convivência mútua. Sabemos, ao olhar uma placa de trânsito, por exemplo, quando não podemos avançar. Esse é o conhecimento que o signo oferece, um atalho de pensamento que por vezes é útil, mas a que precisamos estar atentos: “esse conhecimento trazido pelo signo é, antes de mais nada, pressuposição, algo intuído de acordo com uma determinada lógica, que pode ser dedutiva, indutiva, etc.” (Iribarry, 2003, p. 121). Como já nos disse Lacan, o laço social pressupõe uma convivência construída discursivamente, estruturada através da linguagem. Uma linguagem-signo, portanto, pode colocar o sujeito diante de uma impossibilidade dialética.

A *flânerie*, nesse caso, se enlaça ao método psicanalítico, que tem como proposta a atenção flutuante como função primordial da escuta (Gurski & Strzykowski, 2018a). Portanto, por considerarmos a complexidade e os impasses do contexto trazido, a proposta metodológica se dará pela via do desvio, da *flânerie*. Uma proposta que se pauta na ética psicanalítica por sustentar um lugar de falta-a-ser.

Traremos, então, a posição do pesquisador-*flâneur* como aquele que vê, escuta e sublinha aquilo que insiste em permanecer velado, buscando, assim, um gesto de desvio. Para tal travessia, pautada na ética psicanalítica, traremos a *flânerie* não só como uma direção do olhar e da investigação, mas também como testemunho. A *flânerie* como testemunho buscará tornar possível uma escrita-ensaio sobre esses excessos que têm abafado a palavra livre. Levando em consideração que estamos cada vez mais cercados por muros sem poros ou lacunas, por que não buscar, então, suspender o tempo e desviar daquilo que apressa como forma de (re)existir?

2.1 DESVIO



Figura 2. *Brasília a pé*, Clarissa Tossin⁹

Fotografia feita pela artista Clarissa Tossin, a obra nomeada *Brasília a pé* tensiona as formas determinadas presentes no espaço urbano. As linhas que vemos foram criadas por pedestres que precisavam atravessar essa área, projetada exclusivamente para circulação de carros. Andar por trajetos que não foram programados é o que trago para pensar essa imagem. Como encontrar desvios?

⁹ Tossin, C. (2009). *Brasília by foot / Brasília a pé*. 1 fotografia, color.

13/01/2019

Embora já tivesse usado tanto a fotografia de Clarissa quanto me lançado essa pergunta ainda em meu projeto de mestrado, retomando-as agora, encontro-me com o que pode ter sido o motivo pelo qual as usei. Penso que quando escrevi o projeto, embora pensasse estar encontrando desvios, abrindo novos caminhos de enunciação para o mal-estar político, talvez o que eu estivesse fazendo era só caminhar por cima das linhas já tracejadas e abertas que estavam respondendo a minha angústia naquele momento. Os pedestres que abriram os caminhos com o seu pisotear para legitimar sua existência num lugar não pensado para isso fizeram resistência, mesmo que de forma não intencional. Afinal, a captura fotográfica feita pela artista só foi possível por isso. Mas, seguir caminhando pelas estradinhas feitas, que desvio haveria nisso? Como mudar aquilo que estrutura a configuração das cidades, por exemplo? Ao tentar dizer que precisávamos buscar os desvios, eu mesma acabei “andando nos trilhos”.

Em função da quantidade de informação, vinda de todos os lados, novos artigos, novos livros, textões de facebook – escritos também por aqueles que estavam publicando os artigos e os livros –, notícias, vídeos, entrevistas, palestras, acabei atendo-me mais em tentar achar respostas e soluções para os problemas. Quase caí naquilo mesmo que estava propondo criticar, encontrar resposta única, de forma categórica, quase binária, para concluir alguma coisa no final. Então, o que quero dizer é que, ainda que pensemos que estamos desviando ou nos desalienando de algo, ainda assim, isso pode ser pura ilusão. O que eu quase fiz foi uma dissertação que sustentasse uma série de enunciados que passaram a ser escritos para dar conta de explicar o campo político e seus impasses. E, desde o início, isso era justamente o que eu não tinha a intenção de fazer.

Atribuo esse giro de olhar e de discurso à metodologia que segui para estar agora aqui escrevendo sobre essas coisas que quase fiz. Falando de forma bem simples e nada acadêmica: como foi seguir a metodologia do ensaio-flanêrie? Foi poder articular aquilo que é a atenção flutuante, o reconhecimento da falta, os não saberes (e foram milhares deles) com algo que sem dúvida nos faz sair do lugar. Articular a escuta psicanalítica com o vaguear do flâneur me fez ter vontade de ir pra rua, de sair pra caminhar, passear pelas manifestações que ocorriam sistematicamente ora por um motivo, ora por outro; o que me possibilitou usar meus rabiscos, notas que escrevia mesmo quando o pensamento ainda vinha desorganizado (e quando que não vem?), de conversar com as pessoas, de falar sobre minha pesquisa, de escutar críticas e de encontrar interlocutores muito legais que levarei com carinho. Me

possibilitou sair do lugar, me interrogar, achar que tinha certeza e depois ver que não era bem assim. Ler um bocado de notícias online e os inúmeros comentários que as seguiam sem pitar. Usar minhas leituras de poemas, ensaios e ficções, me arriscar a escrever um poema para dar conta daquilo que não consegui dizer de outra forma.

No fim das contas, penso que a ideia de “flanar por aí”, pelas ruas, pelo universo online, pelos livros, foi mesmo o que conferiu o teor psicanalítico desta pesquisa. Porque uma pesquisa em Psicanálise não tem nada a ver com aplicar a teoria psicanalítica aos fenômenos subjetivos e sociais, mas sim, abrir espaço para a experiência analítica de encontrar-se com a linguagem, com as fissuras do tempo, e com os rastros de passado e presente que aparecem numa sucessão de eventos.

Ao reler esse texto-memória, lembrei-me de *Lembrar, escrever, esquecer*, de Jeanne Marie Gagnebin (2006). A partir de Paul Ricœur e Walter Benjamin, ela fala sobre a forma com que esses dois autores trabalhavam com os rastros e os deslocamentos. Como uma espécie de método, eles o faziam com a intenção de levar as ambiguidades ao seu limite¹⁰. Esse é o legado que ambos nos deixam quando nos colocamos a trabalhar com tudo aquilo que diz respeito à História. Embora ainda estejamos falando sobre um recorte de história recente nesta pesquisa, as conceitualizações e o método proposto por esses autores se mostram muito atuais e pertinentes quando a ideia é tentar sustentar o espaço para o pensamento crítico. Pensamento esse que sucumbe e faz resistência às formas rápidas de associação de sentido. Trabalhar com a ambiguidade presente nas discussões atuais no laço social contemporâneo, bem como com o paradoxo que as mesmas fundam, é uma aposta de tornar potente o que parece morto.

Assinalar a responsabilidade ética da história ou do historiador . . . significa levar a sério e tentar pensar até o limite, essa preciosa ambiguidade do próprio conceito de história, em que se ligam, indissociavelmente, o agir e o falar humanos: em particular a criatividade narrativa e a inventividade prática. [grifo nosso] (Gagnebin, 2006, p. 43)

E por que não a do pesquisador psicanalista?

As posições sustentadas tanto por Benjamin quanto por Ricœur tendem a levar suas questões ao limite, a operar por deslocamentos do que é passível de ser narrado, contado,

¹⁰ Essa condição é o que compõe a noção de imagem dialética, desenvolvida por Walter Benjamin no livro *Passagens*, aparecendo também em outras de suas obras. Este é um conceito importante para essa pesquisa e será trabalhado no capítulo 6.

historicizado e a reivindicar outras dimensões tanto da linguagem como da verdade. Ao trabalhar com a História, a dimensão de atentar ao detalhe, ao rastro, são pontos preciosos e necessários para ambos. Mas o que seria um rastro, nesse sentido? Gagnebin (2006, p. 44) comenta que esse conceito remete à memória: “na tradição filosófica e psicológica, foi sempre uma dessas noções preciosas e complexas . . . que procuram manter juntas a presença do ausente e a ausência da presença”. Um rastro, um detalhe, embora importante, também é, de certa forma, tão complexo que pode ser facilmente apagado ou deixado de lado se entendemos que a tendência da economia psíquica é seguir um caminho mais apazível, sem muitos desvios ou complexidades.

De certa forma, podemos dizer que as propostas de Benjamin e Ricœur convocam atenção e olhar para essa questão. Fazendo relação com a posição de testemunho do *flâneur*, o rastro é aquilo que ele recolhe em sua errância. Seu caminhar, que faz pausas no fluxo, traz consigo uma ética que se aproxima da Psicanálise nesse ponto: recolher um resto, seguir os rastros, sublinhar uma palavra e levá-la até o limite de sua condição ambígua, significativa. Como coloca Gagnebin (2006), isso remete à sutileza do gesto, à fragilidade do mínimo detalhe, e nos leva para a percepção do que há de paradoxal quando nos propomos a ocupar essa posição diante da história.

Nesse livro, a autora faz menção à posição do historiador, mas, aqui, propomos também uma relação com a função e a posição do pesquisador que se propõe à nebulosa investigação no campo político através da Psicanálise. “É necessário lutar contra o esquecimento e a denegação, lutar em suma contra a mentira, mas sem cair em uma definição dogmática de verdade” (Gagnebin, 2006, p. 44). Atentar aos riscos de cair em definições dogmáticas talvez seja um dos maiores desafios que se colocam nesse percurso de pesquisa e de escrita. A proposta do desvio, da errância e do reconhecimento dos paradoxos que aparecem em toda informação, narrativa e discurso é chave fundamental para a abertura de possibilidades e de um fazer político que não se enforca em seus próprios enredos sacros e dogmáticos.

3 DO PARADOXO POLÍTICO: UM ENCONTRO COM A PSICANÁLISE

Por que tem sido tão difícil falar sobre o político, atualmente, sem que se pressuponha que político é uma posição, concepção de pensamento ou ato que se vincula univocamente a direita ou esquerda, ou a apoiar este ou aquele partido político? A proposta de trabalhar o político com a Psicanálise nesta pesquisa tem justamente a intenção de provocar esse tensionamento. Para fazê-lo, optamos por trazer para o centro da cena o conceito de ética em Psicanálise. Na mesma direção na qual falamos no capítulo anterior, pensamos que a ética psicanalítica como metodologia de pesquisa no campo da cultura relaciona-se ao político em si, justamente por ter como fundamento principal a sustentação da falta e a mediação das diferenças através da palavra. Assim, quando enunciamos **político** a partir da Psicanálise, não o estamos relacionando de antemão a bandeiras, partidos, ou formas de reivindicação que se encontram circunscritas a lógicas e estruturas de poder.

Mas, como colocam Laclau e Mouffe (2004), é sempre da ordem do impossível dizer que as relações que compõem o campo político escapam às relações de poder. De toda forma, é mesmo desse impossível que queremos falar. Aos famosos três ofícios impossíveis mencionados por Freud em *Prefácio à Juventude Desorientada, de Aichhorn* ([1925] 2006) e *Análise terminável e interminável* ([1937] 1980), governar, educar e analisar, associaremos aqui dois pontos importantes deste capítulo: acolher a dimensão do impossível como forma de criar imaginação política e sublinhar a importância de uma ética que tenha como principal fundamento a sustentação da falta e da diferença. Complementarmente, esses dois pontos fazem laço e nó nas tramas soltas das narrativas que compõem e estruturam o social.

Mireille Cifali (2009) retoma uma pergunta feita por Eugène Enriquez que nos parece pertinente para que sigamos pensando sobre isso: por que traçar um paralelo entre esses três ofícios, especificamente? Uma das razões apontadas por Enriquez é a de que são precisamente esses os ofícios que explicitam de forma nua as relações de poder entre os sujeitos, um poder que se caracteriza pela não mediação pela palavra. A complexidade que se coloca ao adentrarmos nesses ofícios é justamente o motivo pelo qual carregam tal nomeação: impossível. Conforme coloca Cifali (2009), são esses os ofícios que nos convidam a extrapolar as leis e acabar abusando do lugar que nos é conferido. O professor, o governante e o analista, ao não se encontrarem com o interdito e com a lei, podem causar sérios danos. Com isso, poder e autoridade, nesses três ofícios, precisam ser colocados em questão.

Dessa forma, propomos aqui resgatar da palavra “política(o)” seu potencial polissêmico. O que pode e o que autoriza a palavra? Consideraremos correspondentes à

política(o) as estruturas e formas que organizam uma coletividade, o conjunto de meios que regulamentam as relações, aquilo que medeia o viver junto, as “diferentes maneiras de governar” (Goldenberg, 2006, p. 9) ou, ainda, a gestão dos conflitos e da violência através da linguagem (Weinmann, 2018). Esse aspecto moebiano entre Psicanálise e política, que há muito já está colocado – inclusive o vemos em Freud, mesmo que de forma mais assintótica – ainda hoje corre o risco de passar despercebido (Goldenberg, 2006). Se o analista é aquele que lida, necessariamente, com “os problemas da escolha e da liberdade” (Goldenberg, 2006, p. 9), não seria a política inerente à Psicanálise?

Freud inicia os estudos que o levam à Psicanálise antes da Primeira Guerra Mundial. Contemporâneo a esse momento histórico de barbárie e morte, publica, em 1915, *Considerações atuais sobre Guerra e morte*; em 1921, *Psicologia das massas e análise do eu*; em 1927, *O futuro de uma ilusão*; em 1930, *O mal-estar na cultura*; em 1939, *Moisés e o monoteísmo*, entre outros escritos em que, grosso modo, propõe pensar as afetações entre as dimensões social e individual. Transforma aquilo que está permeando o laço social de seu tempo em objeto de pesquisa e indagação acerca da inserção do sujeito no meio do qual participa.

Para isso, Freud buscou respaldo na mitologia, na história das civilizações, na arte, na literatura, na filosofia, e, em certa medida, também na sociologia e na pedagogia (Goldenberg, 2006). Em contrapartida, as relações feitas por Freud nos escritos desse período tornaram possíveis análises mais aprofundadas sobre as manifestações sociais, como, por exemplo, a leitura feita por William Reich sobre o nazismo, os estudos críticos sobre autoritarismo desenvolvidos por Adorno, Horkheimer e Marcuse (“Entrevista de Yannis Stavrakakis”, 2018).

Esse movimento caracterizou-se basicamente pelo freudo-marxismo e “é responsável, em grande medida, pela propagação de ideias psicanalíticas” (“Entrevista de Yannis Stavrakakis”, 2018, p. 134) que tendem a uma simplificação de muitos postulados da teoria. Segundo Stavrakakis, a Psicanálise não deve se centrar “no simples indivíduo, mas no sujeito em sua relação perene com o laço social, as forças da vida coletiva, as restrições da civilização e a dialética da evolução histórica” (“Entrevista de Yannis Stavrakakis”, 2018, p. 134). Para Stavrakakis, pensar a política com a psicanálise se diferencia de outros referenciais teóricos porque trabalha-se de forma indissociável constituição psíquica e estruturação do laço social.

Mais tarde, com a teoria lacaniana, surge a corrente chamada “esquerda lacaniana”, que, conforme coloca Dunker (2006), teve como principais articuladores Althusser, Jameson, Laclau, Zizek, Badiou, entre outros. Embora a tradição da crítica e do enlace entre Psicanálise

e política tenha se construído no campo dos teóricos ditos de esquerda ou democráticos, lembremos que, durante a ascensão do nazismo na Alemanha, um dos pactos assumidos por alguns psicanalistas, a fim de “salvar a Psicanálise”, foi o de pagar o preço de arianizar-se e adaptar-se à normatividade imposta por este sistema (Dunker, 2006, p. 397). Na Rússia, a URSS também varre do mapa “a promissora e florescente comunidade psicanalítica local” (Dunker, 2006, p. 397). E, no Brasil, o conhecido caso de Amílcar Lobo, que durante a ditadura civil militar participou das sessões de tortura como médico. Lobo era vinculado à Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro¹¹.

Isso nos coloca diante de uma questão importante: é possível falar em nome da Psicanálise, no singular? Se em outros momentos alguns psicanalistas optaram por resguardar-se e proteger sua ocupação profissional, devemos ter clareza de que o mesmo pode se dar diante de um momento político que exija posicionamento. Entretanto, se retomarmos a dimensão ética psicanalítica, nos parece claro que este é um caminho por onde não podemos andar.

O que percebemos com isso é que a Psicanálise é uma teoria cuja possibilidade de sobrevivência e liberdade para criar, tocando em pontos (in)delicados da cultura, só se dá em sociedades ditas democráticas. Mas o que quer dizer uma sociedade democrática? E para que ela se sustente, o que ela permite e, ao mesmo tempo, o que ela impede? Diríamos que aqui nos deparamos, novamente, com a questão do paradoxo, ou daquilo que nos leva a uma contradição lógica. Em que sentido?

Primeiro, pelo que une Psicanálise e democracia e as faz serem campos onde é inevitável o encontro com a linguagem, ou seja, com o ambíguo e o contraditório, com o que escapa à apreensão lógica. Elas têm “uma afinidade de origem”, como coloca Dunker (2018, p. 15): sustentar a palavra livre e a mediação das diferenças através da fala. Mas qual seria o paradoxo, nesse caso? Poderíamos responder com uma nova pergunta: o que significa palavra livre? Muitas vezes associada à liberdade de expressão – termo que tem estado em voga no cenário do qual falamos e que tenta legitimar os mais variados insultos como legítimos, já que vivemos em uma democracia –, também não se relaciona com a validação de que democracia, conforme definição de Dunker (2018, p. 15), significa o “uso livre da palavra em situação pública”? Então, sim e não. Cabe-nos agora falar um pouco mais a respeito disso.

¹¹ “Frente à ditadura e à denúncia do candidato a analista que era também torturador, ou no mínimo auxiliava com procedimentos médicos os que à tortura eram submetidos – a saber, o candidato Amílcar Lobo –, a postura das duas associações analíticas supracitadas era de ‘apoliticismo’ e ‘neutralidade’” (Kyriillos Neto & Campos, 2015, p. 25).

07/09/2018

Hoje comecei a pensar sobre o que quero dizer quando falo que a Psicanálise é uma política de linguagem e que, pautada em sua ética, tem como princípio sustentar a palavra livre. Palavra enquanto mediadora das diferenças... também tem a ver com democracia, não? Não seria o mesmo princípio? E, talvez, mesmo Freud não tendo feito essa relação com o caráter político que tal sustentação coloca, hoje eu acho que nos caberia fazer. Mas que palavra livre defende a Psicanálise? Não são palavras também essas que vêm carregadas de ressentimento e ódio? Ou, defender a livre circulação da palavra significaria então legitimar que se pode falar o que quiser?

Falta um mês para as eleições mais bizarras, pelo menos as que pude acompanhar nesses 28 anos de existência, acontecerem. Os toma-lá-dá-cá dos blábláblás no facebook estão intensos. Não vou “printar” nada agora, só consigo pensar em dormir.

Lembrar: talvez seja interessante buscar no facebook algumas notícias e ver alguns comentários sobre palavra livre, liberdade de expressão etc.

Exame
6 de dezembro de 2018 · 🌐

A falta de liberdade de expressão aumentou pelo terceiro ano seguido #EXAME



EXAME.ABRIL.COM.BR

Brasil é o 2º país que mais perdeu no índice de liberdade de expressão

👍 😂 😏 980 225 comentários · 601 compartilhamentos

👍 Curtir 💬 Comentar ➦ Compartilhar

[Redacted] Pode ser que não entendi a pesquisa, o que estão dizendo é que em países como Coreia, Cuba, China, Venezuela, países do Oriente médio, o povo tem mais liberdade de expressão? Sério? Kkkk
 Curtir · Responder · 8 sem

[Redacted] Como assim? Se nas umas saímos do politicamente correto e mais de 50 milhões de conservadores que estiveram calados voltaram a se expressar? Que matéria sem sentido
 Curtir · Responder · 8 sem

[Redacted] Lewandowski mandou lembranças...
 Curtir · Responder · 8 sem

[Redacted] Cuando un ministro de la corte que engreso por la ventana sin concurso manda detener uno ciudadano que se expreso su insatisfaccion contra el STF es detido prueba que brasil ya se instalo una dictadura comunista no?
 Curtir · Responder · Ver tradução · 8 sem

[Redacted] Estranho. Muito estranho. Fakenews liberada geral... Mais liberdade do que isso...
 Curtir · Responder · 8 sem

[Redacted] Lembrando que quem propôs regular a imprensa foi o PT, tá?
 Curtir · Responder · 8 sem

[Redacted] Queimar pneu e bloquear avenidas eh liberdade de expressão ou terrorismo...?!
 Curtir · Responder · 8 sem

[Redacted] O texto do post está errado, não? Deveriam ler e interpretar a matéria antes de postar 🤔
 Curtir · Responder · 8 sem

[Redacted] Pois é, mas a culpa é de quem? Qualquer coisa que se posta, se fala, se notícia pode virar processo, como é que as pessoas vão se expressar? Eu não falo nada... Para não correr riscos..
 Curtir · Responder · 8 sem

[Redacted] Falar o que quer na internet também é liberdade de expressão.
 Curtir · Responder · 8 sem

[Redacted] Qual a novidade países em que a esquerda domina é assim, ano que vem vai melhorar
 Curtir · Responder · 8 sem

[Redacted] E isso é porque os governos dos últimos 16 anos se diziam a favor da liberdade de expressão, desde de q a opinião não fosse diferente da deles, e agora tudo vai ser culpa do bolsonaro !
 Curtir · Responder · 8 sem

[Redacted] Tem gente que acha que ser racista e homofóbico é liberdade de expressão..
 Curtir · Responder · 8 sem

[Redacted] Se dá o rabo em praça pública em plena luz do dia é a liberdade de expressão, vai é ficar sem mesmo hahaha
 Curtir · Responder · 8 sem

[Redacted] Sim o Facebook é o retrato claro disto tem um algoritmo que bloqueia vc e nem se preocupam com o contexto.
 Curtir · Responder · 8 sem

[Redacted] Tinta até político querendo bloquear aplicativo de comunicação usado por milhões de pessoas no período eleitoral.
 Curtir · Responder · 8 sem

[Redacted] Tem mais que perder mesmo só g Falam coisas pro interesse de quem tem dinheiro e as verdadeiras coisa que tem que falar não falam depois culpam o Pt
 Curtir · Responder · 8 sem

[Redacted] Com o PT e o PMDB no poder nesses ultimos anos o autoritarismo aumentou muito
 Curtir · Responder · 8 sem

[Redacted] E essa imagem de um incêndio serve para que, incitar a violência de uma forma indireta, causar sentimentos controversos com a política que foi eleita, eu sigo a página da exame, só para ver o quando que ela é baixo nivel kkk

Figura 3. Comentários de notícia sobre liberdade de expressão

██████████ Lembrando que Bolsonaro nem posse tomou e assim como o STF, a grande maioria dos órgãos foram aparelhados pela esquerda, então pensem antes de postar.

Curtir · Responder · 8 sem

12

██████████ Meu Deus se com toda essas vulgaridade que agente escuta ainda não tem liberdade de expressão !! Me expliquem por favor o que é liberdade de expressão.

Curtir · Responder · 8 sem

9

1 resposta

██████████ A liberdade de expressão nunca foi tão grande,mas a mídia viciada em manipulação não se conforma de diminuir seu poder e por tabela sua fonte de renda.....

Curtir · Responder · 8 sem

3

██████████ Temos liberdade de expressão sim, Só não podemos aceitar Ideologia que Venha destruir as Nossas Famílias.

Curtir · Responder · 8 sem

17

5 Respostas

██████████ Lewandowski é o embaixador ! rrsrsr

Curtir · Responder · 8 sem

11

██████████ Justamente os anos em que data o início do golpe da Direita até a concretização do seu poder!

Curtir · Responder · 8 sem

16

██████████ Como podemos ter liberdade de expressão num lugar onde estão movendo ações de censura contra comediantes?

Curtir · Responder · 7 sem

██████████ Eu mesmo sei disso, só porque falei que iria voltar no Bolsonaro fui taxado de nazista

Curtir · Responder · 8 sem

1

██████████ Assim que é bom, o que é liberdade de expressão afinal? É defender agendas da esquerda, é defender imoralidades? Na minha cidade, na minha família, nos meus conhecidos, ninguém sente que perdeu a liberdade de expressão, resta perguntar o que se entende por liberdade de expressão, baderna não é liberdade de expressão e muito menos democracia, o Brasil é um país democrático e não falta liberdade de expressão.

Curtir · Responder · 8 sem

██████████ Perdeu liberdade de transmitir a verdade. Por que essa mídia, o que mais sabe fazer é mentir

Curtir · Responder · 8 sem

██████████ Liberdade de expressão e quando um órgão de comunicação sabe se expressar e fazer que está comunicação faça seus eleitores ou expectadores obsorva estas opiniões seja útil ao seus dias a dias , hoje a população sabe se informar de uma maneira mas indep... [Ver mais](#)

Curtir · Responder · 8 sem · Editado

██████████ Regulação dos meios de comunicação: PT. Controle social: Ciro!! Prender jornalista que fale mal de mim: Lula. Pedi a prisão do cara que fez uma brincadeira com ela no celular: Manuela D'ávila. Mandar retirar e prender um jornalista só pq não gostou da pergunta: Ciro!!!

Curtir · Responder · 8 sem · Editado

55

9 Respostas

██████████ Isso tudo a era PT. Aonde a arrogância do "eu nunca errei não me acuse ou eu te processo" prevaleceu por 16 anos!

Curtir · Responder · 8 sem

103

12 Respostas

██████████ Resíduo da administração petista... a quadrilha sempre desejou o fim da imprensa livre e da liberdade de expressão. #ptnuncamais

Curtir · Responder · 8 sem

36

3 Respostas

██████████ Lewandowski deu um belíssimo exemplo sobre isso.

Curtir · Responder · 8 sem

136

2 Respostas

██████████ é o resultado da esquerda no poder. Eles falam o que querem, mas não aceitam a opinião contrária. Agridem, ameaçam e fazem o opositor se calar.

Curtir · Responder · 8 sem

2

██████████ Não foi a Manuela D'Ávila que queria censurar página de meme no Facebook? E o Andrade e o Boulos que queriam tirar o zap do ar??

Curtir · Responder · 8 sem

130

11 Respostas

██████████ Pois é.....não se pode nem reclamar com um ministro "servidor do povo" q ele manda prender!!

Curtir · Responder · 8 sem

██████████ Lewandowski, ditador de toga. OAB, doutores sem doutorado ditadores

Curtir · Responder · 8 sem

18

██████████ Mas quem ia limitar a internet mesmo? Leizinha pra não chingar político veio de quem? Ah tá. Já querem dar a entender que o país é assim pelo novo governo, VEXAME...?!

Curtir · Responder · 8 sem

44

1 resposta

██████████ Lembrando que ainda estamos no pacote do governo PT...

Curtir · Responder · 8 sem

173

42 Respostas

Figura 4. Comentários de notícia sobre liberdade de expressão

Consideramos importante aqui um tensionamento. Parece-nos que o sentido da ética Psicanalítica, que sustenta a livre circulação da palavra, tem relação com a noção polissêmica da linguagem, e não o simples “dizer o que se quer”. Isso é o que fazemos na clínica, mas na cultura também é preciso colocar em relevo a importância do interdito. O sentido de palavra livre, nesse caso, está relacionado ao não aprisionamento na univocidade de significado.

É nesse sentido que a Psicanálise defende, a partir da ética que sustentamos aqui, a palavra livre. Não é sobre dizer o que lhe vier à cabeça, desconsiderando a alteridade ou a complexidade metafórica e conceitual contida nas palavras. Não seria isso o que estamos querendo dizer com: a Psicanálise é, sobretudo, uma política de linguagem?

Considerando que a proposta dessa pesquisa é escutar o mal-estar político atual, parece-nos importante fazer um resgate desse caráter político da Psicanálise. E, talvez, para tal, seja necessário descolá-la das tradições que optaram por utilizá-la como teoria da afirmação de pontos de vista pré-programados ou normativos. Descolá-la de uma leitura que a cola tanto na sociologia, no marxismo, ou na tradição do *setting* convencional da clínica, feita para escutar os sujeitos nos consultórios privados. Mas como resgatar a potência política e crítica da Psicanálise sem cair em essencialismos ou purismos?

Como já vimos, desde Freud a teoria se constrói através de interlocuções com diferentes áreas do conhecimento. Mas o que, afinal, a diferencia e singulariza em relação às demais vertentes teóricas que se propõem a analisar a cultura? É aí que aparece a dimensão ético-política da Psicanálise, que conjuga a sustentação da palavra livre, o *saber não-todo*, a falta como fundante da constituição psíquica e a possibilidade de escuta dos sujeitos mesmo fora do *setting* clínico tradicional (Gurski & Strzykowski, 2018b). Outro ponto fundamental é a posição errante que trabalhar com a Psicanálise nos permite enquanto críticos da cultura, e que é explicada com clareza por Mireille Cifali no seguinte trecho:

Em uma *démarche* clínica, somos implicados, seja como pesquisador seja como interveniente. Nosso engajamento e nossa consciência da subjetividade são a própria base da investigação. Isso impõe exigências, o que nos leva a tomar precauções: assim, a boa distância do nosso objeto é uma luta constante em que se alternam um “estar dentro” e a necessidade de um “estar fora”. [grifo no original] (Cifali, 2009, p. 157)

É por esse motivo que podemos dizer que um posicionar-se errante, que não precisa preocupar-se em manter-se fixo a enunciados, mas sim em movimento constante, torna-se possível quando nossa metodologia conjuga a figura do caminhante, o *flâneur*, à ética psicanalítica (Gurski & Strzykowski, 2018b). Mas, uma posição que tem enquanto ética estar

sempre em movimento, ainda é uma posição? Falaremos mais além sobre a suspensão temporal que constitui a noção benjaminiana de imagem dialética para retomar esse assunto. Por ora, seguiremos pensando sobre a relação do paradoxo político com a Psicanálise.

Escutar o que é da ordem do inconsciente, ou, a outra cena, já é, em si, paradoxal. Propomo-nos, então, a sustentar essa dimensão do paradoxo, que, além de ser o fio condutor do que constitui a própria teoria, é também aquilo com que trabalhamos diretamente enquanto psicanalistas.

Reconhecer a dimensão ambígua, contraditória e própria dos paradoxos pode ser especialmente importante, dado o momento político em que nos encontramos. Tal reconhecimento teria como objetivo nublar a dicotomia que tem estado tão presente atualmente. Como é possível ser, ao mesmo tempo, progressista e autoritário? Oferecer uma saída para os rumos econômicos do Brasil e ao mesmo tempo instaurar um colapso nas políticas sociais e condições de igualdade? Ou, ao contrário, apostar em políticas de reparação e igualdade, mas causar um colapso econômico? Ao mesmo tempo uma coisa e outra podem coexistir, e isso é um dos fatores da causa do mal-estar na cultura, de modo geral. Como conviver democraticamente sendo que esses impasses da dimensão dos paradoxos nos interpelam a todo instante? Reconhecê-los poderia contribuir de alguma forma para a construção daquilo que não se reduz em sustentar lutas de a favor ou contra? Lutas essas que, por vezes, se constituem basicamente pela negativa, ou seja, por se afirmar a partir daquilo que o outro “lado” não é. Isso seria suficiente?

Talvez aqui nos deparemos com outro ponto crucial que se pretende pôr em relevo nesta pesquisa. Não há respostas a essas perguntas, o que há são tentativas de alargar o tempo de compreensão em um contexto em que o tempo se encontra totalmente solapado pelas respostas prontas, pela convocatória de opiniões categóricas e pelo achatamento daquilo que é complexo. É complexo e não há como não ser. Eis a questão da ambiguidade e do paradoxo imbricada em tantos temas que compõem nossos discursos, nossas narrativas, cenas e enredos do viver político contemporâneo. Portanto, nosso intuito com a escrita deste trabalho não é chegar a respostas conclusivas sobre como arrumar as coisas, assim como não é a função do psicanalista oferecer soluções aos seus analisantes. Mas, sim, oferecer através da escuta, da atenção flutuante, das pausas, das perguntas, uma possibilidade de estender o tempo daquilo que já se encontra significado e que compõe seu sintoma.

É essa dimensão do paradoxo enquanto constituinte do campo político democrático que consideramos uma das principais contribuições de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe ao campo da Psicanálise e política. Em *Emancipação e diferença*, Laclau (2011) diz que o campo

político, quando se pretende democrático, não foge ao paradoxo. É só no reconhecimento disso, ou seja, no reconhecimento do que é paradoxal, que se abrem os espaços para suportar as diferenças. São os espaços vazios de significação que estruturam o campo político e que, ao mesmo tempo em que tornam possível o convívio democrático, abrem espaço a reduções das complexidades do caráter significante da palavra em signos. Quando Laclau (2005) propõe pensar sobre o populismo, em *A razão populista*, essa dimensão do paradoxo fica em evidência. Como sustentar significantes vazios e não reduzir as pautas políticas a significados rígidos?

De acordo com Mendonça (2010, p. 481), “a partir de noções advindas dessas áreas”, tanto Laclau quanto Mouffe “constroem um aparato teórico original, inserido numa matriz contemporânea, pós-estruturalista, que contempla a contingência, a precariedade, a indeterminação e o paradoxo como dimensões ontológicas do social”. Os autores dialogam com a Psicanálise, principalmente com *Psicologia das massas e análise do eu*, de Freud, e com os posteriores trabalhos desenvolvidos por Jaques Lacan sobre linguagem, identificação e a noção de sujeito.

Laclau e Mouffe (2015) colocam a Psicanálise em diálogo com a política de uma forma que nos faz compreender por outro ângulo a ideia de Lacan ([1966-1967] 2008c) de que o inconsciente é a política. Ao trazer a Psicanálise como forma de formular uma escuta crítica do social, os autores desviam e avançam de algumas proposições já trabalhadas e desenvolvidas nas correntes que se colocaram a problematizar o campo político. Ao trazer uma leitura crítica do marxismo, conseguem tensionar núcleos enrijecidos e pautados somente no materialismo histórico e nos fatores econômicos, que acabavam por deixar em segundo plano a subjetividade e o caráter contraditório do psiquismo que medeiam o viver junto. Segundo Laclau e Mouffe (2015), havia chegado o momento de colocar em questão certos postulados do marxismo, não enquanto forma de desvalorizá-lo ou contrapô-lo, mas enquanto forma de retomar a imaginação política que, segundo os autores, parecia ter ficado presa e limitada a um entendimento um tanto quanto estático e essencialista dos impasses culturais.

Uma imagem que gostaríamos de trazer para exemplificar melhor o que seria esse “fazer desvio” e “abrir o discurso” para além do endurecimento da análise econômica ou de classes é apresentar a forma como foi construído o artigo *Jornadas de junho: decifra-me ou te devoro*, de Amadeu Weinmann, escrito em 2018 para a plataforma Psicanalistas pela democracia. Para isso, voltaremos então às manifestações de 2013. As análises sobre esse evento geralmente o situam ou como movimento de massa, manipulado pelos grandes

interesses das elites, ou como um movimento potente e apartidário que não soube ser compreendido pelas esquerdas e foi consumido pelas direitas.

Se seguirmos a linha de pensamento daquilo que propõe Laclau e Mouffe, nos seria possível equivococar o que se deu em 2013 para não cair no purismo de responder a esse evento com interpretações ou demasiado simplórias, ou abastadas demais de imaginação. Mas, voltando para a reflexão sobre o artigo do professor Amadeu Weinmann, nele nos são apresentados três escritos sobre 2013, feitos entre 2017 e 2018 por Marcelo Freixo, Fernando Horta e Rudá Guedes Ricci. As reflexões sobre as jornadas de junho aparecem sob diferentes perspectivas em cada um deles.

No primeiro, Marcelo Freixo postula a seguinte fala: “a esquerda até hoje não entendeu 2013. As portas que se abrem dizendo: queremos repactuar essa ideia de representatividade. A esquerda preferiu achar que aquilo era coisa da direita, o que não é verdade” (Freixo, como citado em Weinmann, 2018). No segundo, Fernando Horta traz uma fala que, ao contrário da posição de Freixo, lança um outro olhar sobre as jornadas, que, segundo ele, só ocorreram porque naquele momento houve “. . . um discurso quase esquizofrênico sobre o Brasil, falseando a realidade e induzindo a revolta social” (Horta, como citado em Weinmann, 2018). Em sua concepção, 2013 foi um evento que conseguiu mobilizar as pessoas para irem às ruas serem “massa de manobra”, e tinha como principal objetivo enfraquecer o governo de Dilma Rousseff. No terceiro, Rudá Guedes Ricci coloca que leituras de 2013 sob esse ponto de vista a partir do qual Horta sustenta sua tese se dão em função de “uma dificuldade ou impossibilidade ideológica de compreender uma mobilização que fugiu do controle e parâmetros petistas” (Ricci, como citado em Weinmann, 2018).

Conforme comenta Weinmann, Ricci entende que o que está no cerne das “forças políticas que impulsionaram as manifestações de 2013 eram sobretudo de inspiração libertária: anarquistas e autonomistas” (Weinmann, 2018). Ricci contrapõe-se a essa visão “imbecilizante” e carregada de arrogância, dizendo que transformar cerca de “quatro milhões de pessoas, distribuídas em aproximadamente 500 cidades, em inocentes úteis consiste em uma estratégia do petismo derrotado, no sentido de desconhecer a existência de outras tendências na esquerda brasileira, capazes de sintonizar com o clamor popular” (Weinmann, 2018).

Ao trazer esses três textos e colocá-los em diálogo em seu artigo, Weinmann (2018) parece lançar mão de uma das estratégias que, nesta pesquisa, temos apontado como potentes: desviar e manter em suspensão. Não há a intenção de encontrar síntese ou denominador comum entre os artigos trazidos.

Ao expor esses três artigos, disparados na passagem para um ano de eleição presidencial, não pretendo esgotar o debate, apenas assinalar que, transcorridos cinco anos das jornadas de junho, elas parecem ainda pautar as discussões políticas. E mais: elas o fazem sob a forma de enigma, isto é, de algo a que precisamos constantemente retornar, com o intuito de recuperar uma espécie de sentido perdido, que consistiria na chave para a saída do campo da esquerda do estado de perplexidade, desorientação e paralisia em que se encontra, em função do violento retrocesso social e cultural, que sucedeu às grandes manifestações de junho de 2013. Encontrar os liames entre as jornadas de junho e esse retrocesso parece ser o esforço de quase todos os que escrevem sob esse tema, ao menos no campo da esquerda. Não é este o objetivo deste artigo. Aqui, o foco é apontar as possibilidades enunciativas abertas por aquele evento. (Weinmann, 2018)

A partir disso, retomamos aqui algo que diz respeito à metodologia de pesquisa com a qual estamos trabalhando: a posição do *flâneur*; aquele que circula por entre as imagens-texto das cidades, colocando as narrativas que emergem do tecido social em diálogo, evitando colar-se de imediato a alguma delas. Como última imagem desta reflexão, optamos por trazer o artigo que citamos acima. Principalmente pela forma como é narrado e montado. Forma essa que mantém a suspensão dialética dos autores citados sem necessariamente buscar uma síntese ou um denominador comum. Diante dos discursos, das narrativas, dos enunciados e das enunciações, resgatar o movimento do que se encontra parado e parar o que não consegue deixar de se movimentar nos parece um gesto fundamental ao nosso tempo. “Deve renunciar à Psicanálise todo analista que não conseguir alcançar em seu horizonte a subjetividade de sua época” (Lacan, [1953] 1998a, p. 321).

4 DO PARADOXO DA LINGUAGEM

Ao nos encontrarmos com o excesso das significações que compõem o laço social do qual falamos, um dos achados dessa pesquisa foi perceber a dimensão paradoxal que permeia as relações políticas contemporâneas. Através do estudo do campo político e da análise das narrativas que emergem dos sujeitos inseridos no espaço público, notamos uma tendência às sínteses apressadas e ao fechamento de sentidos. Isso se encontra presente tanto nos discursos político-partidários, que nos engolfam em tramas discursivas que tendem a reduzir o pensamento e os sujeitos à norma binária, quanto nas próprias leituras desses fenômenos feitas desde intelectuais a escritores de “textão” do *facebook*.

Em suas tentativas de compreender o que é que está se passando no campo político, percebe-se que são abreviadas questões importantes e necessárias ao movimento do pensamento. De qualquer forma, não é nossa intenção apontar que há um erro nessas tentativas, pelo contrário, a intenção é a de apontar que há sempre uma dimensão paradoxal a ser reconhecida quando a intenção é fazer uma leitura do campo político. Uma constatação que, por ora, pode parecer sutil, mas que nos parece muito relevante.

Um campo discursivo que convoca a todo tempo, e a todo custo, um “posicionar-se” coloca-nos diante de algumas armadilhas que não nos parecem ser possíveis de serem lidas/reconhecidas sem adentrarmos um pouco mais no campo da linguagem. Ao realizarmos essa pesquisa, fomos notando que falar sobre tais armadilhas traz consigo uma certa dose de mal-estar. Assim, a complexidade envolvida nos assuntos políticos acaba sendo deixada para trás, como restos daquilo que ninguém quer ver ou falar, pelos caminhos abreviados que acabam tomando muitos daqueles que discutem política atualmente.

Com isso, nos deparamos com o inevitável da pesquisa em Psicanálise, o de nos colocarmos diante de sujeitos falantes, que, como vimos em Freud e em Lacan, são cindidos, equívocos e contraditórios. Não podemos deixar isso de lado, sendo que é nessa névoa dos paradoxos que a Psicanálise encontra seu entre-lugar. Com a Psicanálise, sabemos que a emergência de um sujeito, ou podemos dizer, nesse caso, de um sujeito político, pode se dar somente na saída da relação binária para a simbolização que inscreve a falta e um terceiro.

Nas escutas feitas por Freud, desde o início da construção da teoria psicanalítica, vemos o quanto essa dimensão do contraditório, própria dos paradoxos, encontra-se nos seus pilares de sustentação. Em *Repetir, recordar e elaborar* ([1914] 2010c), Freud se questiona sobre a dimensão contraditória do inconsciente que resiste diante de uma interpretação. Ao longo do escrito, as percepções de que o/a paciente não recorda, necessariamente, daquilo que

compõe seu sofrimento atual, mas o atua e repete, são colocadas por Freud, que provoca o analista, ao tratar sobre a importância de sustentar a angústia diante do tempo necessário e singular da elaboração.

O médico nada mais tem a fazer senão esperar e deixar as coisas seguirem seu curso, que não pode ser evitado nem continuamente apressado. Se se apegar a esta convicção, amiúde ser-lhe-á poupada a ilusão de ter fracassado, quando, de fato, está conduzindo o tratamento segundo as linhas corretas. Esta elaboração das resistências pode, na prática, revelar-se uma tarefa árdua para o sujeito da análise e uma prova de paciência para o analista. Todavia, trata-se da parte do trabalho que efetua as maiores mudanças no paciente e que distingue o tratamento analítico de qualquer tipo de tratamento por sugestão. (Freud, [1914] 2010, p. 209)

Ainda nesse escrito, Freud diz do quanto é nocivo apressar o tempo de significação necessário à elaboração. Tal dimensão temporal também é resgatada por Lacan no texto *O tempo lógico e a asserção da certeza antecipada*. Nele, Lacan ([1945] 1998b) lança um enigma que aborda a dimensão do tempo não enquanto cronológico, mas lógico. Apresenta esse enigma como o sofisma dos três prisioneiros, em que diz que o percurso de significação envolve três tempos: o instante de ver, o tempo de compreender e o momento de concluir. O primeiro e o terceiro estariam situados no campo do instantâneo, enquanto que o segundo se aproxima de um tempo em suspenso (Gurski & Pereira, 2016), suspensão essa importante para o espaço da simbolização. Qualquer operação que abrevie esse tempo de significação nos coloca em um campo permeado pela impossibilidade simbólica. Que efeitos poderiam advir de uma **forma** discursiva que não admite contradição, o não-todo, e que escapa à dimensão do paradoxo temporal envolvido na construção das significações? Qual sua função?

4.1 LINGUAGENS-SIGNO: FORMAS SEM FUNÇÃO

Iniciamos esta reflexão retomando o texto *Sobre a linguagem em geral e a linguagem do homem*, escrito por Walter Benjamin em 1916. O que parece ser o fio condutor do pensamento de Benjamin nesse escrito é a constatação de que toda manifestação humana pode ser concebida como uma espécie de linguagem. Ele entende que toda comunicação “é língua, linguagem, sendo a comunicação pela palavra” uma forma de expressão, mas não a única (Benjamin, [1916] 2013, p. 53).

A língua e o recurso de comunicação de conteúdo via palavra, segundo Benjamin ([1916] 2013, p. 53, grifo no original), não seriam, “em absoluto, a expressão de tudo o que podemos – supostamente – expressar através delas, mas sim, a expressão imediata daquilo que *se* comunica dentro dela”. Relaciona esse *se* a uma dimensão indizível, que escapa à palavra, mas que ainda assim é transmitido durante o ato da fala. Nomeia esse “algo que escapa” e que, portanto, não é comunicável, de “essência espiritual”, exemplificando da seguinte forma: “A linguagem dessa lâmpada, por exemplo, não comunica *a* lâmpada (pois a essência espiritual da lâmpada, na medida em que é comunicável, não é em absoluto a própria lâmpada), mas a lâmpada-linguagem” (Benjamin, [1916] 2013, p. 53, grifo no original). É a essência linguística, e não seus conteúdos verbais, que define seu limite.

No caso do ser humano, diferente da lâmpada, poderíamos dizer que a essência espiritual, ou, aquilo que escapa, está lá onde uma nomeação não se faz possível: “O que não conhecemos fora da linguagem humana é uma linguagem nomeadora. . . . Portanto, a essência linguística do homem está no fato de ele nomear as coisas” (Benjamin, [1916] 2013, p. 54). Em sua essência comunicante (aquela que nomeia), coloca Benjamin, a linguagem é imperfeita. E é imperfeita porque sempre haverá uma dimensão onde a essência espiritual não se encontra com a essência linguística, algo escapa nessa operação, ou seja, o simples fato de que algo tenha um nome, que seja recoberto de palavra, não significa que esse nome dará conta de comunicar o que aquele algo significa, pois as possibilidades são infinitas.

Possibilidade aqui não só em nível de linguagem verbal, mas sim em nível da linguagem que compreende essa dimensão indizível, que afeta e modifica a forma de entender, perceber, compreender algo, dependendo do sujeito com o qual se encontra. “Recorrendo a metáforas, imagens, alegorias, aforismos e citações, Benjamin constrói uma visão de mundo que não é, certamente, aquela do pensamento sistemático, limitado a operações conclusivas” (Pires, 2014, p. 816).

“A palavra humana é o nome das coisas” (Benjamin, [1916], 2013, p. 55), e ser o nome das coisas não é ser as coisas. Benjamin faz essa diferenciação pois entende que, na sociedade burguesa, em que as relações são mediadas pela compra e venda, pelo dinheiro, as palavras estariam relacionadas às coisas de modo casual. Ou seja, a palavra estava tornando-se signo. E, para ele, “a linguagem não fornece jamais meros signos” (Benjamin, [1916] 2013, p. 55). O que poderia vir como resultado dessa tendência ao signo (ou, que efeito ela teria) observada por Benjamin no século XX?

Benjamin percorre, então, algumas passagens do mito bíblico da criação, a partir do Gênesis, articulando-as a suas concepções sobre a linguagem. Assim, propõe recuperar o caráter metafísico da linguagem, que, conforme Muricy (1999), estava sendo deixada de lado em função da virada linguística do século XX, que tinha como elemento central da discussão o caráter instrumental da linguística e da semiótica. Localiza no mito do criacionismo o momento de passagem da linguagem “do conhecimento perfeito” para a linguagem infinita da multiplicidade. Uma das consequências da expulsão do paraíso foi colocar o homem diante do paradoxo da linguagem, da dimensão da falta que se coloca no ato de nomear.

Frente a este paradoxo, o homem teria então transformado a linguagem em signo para suturar a imediatez do nome, que lhe foi lesada. Uma nova forma de imediatidade se daria, então, sob a forma de signo. Para Benjamin, a imediatidade e a tendência a suturar a falta estariam, assim, na raiz linguística. Tal operação demonstra a tendência à redução da multiplicidade polissêmica das palavras “a referentes e conceitualizações estáticas” (Benjamin, [1916] 2013, p. 53). Articulando sua teoria da linguagem ao mito bíblico, o que Benjamin propõe como elemento central de sua reflexão é essa passagem da linguagem adâmica, toda e não faltante, para a “expulsão do homem do paraíso”, momento marcado pelo encontro com a falta, que se instala a partir da divisão entre as palavras e as coisas (Pires, 2014).

O caráter imediato da linguagem, dessa forma, faria com que toda linguagem que não é palavra ficasse em segundo plano. O problema que se coloca aqui, segundo Benjamin, é que há dimensões linguísticas que precisam se tornar cognoscíveis, já que o que faz laço com o outro é mediado pela linguagem e na linguagem. Benjamin, de certa forma, nos lança uma questão: o que se perde quando a experiência com outras dimensões linguísticas fica cindida? Ao falar com alguém, por exemplo, a comunicação não fica restrita à forma com que cada um ordena e nomeia o que quer dizer; haverá uma dimensão que escapa e que se reapresenta sob a forma de afetos, sentimentos.

Com essa interpretação de que há no mito do pecado original um elemento importante para a teoria da linguagem, Benjamin coloca em evidência que a cisão entre o racionalismo,

do campo do dizível, e o afeto, do campo do indizível e das sensações, tem efeito sobre as relações humanas, que se utilizam do recurso da linguagem para mediação da convivência. Ao final do texto, podemos notar que Benjamin propõe o fim da dicotomização que transforma a experiência linguística em signos. O que tange esse indizível, ou, a linguagem muda das coisas, Benjamin nomeia ao longo do texto de essência espiritual da linguagem. O que quer dizer com essa nomeação é que há algo que sempre escapa àquilo que é matéria, o imaterial da linguagem que comunica sem mesmo dizer.

Ainda se referindo ao mito bíblico, Benjamin traz que, na origem, a palavra não era meio de comunicação entre os seres, mas, se “constituía como revelação de um saber que dispensava mediações” (Pires, 2014, p. 820) É com a queda do paraíso e com a palavra agora servindo à comunicação entre os iguais, uma linguagem não-toda, que Benjamin situa o surgimento das falas vazias, denominadas por ele como “tagarelice”. A linguagem como médium-de-reflexão é tomada por Benjamin como a expressão do pensamento. Pensamento, nesse sentido, como tudo aquilo que pode ser construído a ponto de se verbalizar, mas também como os restos, o que escapa, o que pertence a um campo do sensível, dos afetos que mobilizam, e do indizível.

Para Benjamin, linguagem é tradução, sendo que sua relação com as coisas não é arbitrária; uma palavra não é o signo de uma coisa, não é mera convenção. Não constitui a essência da coisa que nomeia. Mas é na linguagem, enquanto médium, que se traduz o mundo, ou que se torna dizível, poetizável e compreensível a linguagem muda das coisas. (Pires, 2014, p. 821)

A tentativa de chamar atenção para a não totalidade da linguagem que vimos em Benjamin também aparece em Lacan, e poderíamos arriscar dizer que os impasses entre esses autores e a teoria linguística de Saussure encontram-se na discordância a respeito do signo linguístico e de sua arbitrariedade. Há um impossível na linguagem que Benjamin e Lacan parecem denunciar, ao mencionar a dimensão do indizível e do inconsciente.

No que tange ao campo da linguagem, adentrando o campo da Psicanálise, trabalharemos agora com algumas das conceitualizações propostas por Lacan em *Função e campo da fala e da linguagem* ([1953] 1998a): signo, significante, significado¹², fala plena e fala vazia. Pensaremos aqui fala plena e fala vazia enquanto “ato[s] singular[es] de tomar a palavra” (Poli, 2008, p. 365), ou, lugares desde onde se fala, para borrar as categóricas formas que atribuem ao vazio e ao pleno o registro imaginário e o registro simbólico.

¹² Já trabalhados no capítulo 2 deste trabalho.

A fala vazia, para Lacan ([1953] 1998a), se relaciona a uma fala que não sustenta a falta, que é repleta de um saber-todo, que não permite ao sujeito encontrar-se com suas próprias contradições ou incoerências. Não há espaço para frustração, nem para reconhecimento do Outro. Ali imperam as questões narcísicas mais primevas, a economia pulsional e a passagem ao ato da fala sem grandes mediações reflexivas. Aproximando aos tempos atuais, poderíamos dizer que tal concepção relaciona-se com aquilo que vemos em certos “bate-bocas” das redes sociais. Lacan ([1953] 1998a) usa dois termos com os quais faz uma aproximação à fala vazia: muros de linguagem e linguagem-signo. A imagem do muro parece encaixar-se perfeitamente ao conceito. O universo dos monólogos, do “fala que eu não te escuto”, é como um muro imaginário que se coloca entre as pessoas e as afasta. Não sobra espaço para entender, por exemplo, “o que é mesmo que queres dizer com isso?” Toma-se por sabido, por significado. Aqui, as palavras-gatilho¹³ entram em ação.

26/06/2017

Notas noturnas: Como deixar mais claro o que quero dizer com linguagem-signo ou palavras-gatilho? Por ora, tenho pensado o seguinte: a palavra ideologia, por exemplo, para uma determinada pessoa, terá um significado dado a partir do que ela entende por ideologia. Já para outra pessoa, ideologia pode ter outra significação, e também será baseada pelo que ela construiu e entendeu sobre a palavra/conceito. Em uma conversa, por exemplo, é possível entrar em brigas ferrenhas só porque cada um partirá de um entendimento muito diferente sobre a mesma palavra, já que nunca uma palavra é unívoca. Tentar compreender o que o outro entende da palavra em questão, não seria uma forma de resgatar um certo caráter mais artesanal da conversa? Isso faria alguma função? Seria pelo menos mais eficaz do que imaginar que partilhamos dos mesmos significados sobre as palavras e as coisas? Falo disso pois foi o que aconteceu em uma conversa que tive com um amigo tempo atrás. Falávamos sobre heurística. Discordávamos sobre sua função. Ao nos indagarmos sobre o que significava o conceito para cada um de nós, notamos que havia concordância no que estávamos dizendo, mas que, dependendo do enlace ou do arranjo que fazíamos com a significação da palavra, parecia impossível seguir a conversa. Penso que tal operação só pode ser possível se admitirmos a diferença. Ver o outro enquanto diferente. Ver o outro enquanto semelhante, não enquanto idêntico. Talvez por isso precise entrar mais na

¹³ Expressão criada a partir da leitura de *A vítima tem sempre razão?*, de Francisco Bosco. No livro, ele utiliza a expressão *trigger-warning* e a traduz como: aviso de gatilho.

discussão sobre identidade, identificação, narcisismo. Se sustentássemos que os entendimentos sobre as coisas não são universais e generalizáveis, talvez não precisássemos dos muros. Muros de linguagem.

Palavras-gatilho: *coxinha, petralha, comunismo, petista, esquerdopata, capitalismo, direitista, capitalista, fascista, feminista, feminazi, misógino, misândrica, machista, mulher, homem, feminino, masculino... tantas outras.*

O que faz com que muros de linguagem se transformem em muros físicos?

Já a fala plena aparece no texto quase em contraponto à fala vazia. Está relacionada ao “reconhecimento de uma hiância no discurso, um intervalo silencioso, que permite inscrever aí a singularidade de um ato de fala” (Poli, 2008, p. 369). Diríamos que é ali onde a totalização se esvazia e abre lugar à escuta e ao reconhecimento do Outro. “É nesse lugar no qual ao Outro faltam palavras, onde o discurso demonstra sua insuficiência, ali onde as imagens e as informações emudecem, que o sujeito pode advir com uma palavra própria e verdadeira, uma fala plena” (Poli, 2008, p. 369).

Uma aproximação interessante que propomos fazer aqui é relacionar as noções apresentadas com “lugar de fala”, expressão que se tornou popular e uma tanto esvaziada atualmente. A partir da Psicanálise, nos parece possível entender que lugar de fala relaciona-se com a forma como uma pessoa existe no mundo. Quais experiências teve, o que de sua história fala naquilo que chama de “eu”. Há validação em sua existência? De quem? O contexto no qual está colocada, a coloca dentro ou fora da norma? Que condições tem de existir? Tudo isso se relaciona com o lugar desde onde se fala. Mas há uma diferenciação que consideramos importante de ser feita aqui. Temos notado um uso vulgar desse termo no cotidiano, o que abriu muitas brechas para compreensões um tanto quanto “imaginárias” sobre seu uso. Novamente, impasses do caráter contraditório da linguagem. Portanto, propomos estender um pouco o tempo de compreender, nesse caso.

Ao ler quatro autores que falam sobre o conceito, Djamila Ribeiro, Vladimir Safatle, Francisco Bosco e Antonio Engelke, passamos a perceber que talvez aquilo que comento nas notas noturnas esteja em jogo. Primeiro, de que lugar falam? Safatle (2017) e Bosco (2017) parecem valer-se da Psicanálise para explicar o que querem dizer quando comentam sobre lugar de fala e sobre lutas identitárias. Sobre elas, veremos mais adiante. Por ora, vamos nos ater ao lugar de fala. Para Engelke (2017), essa noção de se apropriar de um lugar de fala dá a ver uma legitimidade de monopólio discursivo.

Engelke (2017) analisa um significante muito utilizado atualmente nas redes sociais: “lacrou”. Dizer que alguém “lacrou” é admirar uma ação ou fala que é percebida como ponto final, uma sentença. Não é por nada que o termo “tribunal do *facebook*” viralizou. Uma outra palavra que tem aparecido com a mesma intenção é a palavra “respondeu”. Nos convida a pensar que há somente pergunta e resposta, nada além. Quando alguém “lacre” ou “responde”, não parece restar nada mais a ser dito. Engelke (2017) atribui à palavra “lacre” a forma de resposta das lógicas identitárias que têm se apoiado muito na noção de “lugar de fala”. Vladimir Safatle, no livro *Só mais um esforço*, também chama atenção para essa forma discursiva:

Várias consequências de enfraquecimento político vêm dessa impossibilidade de implicação genérica. Primeiro, por não sermos mais capazes de constituir corpos políticos, as demandas políticas tendem a perder sua dimensão . . . para se transformarem em experiências linguísticas de autoexpressão. Falo apenas em meu nome, expresso minhas demandas devidas de reparação sem preocupar-me muito com a constituição de campos de fala que possam ser incorporados por todos. Opero por bloqueios, paralisias e pela minha revolta, sem nenhuma preocupação sobre como criar implicações genéricas ou como evitar a emergência de sujeitos reativos. (Safatle, 2017, p. 37)

Nesse sentido, para Safatle, a ação política se transforma em mera experiência individual, particular. Para ele, o sujeito político deveria ser capaz de implicar-se de modo global, “o que é impossível quando se começa a fazer a defesa de seu próprio lugar de fala” (Safatle, 2017, p. 38).

Bosco (2017), por sua vez, centra mais sua discussão nas lutas identitárias e, quando usa o conceito lugar de fala, parece compartilhar do mesmo sentido dado por Engelke e Safatle. Para os três, parece que lugar de fala relaciona-se com fala vazia. Tem a ver com narcisismo, com monopólio discursivo, com ficar preso num certo engodo imaginário essencialista que sustenta, por exemplo, que só uma mulher pode ou deve se implicar em pautas feministas.

Já ao ler a conceitualização de lugar de fala em Djamila Ribeiro, não nos parece possível fazer relação de equivalência com a definição desses autores. No livro *O que é lugar de fala?*, Ribeiro parte da noção de discurso em Foucault para pensar o conceito, não da Psicanálise. Ao conceituar lugar de fala em seu livro, Ribeiro parece aproximar-se mais do conceito de fala plena do que do de fala vazia. Ribeiro parece abrir o conceito e oferecer outra forma possível para significá-lo. O conceito de lugar de fala, que tem uma significação para Safatle, Bosco e Engelke, não parecer ser da mesma ordem do desenvolvido por Ribeiro.

Pensamos que lugar de fala, para Ribeiro (2017), remete mais ao lugar *desde* onde se fala, ao lugar de enunciação e ao contexto, que ao incidirem sobre um sujeito, o inscrevem na cultura. Ou seja, o que os três outros autores criticam, um lugar de fala que acaba aprisionando o sujeito em enunciados, parece também ser criticado por Ribeiro. Lugar de fala, para ela, “absolutamente não tem a ver com uma visão essencialista de que só o negro pode falar de racismo, por exemplo” (Ribeiro, 2017, p. 64).

Temos aqui um conceito – lugar de fala – e pelo menos duas formas distintas de significá-lo. Uma delas parece falar do polo oposto da outra. É nítida a cisão e o caráter ambíguo da palavra nesse caso. Isso nos mostra o quão importante pode ser abrir a palavra, abrir as narrativas, e também os discursos. Há armadilhas que se colocam e que nos convidam a fazer UM daquilo que é polissêmico. Por exemplo, não me deixaria surpresa se daqui a pouco as pessoas se dividissem em: “time Djamila Ribeiro” e “time Safatle, Bosco e Engelke”: “eles criticam lugar de fala, e ela não”.

Um bom exemplo do que seria a linguagem-signo!

Quando Roland Barthes (2013) escreve que a linguagem é fascista, não seria justamente para essa armadilha que ele estaria nos chamando a atenção? Em *Aula*, Barthes (2013) coloca a linguagem em evidência para, de forma indireta, lançar problematizações acerca dos mecanismos de poder que se apresentam no campo político. Ele coloca que a característica principal da linguagem não é nem progressista, nem reacionária, é mesmo fascista, pois obriga a dizer. É somente trapaceando com a linguagem pela própria forma de enunciação que encontraríamos desvios dos aprisionamentos aos quais estamos sujeitos.

Barthes (2013) chega a fazer aproximações entre os campos “direita” e “esquerda” no que se refere às formas de enunciação, trazendo reflexões importantes nesse sentido. *Aula* demonstra uma caça e uma denúncia aos estereótipos e operações de poder que se estabelecem, quase que despercebidos, via linguagem. Ele sustenta, portanto, que as lutas tenham como preocupação primeira a enunciação e a linguagem, evitando, com isso, apoiar-se em uma ideologia para atacar outra. “Nenhuma linguagem, é claro, está isenta de ideologia, e Barthes sempre teve a mais aguda consciência desse fato” (Perrone-Moisés, 2013, p. 66). Mas é em busca dessa distensão do tempo das significações que Barthes considera “a luta contra o estereótipo e seu reino como a tática mais segura para evitar que o discurso coalhe nas ilusões da naturalidade e nas tentações do autoritarismo” (Perrone-Moisés, 2013, p. 67).

Barthes se preocupa o tempo todo em nos mostrar a importância da “desativação dos discursos de arrogância” (Perrone-Moisés, 2013, p. 67). Sua preocupação parece-nos mais libertária do que certos discursos militantes, “autorizados e autoritários, que visam substituir um poder pelo outro, mantendo intactos a noção de hierarquia e os velhos mecanismos de dominação aos quais o discurso pode servir de instrumento” (Perrone-Moisés, 2013, p. 69).

Trago essas contribuições de Barthes por estamos falando **em e dentro de** um contexto em que a linguagem estereotipada parece funcionar como as *hashtags*: etiquetas, resumos e categorizações que estabelecem e delimitam lugares. Até então, isso nos parece contribuir como tijolos para a sustentação dos muros que se erguem lá onde a sustentação das diferenças falha.

. . . assim que uma forma é vista, é preciso que ela se assemelhe a algo. A humanidade parece condenada à analogia, isto é, no fim das contas, à Natureza. . . . O touro vê tudo vermelho quando o engodo lhe cai sobre o focinho, os dois vermelhos coincidem, o da cólera e o da capa: o touro está em plena analogia, isto é, em pleno imaginário. Quando resisto à analogia, é de fato ao imaginário que resisto: isto é: a coalescência do signo, a similitude do significado e do significante, o homeomorfismo das imagens, o Espelho, o engodo cativante. Todas as explicações científicas que recorrem à analogia participam do engano, formam o imaginário da ciência. (Barthes, 2003, p. 51)



Figura 5. Piquenique na fronteira, JR



Figura 6. Kikito: um olhar sobre o muro, JR

13/10/2017

Hoje conheci essa instalação artística feita pelo artista JR na fronteira entre o México e os Estados Unidos. O que mais me chamou atenção foi a resposta que JR deu à jornalista que o entrevistou, quando questionado sobre o motivo de ter escolhido a imagem da criança olhando através do muro. Ele respondeu a ela que na noite anterior à montagem da instalação, ao conversar com algumas famílias mexicanas, conheceu Kikito, o menino da fotografia, e sua família. Ao olhar para o menino, perguntou se poderia tirar uma fotografia para a instalação que iria fazer no muro da divisa. O que o fez escolher incluir a fotografia de uma criança, Kikito, olhando sobre o muro, foi o seguinte:

“Cada vez que vejo muros que chamam minha atenção, ou que ouço falar muito na mídia, eles ficam na minha cabeça. Eu até sonho com eles. Quando Trump começou a falar muito sobre um muro ao longo da fronteira mexicana, um dia eu acordei e vi uma criança olhando por cima do muro. Eu estava pensando, o que esta criança está pensando? O que qualquer criança pensaria? Sabemos que uma criança de um ano não tem uma visão política ou qualquer ponto de vista político. Ele não vê paredes como as vemos.”

Fiquei pasma ao ler sua explicação. Há algum tempo vinha pensando que uma forma de equivocar as significações prontas e estereotipadas seria tentar explicá-las a uma criança. Saberíamos explicar um muro como esse a uma criança? Ou teríamos que nos haver com nossas faltas? O que a criança pensaria das ações e das teorizações dos adultos sobre certos temas? Faria algum sentido para ela?

Uma criança sempre pergunta o porquê das coisas em determinado momento da vida. Essa curiosidade própria da criança, que o artista conseguiu dar voz, talvez seja importante no momento em que vivemos.

4.2 DISCURSOS ECONÔMICOS: DO CIRCUITO PULSIONAL AOS ENGAJAMENTOS AFETIVOS

Freud, ao deparar-se com o traço paradoxal e subversivo do sujeito em sua relação com a ordem, escreve o *Projeto*, em 1895 (Danziato, 2011, p. 30). Nele, estão colocadas suas primeiras proposições sobre o caráter econômico do aparelho psíquico, a partir da relação polar entre o que denominou como princípio do prazer e princípio de realidade. Tais proposições sustentavam que o aparelho psíquico tende a regular-se pela busca do prazer e evitação do desprazer (Freud, [1895] 1990).

É com essa ideia que inicia *Além do Princípio do Prazer*, escrito em 1920. Ao desenvolver sua proposta, ao longo do texto, vemos que Freud ([1920] 2010a) problematiza o mecanismo prazer-desprazer e centra sua discussão em pensar sobre a compulsão à repetição. Mais tarde, em 1924, discorre sobre tais problematizações de forma mais contundente em *O problema econômico do masoquismo* (Danziato, 2011).

Conforme Danziato (2011, p. 33), “na intenção de explicar os fenômenos da compulsão à repetição e do masoquismo originário, Freud cria sua hipótese da pulsão de morte para discutir sobre o caráter conservador da pulsão e a sua inércia característica”. Conceitualiza, assim, a pulsão de morte como o “impulso inerente à vida orgânica, a restaurar um estado anterior de coisas” (Freud, como citado em Danziato, 2011, p. 33), a “expressão da inércia inerente à vida orgânica” (Freud como citado em Danziato, 2011, p. 33).

Isso nos permite ler a inércia como algo que se opõe ao desejo (Lacan, [1959-1960] 2008a). “A vida ou a morte, a inércia ou o desejo: eis o drama ético-pulsional do sujeito” (Danziato, 2011, p. 34). Mas, como coloca Safatle (2008), essa lógica precisa escapar de sua tendência polar. Um novo conceito precisaria, então, entrar em jogo: o gozo. E, como lembra Safatle (2008, p. 17), “isso talvez nos explique uma certa tendência contemporânea em utilizar o gozo como conceito chave para compreender a economia libidinal própria à sociedade de consumo”.

Quanto mais capenga a possibilidade de expressão através da linguagem, mais entregue ao gozo estará o sujeito: “o gozo filtrado através da linguagem é um gozo limitado; quanto mais nos afastamos dela, potencialmente mais intenso e mortal é o gozo” (Castro, 2011, p. 1423). Por isso que o jogo do carretel, ou *fort-da*, pode fazer função para o neto de Freud: através dele, foi possível a passagem da concretude do objeto para a abstração significante, via linguagem. É a partir disso que consideramos importante atentarmos também para o paradoxo pulsional envolvido no que estamos chamando de **discursos econômicos**.

“Não há discurso – e não apenas o analítico – que não seja do gozo”, segundo Lacan ([1969-1970] 1992, p. 74). Conforme Danziato (2011, p. 35) “o segredo de todo o discurso político é que seu fundamento é o gozo; ele lida com o gozo, mesmo que o escamoteando na forma de uma tentativa, sempre fracassada, de uma universalização ou de uma moralização”. E, portanto, “a posição do sujeito . . . deve ser tomada, mesmo clinicamente, como uma posição política no discurso” (Danziato, 2011, p. 35). É nesse sentido que a Psicanálise deveria ser capaz de ultrapassar “a mera lógica da interpretação, para constatar o drama ético-político-pulsional do sujeito” (Danziato, 2011, p. 36).

No *Seminário II* ([1964] 2008b), Lacan retoma a teoria das pulsões e as articula com a linguagem. A esquematização do grafo do desejo adensa aquilo que Lacan trabalhou em *Função e campo da fala e da linguagem*, articulando outros conceitos para a compreensão do funcionamento psíquico. “Na medida em que a inserção na linguagem implica uma perda de gozo, pode-se considerá-la em si mesma como a castração inaugural, anterior à fase edipiana, uma castração inerente à própria linguagem” (Castro, 2011, p. 1422).

O que podemos pensar a partir disso? Se a inserção na linguagem implica a instauração de limites, ou seja, a morte do gozo irrestrito, da plenitude do “tudo pode”, e a entrada no discurso e na relação com o outro através da palavra enquanto forma de mediação, então o que acontece quando estamos há tanto tempo assujeitados a um social que faz laço a partir do imperativo “Goza!”, ou seja, do gozo transformado em uma obrigação? (Lacan, como citado em Safatle, 2008, p. 21).

Agora, convidamos a pensar nesse “Goza!” como correspondente de “Normatiza-te!”. Adapte-se àquilo que está sendo vendido, pois assim você irá atingir um estado de nirvana, uma inércia em que não interessa onde está seu desejo, ele já lhe é apresentado pronto, basta comprar. Aqui não é necessário que você pense. Esse caráter abreviado das narrativas contemporâneas não teria relação também com isso, se pensarmos a partir da lógica da economia pulsional?

Ao testemunharmos um tempo em que a dificuldade do relacionar-se com o outro que não é o idêntico a mim mesmo, onde a palavra tem sido mais utilizada como munição para atacar do que como mediadora, perguntamo-nos: não seria esse também um efeito dos tempos em que o gozo irrestrito é validado e estimulado? Quais os efeitos de participarmos e nos constituirmos em um contexto que glorifica o consumo a ponto de se autofagocitar?

Conforme Lacan, é o simbólico que surge para contrapor o gozo, seja no tão comentado mito de Édipo, seja através do assassinato do pai da horda primitiva, que se transforma em totem, símbolo, em *Totem e Tabu* (Castro, 2011). “É de fato enquanto ligado à

origem mesma da entrada em jogo do significante que se pode falar de gozo” (Lacan, como citado em Castro, 2011, p. 1422). Não há como representar o gozo do castor, da ostra ou da planta; nesses casos, “por falta de significante, não há distância entre o gozo e o corpo” (Lacan, como citado em Castro, 2011, p. 1422).

Poderíamos, dessa forma, relacionar a esses discursos que estamos chamando econômicos um hiperinvestimento libidinal que se relacione ao imperativo do gozo?

Depois de Freud, Lacan (1966) ajudou a compreender esse elemento destrutivo como motor da cura, pois, para ele, o problema clínico não consistiria em limitar a destrutividade da pulsão de morte para permitir que a vida operasse processos cada vez mais amplos de unificação. Ao contrário, o objetivo seria produzir justamente uma ruptura dessa unidade imaginária almejada por Eros, pois, para ele, o caráter unificador de Eros seria expressão da potência do Um, ou seja, da tentativa de submissão do outro ao poder colonizador do Imaginário com seus mecanismos narcísicos de introjeção e projeção. Dito de outro modo, não se trataria da morte concreta do indivíduo, mas de desestabilização da coerência imaginária do Eu que, em seu esforço em se manter idêntico, recusaria a diferença necessária para tornar-se outro. (Oliveira, Winograd & Fortes, 2016, p. 74)

É claro que há investimento libidinal em um ato agressivo, mas, costumeiramente, isso se encontra relacionado à pulsão de morte na maioria das proposições psicanalíticas. O giro de leitura que propomos aqui acompanha a proposta de Lacan, descrita na citação acima. Para pensar o que vem operando a nível de linguagem nas tramas político-discursivas contemporâneas, talvez essa seja uma proposta interessante e até mesmo menos binária: “pulsão de vida é bom e pulsão de morte é ruim”. Em suma, o “excesso de Eros” mencionado pelas autoras não faria polo de oposição à pulsão de morte, que em Lacan ([1959-1960] 2008a) é positivada e relacionada à tendência de dissolução, à separação, à entrada em contato com o vazio e à falta, mas sim, diria respeito à tendência à inércia.

“A experiência analítica para Lacan, se bem compreendida, está situada na forma como o sujeito se insere no campo do Outro através de efeitos de linguagem que, ao mesmo tempo em que o dividem, o engajam nesse campo ” (Dunker & Ravello, 2018, p. 175). Na construção do grafo do desejo, a relação do sujeito com o Outro é “representada pela passagem de delta ao campo do Outro [A] e é intermediada pelo circuito imaginário que vai do eu [m] à sua imagem especular [i(a)]” (Dunker e Ravello, 2018, p. 175). Ou seja, “tendo em vista que o campo do imaginário do narcisismo se caracteriza por duas paixões fundamentais, a agressividade (ódio) e a fascinação (hipnotismo amoroso), se confirma que o engajamento” afetivo que se expressa na linguagem, tem relação direta com a forma com que se organiza o circuito pulsional (Dunker & Ravello, 2018, p. 175). “Uma abordagem que se

quer discursiva quanto ao tema do afeto deve, portanto, oferecer elementos que permitam a compreensão dos mecanismos que visam dar conta da economia psíquica no campo da linguagem” (Dunker & Ravello, 2018, p. 175).

Sendo assim, o que estaria em jogo em tais discursos econômicos? “Uma língua procura sensações de prazer/desprazer, e não somente as auditivas. Há efeitos no corpo tais que podem ser ressentidos como um outro. A língua é o lugar de reencontro entre as palavras e o gozo via corpo” (Vierling-Weiss, como citado em Dunker & Ravello, 2018, p. 181).

Se, assim como mencionamos, tomássemos a inércia, “a petrificação do Eu, a anestesia” (Green, como citado em Antoniazzi & Weinmann, 2018, p. 167) como o polo oposto ao excesso de Eros, seria possível dizer que o que tem estruturado tais formas discursivas estaria retido nesse circuito? Um engajamento afetivo a um discurso, a uma ideologia, a um partido político ou a uma figura que encarne a ordem poderiam ser efeitos disso, já que a palavra se encontra desinvestida e aposentada da sua função simbólica e mediadora? Ou, tal desinvestimento seria resultado da economia libidinal tal qual a estamos apresentando aqui? E, junto a isso, o empuxo que leva à inércia que petrifica os sujeitos em identidades enclausurantes e estereotipadas? O coxinha, o petralha, o esquerdopata, a feminazi, o fascista, etc. têm relação com essa captura afetiva que oferece um gozo sem interdições?

Tais engajamentos afetivos parecem fazer com que a dimensão do movimento próprio ao pensamento fique perdida. Mas, como falar disso sem recair na ilusão de um racionalismo redentor? Ou, no salvacionismo do poder do simbólico? Há, sim, algo complicado em reduzir a política aos afetos; o que não quer dizer que a saída seja a expulsão dos engajamentos afetivos da vida pública.¹⁴ Novamente, o campo político e a ocupação do espaço público nos colocam diante de um paradoxo. O que fazer diante disso?

O efeito de olhar para os afetos

Pode ser a paralisia

Mas qual o problema

De paralisar?

Se não há pausas

¹⁴ Um agradecimento especial ao professor Eduardo Leal Cunha, que fez com que essa reflexão fosse possível a partir dos conteúdos estudados na disciplina *Articulações contemporâneas entre o político e o íntimo*, ministrada na UFRJ em 2018/2, da qual participei.

Como pensar novos começos?

Nem sempre a paralisia

Paralisa

Foi nesse sentido que Lacan propôs a positivação da ideia de pulsão de morte, entendendo-a não como vontade de destruição direta em forma de agressividade – o que seria algo da ordem de seu efeito –, mas como vontade de novos começos, vontade de diferença, “vontade de criação a partir de nada, vontade de recomeçar” (Lacan, [1959-1960] 2008a, p. 255). Seguindo essa proposição, Nathalie Zaltzman cunhou o termo “pulsão anarquista”, destacando o que seria o aspecto principal “da pulsão de morte, a saber, a abertura de saídas vitais quando uma situação demasiadamente aglutinante tivesse se fechado sobre o sujeito, asfixiando-o pelo excesso de Eros” (Zaltzman, como citado em Oliveira, Winograd & Fortes, 2016, p. 75).

De acordo com a autora, “o que marca Thanatos é a carga afetiva que induz ou acompanha o gosto pela mudança, pela errância, pela marginalidade; é o valor de luta que estas mudanças têm contra organizações de vida aprisionantes” (Zaltzman, como citado em Oliveira, Winograd & Fortes, 2016, p. 75). Indo contra aquilo que “serializa e provoca uma submissão insuportável, a pulsão de morte comportaria uma dimensão de protesto vital, de luta” (Zaltzman, 1994, como citado em Oliveira, Winograd & Fortes, 2016, p. 75).

4.3 CURTOS-CIRCUITOS: DISCURSOS E MOLDES

“Ah”, disse o rato, “o mundo torna-se a cada dia mais estreito. A princípio era tão vasto que me dava medo, eu continuava correndo e me sentia feliz com o fato de que finalmente via à distância, à direita e à esquerda, as paredes, mas essas longas paredes convergem tão depressa uma para a outra, que já estou no último quarto e lá no canto fica a ratoeira para a qual eu corro.” —

“Você só precisa mudar de direção”, disse o gato e devorou-o.

“Pequena fábula”, Franz Kafka

Em 2016, em um congresso de estudos latino-americanos, estudantes se reuniram para impedir que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso fizesse uma fala sobre o tema “Os caminhos da democracia na América Latina”, alegando ilegitimidade de sua participação sob o argumento de que ele havia participado do golpe de Estado contra Dilma Rousseff, concepção alinhada à compreensão da esquerda sobre o processo de *impeachment*. Depois das manifestações a favor e contra a participação do ex-presidente, os organizadores do evento retiraram a expressão “democracia” do painel e, no dia previsto para o evento, Fernando Henrique cancelou sua participação. Parte do grupo que se colocou contra dizia reivindicar apenas o direito de protesto pela incoerência do convite, no entanto, silenciou diante da atitude daqueles que, também contrários à presença do ex-presidente, lutaram para que ele fosse desconvidado ou cancelasse sua participação. “Quando o desfecho do episódio gerou acusações de censura e de violação da liberdade de expressão – ainda por cima em ambiente acadêmico – muitos se esconderam na posição do mero direito de protesto e disseram ainda que Fernando Henrique fugiu do debate” (Ortellado, 2017).

Movimento parecido aconteceu nos casos da exposição *Queermuseu – Cartografias da diferença*, em Porto Alegre, e da performance do artista Wagner Schwartz no Museu de Arte Moderna (MAM), em São Paulo, ambos em setembro de 2017. Um grupo conservador chamou a atenção nas redes sociais, através de vídeos publicados no *facebook*, em tom de denúncia: no primeiro caso, a algumas das obras expostas foram classificadas como “apologia à pedofilia e à zoofilia”; no segundo, a uma situação ocorrida durante a performance, quando uma criança, acompanhada da mãe, tocou o artista, que estava nu. A intenção da divulgação dos vídeos não era promover um debate democrático sobre a classificação indicativa dos museus, mas transformar esses eventos em apologias atribuir-lhes a posição política de esquerda. Ataques verbais e físicos, pedidos de cancelamento das exposições e tumulto em frente aos museus foram alguns dos resultados. Quando o grupo foi criticado por censura, utilizou-se do argumento do direito de protestar e criticar, mas silenciou diante daqueles que

havia participado das invasões ao museu ou aqueles que agrediram e intimidaram. Segundo Pablo Ortellado (2017), esses dois casos são um recorte do que temos visto, “uma verdadeira seletividade na defesa da liberdade de expressão. Ela é defendida com veemência quando nos afeta, mas fingimos não ver que está sendo violada quando afeta o campo adversário”. Dessa forma, sustenta que há uma polarização em lados que, embora opostos, aparentam estrutura semelhante no que se refere ao ato e à forma discursiva: “temos visto reiteradamente o mesmo roteiro, nos dois lados, apenas com os sinais invertidos” (Ortellado, 2017).

Na guerra das convicções, qual posição tu sustentas?



Figura 7. Cartoon de Alberto Montt¹⁵

¹⁵ Fonte: Montt, A. [Sem título]. (2009). 1 cartoon, color. Recuperado de <http://www.dosisdiarias.com/2009/11/2009-11-30.html>

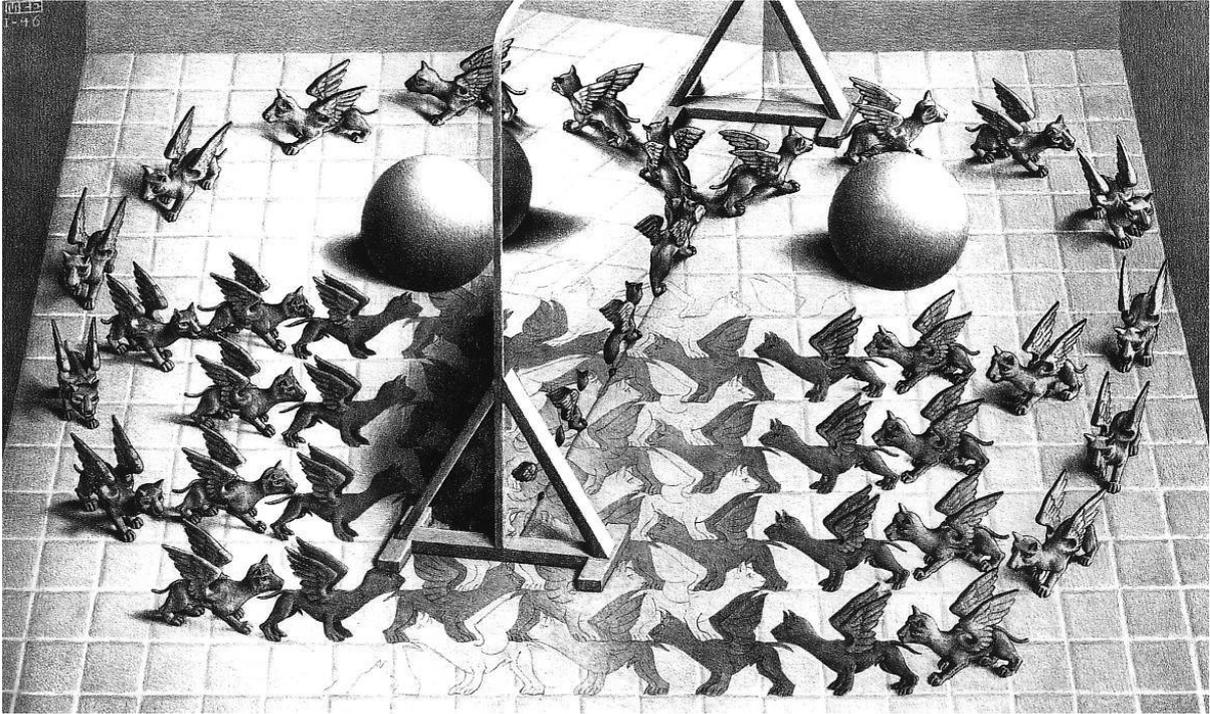


Figura 8. *Especular*, Maurits Cornelis Escher^{16,17}

No espelho, as imagens devem se adaptar ao seu reflexo.

20/03/2018

Ao me deparar com algumas obras de Escher, em uma visita que fiz ao Museu de Arte Popular de Lisboa, em janeiro de 2018, fui tomada por uma enxurrada de pensamentos que me levaram de volta à minha questão de pesquisa. Uma delas, a obra intitulada Especular, montou no meu pensamento a imagem de um espelho invertido. Pensando agora, de um espelho plano, que inverte a imagem em direita-esquerda. Inverte ilusoriamente. Não estou equiparando conteúdos proclamados pelas posições políticas que encontram lugar na direita ou na esquerda. Não é esse o ponto. A questão é pensar a forma. Tem algo engraçado nessa nova “extrema direita”, que me parece resultante de todo esse processo estranho que estou colocando em questão na pesquisa. Parece que vários pontos das pautas famosas por serem de esquerda foram subvertidos e transformados numa espécie de Frankenstein da

¹⁶ Mantenho o nome da obra conforme a Exposição Escher do Museu de Arte Popular em Lisboa, que visitei em janeiro de 2018.

¹⁷ Fonte: Escher, M. C. (1957). *Magic mirror*. 1 fotografia, p/b. Recuperado de <http://pt.wahooart.com/@/5ZKD4B-Maurits-Cornelis-Escher-m%C3%A1gico-espelho>

conspiração. Exemplos: a Rede Globo, que sempre teve sua crítica e desvalorização vindas muito mais de grupos de esquerda, hoje em dia também se depara com essa nova direita levantando essa bandeira; as teorias conspiratórias, que estavam presentes nas esquerdas, como vacinas contaminadas em função de planos mirabolantes das indústrias farmacêuticas e outras críticas à ciência (me refiro aquelas mais estapafúrdias, como a citada), parecem ter encontrado seu reflexo do outro lado, fazendo surgirem, assim, afirmações categóricas de que a terra é plana, o Nazismo foi de esquerda, ideologia de gênero, marxismo cultural, etc.

Em novembro de 2017, salvei em minhas anotações uma entrevista com Rosana Pinheiro Machado que tem relação com essa reflexão.

06/11/2017

Entrevista com Rosana Pinheiro Machado para o jornal online da Unisinos: “Esquerda e direita disputam regimes de verdade.”

“A esquerda, por seu turno, está perdida e reativa. E veja que ironia: sempre foi papel da esquerda questionar a globalização e a universalidade (o imperialismo) dos valores burgueses dos direitos humanos. É a direita que está fazendo, pelos meios errados (para retroceder e não para avançar), o debate que nós deveríamos estar fazendo”¹⁸.

Temos visto o quanto grupos que militam por causas emancipatórias têm se emaranhado num jogo discursivo semelhante ao lado a que se opõem, o que tem diminuído sua potência de luta política, criando brechas para o surgimento de discursos hostis, que geram reações cada vez mais autoritárias e guiadas pela moral. As discussões de Vladimir Safatle nos livros *A esquerda que não teme dizer seu nome* e *Só mais um esforço* trazem um olhar crítico sobre o campo das esquerdas justamente sobre essa questão.

Outra importante reflexão, nesse sentido, é trazida por Alice de Marchi Pereira de Souza em sua tese de doutorado, *Modulações militantes por uma vida não fascista*:

Numa experiência de militância no campo da “esquerda” e “dos direitos humanos”, algumas posturas e práticas se fazem questão. Cobranças e culpabilizações, o imperativo “de dar conta de tudo”, a exigência de uma suposta “legitimidade” para

¹⁸ Recuperado de <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/573311-esquerda-e-direita-disputam-a-verdade-entrevista-especial-com-rosana-pinheiro-machado>

lutar, discursos de ódio, desqualificação do outro para se auto-afirmar, mínimas ações que insistem em sua negatividade ao denunciarem medo, ressentimento, controle e surpreendentes apaixonamentos pelo poder: por que tão recorrentemente vemo-nos, do lugar de militantes “de esquerda”, reproduzindo aquilo mesmo que queremos combater? (Souza, 2016, p. 8)

Souza (2016) monta sua tese a partir da inquietação que essa pergunta lhe gera. Ao trazer algumas cenas de sua experiência, nos coloca diante de certos impasses que a luta política pode colocar. Nessas cenas, a autora se depara com seus “camaradas”, parceiros de luta, de trabalho e de vida, tornando-se tristes, melancólicos, arrogantes, ou, como diz no trecho acima: fazendo justamente aquilo mesmo que queriam combater. Propõe como estratégia de luta política o exercício cotidiano do cuidado de si, buscando resgatar a imaginação política através da performatividade inventiva: “quem sabe assim, e justo em meio aos afetos terríveis produzidos num presente abominável, se possam afirmar . . . modulações militantes mais libertárias” (Souza, 2016, p. 8). Para a autora, nada pode ser dado como garantido na militância. Não se trata de escolher “lado certo”, mas sim, apostar na potência das práticas militantes de “um viver não fascista”, e, assim, “tomar a liberdade não como ponto de chegada, mas como prática incessante de desprendimento de si mesmo e do poder” (Souza, 2016, p. 8).

Em *A esquerda que não teme dizer seu nome*, Safatle fala sobre o inegociável da política, sobre o que situa um partido político em um campo (esquerda ou direita), tocando em pontos nodais para desvelar as armadilhas que a chegada no poder pode colocar. Embora o caráter inconsciente, ambíguo e contraditório que permeia as relações sociais, inclusive as relações políticas, há questões que não se pode abrir mão e que são peças-chave do jogo político. Para tal construção, ele situa o livro da seguinte forma:

Este livro pretende falar, pois, do inegociável, ou seja, disso que normalmente é a primeira coisa que a esquerda esquece quando assume o governo e começa a ficar fascinada por ser recebida em casas de escroques na Riviera Francesa, por ser convidada para *vernissages* de publicitários travestidos de artistas plásticos e por começar a ler mais sobre vinhos caros do que sobre alienação do trabalho nas linhas de montagem da Ford. (Safatle, 2012, p. 16, grifo no original)

Há coisas que devem ser sustentadas e determinadas para que a captura pelo jogo de poder não encontre solo fértil para se desenvolver (Safatle, 2012). De acordo com Safatle, a sociedade contemporânea oferece uma ilusão de que temos possibilidades infinitas a nosso serviço, e é isso que dificulta, por vezes, sustentar algo que precisa estar garantido quando se

trata de uma proposta política que tem como premissa escutar as demandas do povo, dar espaço e voz às minorias e lutar por um espaço mais igualitário. Na percepção do autor, o campo da esquerda tem colocado o agir antes do pensar, esquecendo-se de que pensar também pode significar agir. Parece que, nesse momento, ele chama atenção para o que estamos trazendo nesta pesquisa enquanto uma questão importante do mal-estar contemporâneo: a redução do tempo de compreensão entre um instante de ver e um momento de concluir.

Importante insistir que a determinação dos problemas do presente defina a configuração de nossa posição. . . . Ele se move de acordo com os problemas postos pela vida social. Muitas vezes, várias correntes de esquerda ignoraram tal mobilidade, entrando assim em uma espécie de “petrificação do discurso” que acabou por afastá-los da capacidade de pautar a opinião pública. (Safatle, 2012, p. 15)

Em *Só mais um esforço*, Safatle retoma essa questão sobre movimento e plasticidade do pensamento. Questiona como formar um corpo político que escape à substância, que não se enrijeça e que consiga sustentar em seu interior as particularidades sem perder de vista sua direção. Além disso, nos convoca a pensar sobre lugar de fala, comentado aqui anteriormente, e sobre questões identitárias, de que falaremos mais adiante.

O que gostaríamos de colocar em discussão aqui, ao trazer o pensamento de Souza e Safatle, é a linha tênue que sempre fica aparente quando nos colocamos a pensar sobre o campo político. Parece-nos importante apontar para o quanto nossos hábitos mais simples podem replicar e atualizar jogos de poder. “Em nossas pequenas decisões linguísticas ou comportamentais” (Dunker, 2017, p. 16) há sempre um jogo envolvendo poder. Voltamos, com isso, para a discussão feita por Barthes trazida anteriormente: a tendência “fascista” da linguagem está sempre prestes a nos dar uma rasteira.

Tanto Freud quanto Lacan lançavam questões interessantes sobre os engajamentos afetivo-ideológicos de suas épocas, que parecem estar em convergência com essa discussão. Em *Por que a guerra*, Freud ([1933] 2010b) fala do engodo ilusório que pode recair sobre a tentativa revolucionária do comunismo, e Lacan ([1969-1970] 1992), em maio de 1968, questiona os estudantes em luta: vocês querem o mestre? Vocês o terão. Embora tal posicionamento esteja datado, referindo-se ao campo político daquele tempo, parece-nos interessante o resgate das perguntas ali colocadas: uns, mais cientes de que é mesmo o mestre que querem; outros, nem tanto. A figura salvacionista encarnada tanto por Lula quanto por Bolsonaro são exemplos disso. Aqui, estou me referindo à forma como tanto um quanto outro foram desejados nesse lugar-total, salvacionista, durante esse período. Para Lacan ([1969-

1970] 1992), é a partir do paradoxo do gozo que toda proposta político-ideológica universalizante pode ser uma armadilha. É nesse ponto que Lacan sustenta que a Psicanálise pode dar sua contribuição à política. Não há discurso que escape a esse caráter paradoxal do gozo (Lacan, [1969-1970] 1992).

Sendo assim, o que nos cabe é propor um olhar para isso nas tramas discursivas atuais. Poder olhar e colocar em discussão a maneira com que a economia pulsional circula no discurso é também uma forma de desviar da colagem imediata a um discurso, luta política, causa, militância, etc. A ética psicanalítica, portanto, contribui nesse sentido; um olhar sempre crítico e questionador para tudo que se apresenta como proposta totalizante. Com totalizante, aqui, queremos dizer o seguinte: tanto as propostas ou discursos escrachadamente autoritários, que oferecem uma saída pela via do controle máximo dos corpos, quanto as propostas ou discursos mascarados de emancipatórios e não-normatizantes, mas que não sobrevivem sem o poder. Ambos podem acabar caindo no jogo polar de positivação ou negatificação de tudo, do “sou aquilo que o outro não é”, ou, “porque o outro não é, eu sou”.

A essa tendência ao funcionamento binário, podemos aproximar aquilo que Lacan apontou ao usar a forma de uma esfera para falar sobre totalizações ilusórias e alienantes. Como já vimos, ele nos lembra da importância de atentar para o paradoxo do gozo envolvido em uma estrutura social. Também menciona que pautar o entendimento social pela luta de classes não é suficiente. Isso é bem importante, se concordarmos que estamos em um contexto em que a captura por discursos partidários e por lógicas identitárias bloqueia as possibilidades de saída dessa gramática conhecida e gasta. Uma “esfera”, como coloca Lacan no *Seminário 17* ([1969-1970] 1992). Nesse seminário, Lacan fala de quatro estruturas discursivas presentes no laço social: o discurso do mestre, o da histórica, o do analista e o do universitário. A proposta não é discorrer sobre eles, mas sublinhar uma passagem do texto em que Lacan fala sobre as escolas de Psicanálise que os pós-freudianos e até os próprios lacanianos estavam sustentando. O resultado dessas instituições, segundo Lacan, era cristalizar os sujeitos em lugares enrijecidos, que se autodenominavam por essa ou aquela técnica e que se opunham entre si.

O que serve bem para mostrar o quão pouco pesa a incidência das escolas é o fato de que a ideia de que o saber possa constituir uma totalidade é, por assim dizer, imanente ao político como tal. Sabe-se disso há muito tempo. A ideia imaginária do todo tal como é dada pelo corpo – como baseada na boa forma da satisfação, naquilo que, indo aos extremos, faz esfera –, foi sempre uma estratégia utilizada na política, pelo partido da pregação política. (Lacan, [1969-1970] 1992, p. 29)

Nesse sentido, podemos pensar que a saída pelos extremos, como coloca Lacan, “é a névoa na qual perdemos a direção e onde nos vemos obstruídos” (Lacan, [1969-1970] 1992, p. 29). Segundo ele, mesmo a boa intenção da estratégia marxista causou uma pregação pela busca do poder, ainda que de forma inconsciente. “Uma doutrina tal como a de Marx, que instaurou sua articulação sobre a função da luta, da luta de classes, não impediu que dela nascesse aquilo que agora é justamente o problema . . . a manutenção de um discurso do senhor” (Lacan, [1969-1970] 1992, p. 29). Com isso, ele nos traz novamente a importância de lembrar da dimensão inconsciente e do impossível do laço social.

Lacan volta a falar em esferas no *Seminário 24*: “Se recorre ao imaginário para se fazer (*se faire*) escrevam-no esfera (*sphère*), para saber bem o que é imaginário” (Lacan, como citado em Pimentel, 2010, p. 53, grifos no original). Isso porque a esfera é a forma geométrica de uma totalização. Além disso, a esfera representa de forma explícita os efeitos de uma totalização: dois pontos opostos, simétricos, que, em movimento, giram formando esfera, anulando o espaço vazio. Lacan utiliza a imagem da esfera como metáfora, propondo que os discursos que trazem como marca esse molde de oposição simétrica sustentam estruturas que anulam o espaço da falta. “No todo, tudo vale o mesmo” (Lacan como citado em Pimentel, 2010, p. 53).

Para Lacan ([1969-1970] 1992), essas formas discursivas têm funcionamento predominantemente imaginário. Como em uma esfera maciça: o espaço é todo preenchido e não há vazio. Em *Função e campo da fala e da linguagem*, também atribui à ordem do imaginário uma comunicação que fica detida em uma alteridade especular. Usa os termos “muro de linguagem” e “linguagem-signo” para fazer referência a esse funcionamento do imaginário (narcísico), usando expressões da cultura como exemplo. Tanto o muro de linguagem quanto a linguagem-signo se aproximam da análise que Lacan faz da totalização e da perda da dimensão significante. Ele nos chama atenção, novamente, para a possibilidade de um discurso, mesmo que cheio de boas intenções e de potência revolucionária, nos levar pela mão em direção ao abismo das relações de poder: “a ironia das revoluções é que elas geram um poder ainda mais absoluto em seu exercício, não como se costuma dizer, por ele ser mais anônimo, mas por ele estar reduzido às palavras que o significam” (Lacan, [1953] 1998a, p. 285).

05/07/2018

A famosa frase do Brizola está em alta por esses dias. “Quando vocês tiverem dívidas quanto a que posição tomar diante de qualquer situação, atentem: se a Rede Globo for a favor, somos contra”. Esse tipo de “esquerda lacração” dá sono, cansaço. Que grande lógica, estamos de parabéns.

4.4 NARRATIVAS ABREVIADAS: NOS ESPAÇOS PREENCHIDOS NÃO HÁ VAZIO

Mas como sustentar a importância da circulação da palavra nesse contexto? Olhando para as comunicações nas redes sociais e experienciando o dia-a-dia, percebemos cada vez mais a intolerância de suportar o que vem do outro, seja nos cartazes pedindo “intervenção militar já”, nos pedidos pela liberação do porte de arma ou na legitimação das mulheres que matam seus agressores porque o Estado falhou em ajudá-las. Cada vez mais, a lógica de fazer justiça com as próprias mãos nos faz questão.

Os comentários sobre o assalto que deixou ferido um estudante da UFRGS em frente ao restaurante universitário em 6 de novembro de 2017 mostram o quanto a polarização entra em jogo mesmo em notícias que não se referem diretamente a pautas econômicas ou ideológicas. Trazemos alguns comentários para ilustrar a discussão:

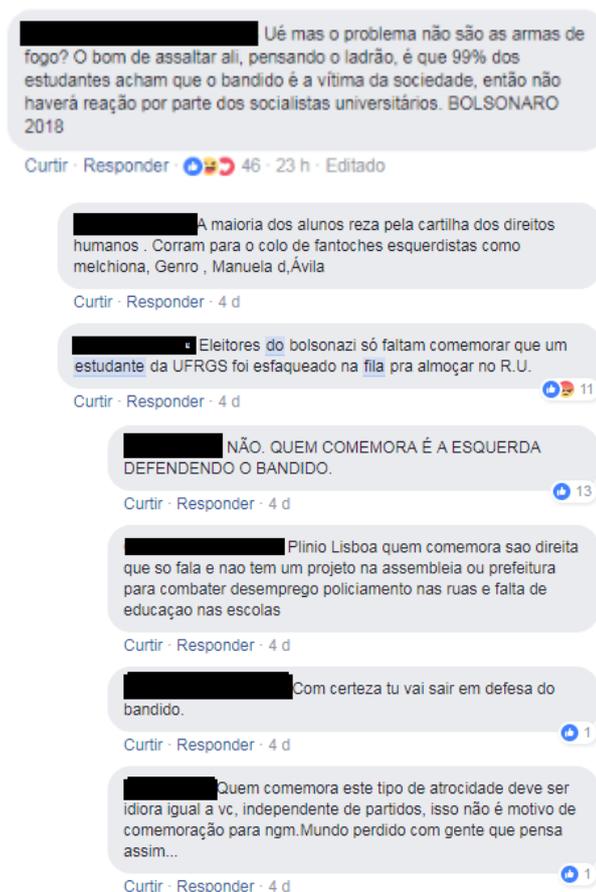


Figura 9. Comentários sobre notícia no *facebook*

De 2017 para cá, analisamos outras notícias publicadas pelos jornais *online* nas redes sociais, e o que encontramos foi um crescente nos discursos de ódio e associações com questões políticas, mesmo em notícias cuja chamada ou pauta não tratava do assunto.

A Notícia 2 de outubro de 2017 · 🌐

Ele era um dos investigados na Operação Ouvidos Mucos

ANOTICIA.CLICRBS.COM.BR

Reitor da UFSC comete suicídio em shopping de Florianópolis
Luiz Carlos Cancellier era investigado pela Polícia Federal

569 54 comentários 94 compartilhamentos

Que ótimo... Agora faltam 5000 políticos e ex-presidentes... Tomara que a moda pegue.. 7

Curtir · Responder · 1 a

1 resposta

Quanta intolerancia no tribunal de ignorantes é de arrepiar..... 7

Curtir · Responder · 1 a

bobear a família vai processar o Estado por dano moral e outras coisas mais.... 4

Curtir · Responder · 1 a

Caio Boeing Tem que investigar isso, como dizia o filme do piratas do Caribe "homens mortos não contam histórias", acho que pode ser uma queima de arquivo 6

Curtir · Responder · 1 a

Morreram ele 2

Curtir · Responder · 1 a

Quando q o Lula , Dilma e o Temer vão fazer o mesmo. 2

Curtir · Responder · 1 a

Misericórdia senhor.... 1

Curtir · Responder · 1 a

Será que ele era mesmo Culpado,?????:😏 1

Curtir · Responder · 1 a

fez o que todos ladrões e corruptos deveriam fazer 1

Curtir · Responder · 1 a

Porque não pensa antes de roubar 1

Curtir · Responder · 1 a

Ja foi tarde

Curtir · Responder · 1 a

Figura 10. Comentários sobre notícia no *facebook*

O que acontece para que as classificações do “se-então” ou do “isso ou aquilo” entrem em jogo? Para pensar a respeito disso, dado o contexto que venho apresentando, considero interessante e pertinente resgatarmos dois clássicos da literatura do século XX: *1984*, de George Orwell, e *O homem sem qualidades*, de Robert Musil. Tanto nas tramas presentes na obra de Orwell quanto na de Musil podemos ver personagens tomados pela angústia: Winston, por ter o pensamento coibido pelo sistema do Grande Irmão, que tudo vê; Ulrich, por se deixar pensar demais e estar sempre nos limiares da contramão. Começamos por Winston.

Na trama de *1984*, Orwell nos apresenta uma distopia narrada em um contexto em que um dos aspectos do controle e da manutenção do poder se dão através da subversão da linguagem e da vigilância. “O Grande Irmão zela por ti” (Orwell, 2009, p. 12), diz um cartaz em frente à porta do protagonista Winston. Algumas páginas adiante, o personagem, escondendo-se da teletela, do “olho que tudo vê”, encontra papel e caneta e se coloca a escrever. Precisa encontrar um desvio para poder pensar sem ser visto, longe das imagens impositivas que, como enxurradas, construíam todo o seu entorno. Aqui, cabe uma brincadeira com a teletela e uma associação às telas contemporâneas: as telas de nossos computadores e *smartphones*, que, além de nos mostrarem uma notícia, nos oferecem a possibilidade de sua significação, ora através de seu próprio enunciado, ora através dos comentários, a exemplo da notícia trazida na página anterior. É só escolher entre curtir ou não curtir, se colocar no jogo do contra ou a favor.

Essa é uma breve reflexão sobre a obra de Orwell que trago para tensionar a enxurrada imagética a que estamos expostos nas redes sociais, muitas vezes como aquele que comenta, outras vezes como aquele que lê para concordar ou discordar. Que protagonismo temos aí? É a mesma ironia que há em considerarmos Winston um protagonista no mundo fascista criado por Orwell, onde a imposição da lei se dava via fórceps. Mas, ao longo do livro, o “protagonismo” vai ganhando certa validação. Winston nutria acesa a chama subversiva de revoltar-se contra aquele sistema que coibia o pensamento.

É interessante que sua revolta ganha mais força à medida que a linguagem vai sendo distorcida e condensada para dar legitimidade à nova forma de comunicação imposta pela *novilíngua*. A polissemia é dispensada para dar passagem a um novo código estabelecido. À medida que a *novilíngua* se institui, as significações vão se tornando abreviações com significados prontos. Winston segue confinado ao pequeno espaço de seu apartamento que a teletela não consegue vigiar. Angústia e medo acompanham o desenrolar da trama, que, através de Winston, busca mostrar como seria viver sem a possibilidade de duvidar ou questionar, colocando aqueles que buscam as perguntas em um lugar minúsculo e confinado.

Em Orwell, o espaço da dúvida e do questionamento é o espaço pequeno onde Winston escreve em seu diário. Diferente desse confinamento da trama de *1984*, Ulrich, protagonista do livro de Musil, goza de sua liberdade e irreverência de não apenas andar no contrafluxo, mas no antifluxo¹⁹. Ulrich aparece como aquele que diz “ainda não” (Musil, 1989, p. 369).

Essa dimensão de extensão do tempo do “ainda não” da trama torna-se interessante quando a proposta é pensar nas abreviações narrativas atuais. Outro ponto interessante dessa obra é a reflexão que somos convocados a fazer no percurso de leitura do livro. Ulrich é um personagem que desvia das qualidades tão impregnadas no cenário da ficção. Angustia um de seus melhores amigos, e também seu pai, por representar aquele que escapa das determinações de uma identidade. Ao ler o livro, podemos ter acesso às reflexões que o personagem faz no decorrer dos dias. Em uma delas, ele se questiona: como pode o homem aderir tão rapidamente a uma escolha só em um mundo tão cheio de possibilidades? (Musil, 1989).

O que impede de cruzar as fronteiras do óbvio e dos caminhos pré-programados? Se a emancipação está em acolher o desamparo e a falta, como traz Safatle (2015), como lidar com a angústia dos espaços vazios e da dúvida? Quais os riscos de preencher os espaços do questionamento com conclusões precipitadas e conhecidas? Como resgatar o “ainda não”?

¹⁹ O termo *antifluxo* foi retirado da tese de Doutorado *Modulações militantes por uma vida não fascista*, de Alice de Marchi Pereira de Souza (2016).



Figura 11. *Preenchimento do plano II*, Maurits Cornelis Escher^{20,21}

Tesselações: um tipo de técnica geométrica na qual triângulos, estrelas ou quadrados são repetidos como mosaicos para cobrir um plano sem deixar espaços vazios. Escher transpôs a técnica para algumas de suas obras. É interessante que, olhando para a imagem, nunca conseguimos escapar de ver alguma forma ou figura, mesmo nos espaços que parecem vazios. Há sempre uma imagem prestes a se presentificar diante do olho.

²⁰ Mantenho o nome da obra conforme a Exposição Escher do Museu de Arte Popular em Lisboa, que visitei em janeiro de 2018.

²¹ Fonte: Escher, M. C. (1957). *Plane Filing II*. 1 fotografia, color. Recuperado de <http://clubes.obmep.org.br/blog/sala-de-atividades-pavimentacao-sala-2>

GaúchaZH
2 h · 🌐

Medida também vai atender travestis, quilombolas, ciganos, pessoas com deficiência e autismo



GAUCHAZH.CLICRBS.COM.BR

Universidade do Estado da Bahia terá cotas para transexuais

██████████ Pqp este país é uma piada , por acaso estas pessoas tem problemas mentais que não podem entrar por mérito delas ? Cotas por classe social eu concordo, mas isto já é uma afronta

Curtir · Responder · 2 h

██████████ Significa que trans são mais burros! Incapazes de terem uma capacidade intelectual!? 😞😞😞

Curtir · Responder · 2 h

██████████ Bolsonaro urgente pra acabar com essa patifaria de quotas. Está passando dos limites.

Curtir · Responder · 1 h

██████████ Esse país é um lixo.

Curtir · Responder · 29m

██████████ é bonito ser gay , e feio ser heterossexual

Curtir · Responder · 2 h

██████████ Esse país é um lixo.

Curtir · Responder · 26m

██████████ Agora tem cota pra baitola, pqp ...

Curtir · Responder · 1 h

██████████ ridículo ridículo ridículoridículo ridículo ridículoridículo ridículo ridículoridículo ridículo ridículo

Curtir · Responder · 1 h

██████████ Quero minha cota pra careca, estou sofrendo bullying também cada vez mais, desse jeito estou sendo oprimido e mais burro que os outros.

Curtir · Responder · 41m

██████████ tua chance

Curtir · Responder · 1 h

👉 1 resposta

██████████ País podre,assistencialista e coitadista!!!WTF!

Curtir · Responder · 1 h

██████████ É nós brancos estamos sendo discriminados, não haverá mais cotas, vagas para concursos e empregos para quem for raça BRANCA que absurdo isso, alguém tem que freiar esses psicopatas, idiotas, por isso voto no BOLSONARO é a única chance que teremos para dar um basta nisso tudo.

Curtir · Responder · 27m

Figura 12. Comentários sobre notícia no *facebook*

G1 - O Portal de Notícias da Globo  ...

4 de outubro de 2017 · 

Após post de Crivella, mostra - cancelada em Porto Alegre - não será levada para o Rio. Mas o que diz quem é a favor e quem é contra a 'Queermuseu'? Leia ==> <https://glo.bo/2yH3dKA> #G1



G1.GLOBO.COM

Artistas e políticos se manifestam sobre a exposição 'Queermuseu'

   1,1 mil 959 comentários 43 compartilhamentos

██████████ Valeu pela noticia mas...
Continuarei hétero, comedor de carne, cristão, apoiador do porte de armas para cidadão de bem, tradicional, anti-estuprador, anti-pedófilo, de direita, anti-feminista, eleitor do Bolsonaro, contra o PT, esperando a prisão do Lula. Posso te irritar de mais alguma forma?

Curtir · Responder · 42 sem    99

↳ 5 Respostas

██████████ Gostaria de saber desde quando artista é parâmetro pra alguma coisa.. tudo é mimimi protesto de artista... Mimimi os artistas acham isso... Perguntem pro povo o que nós achamos.

Curtir · Responder · 42 sem    67

Figura 13. Comentários sobre notícia no *facebook*



Estadão

2 h • 🌐



'A gente tá vivendo um momento muito especial' (via **Emais Estadão**) #estadão



ESTADÃO

Lulu Santos agradece repercussão positiva de fãs ao postar foto com o namorado

👍❤️😄 7.123

1.121 comentários

██████████
"Consideramos justa toda forma de amor" ❤️❤️❤️❤️❤️❤️
2 h Curtir Responder 👍❤️😄 221

██████████
Foi com esse discurso que na Europa existiu até partidos pró pedofilia alegando ser uma "diversidade sexual"
2 h Curtir Responder 👍😄😞 15

██████████
Tava procurando esse comentário pra curtir ❤️💙💚💛
2 h Curtir Responder 👍 2

██████████
Discurso que apoia a pedofilia.
2 h Curtir Responder 👍😄 12

██████████
Que sejam felizes e tenham muitos e muitos filhos! 😄

1 min Curtir Responder

██████████
Que tristeza ler tantos comentários maldosos. Seja feliz, Lulu! Que se danem o que os outros pensam. O amor, seja como for, está acima de tudo.

2 h Curtir Responder

👍 12

██████████
1000 % Bolsonaro eu e toda a minha FAMÍLIA.
Digite na urna o número 17 do Bolsonaro.
Merecemos um Brasil mais honesto.

2 h Curtir Responder

👍😄❤️ 13

Ver 3 respostas anteriores

Figura 14. Comentários sobre notícia no facebook

5 DO PARADOXO IDENTIFICATÓRIO

As discussões guiadas pela afirmação de pontos de vista, por vivências pessoais, pela legitimação de um “lugar de fala”²² e pelas “bolhas identitárias” têm estado muito presentes no contexto trazido até então. A tendência dessas discussões é pautar-se por microdisputas de poder e pela reivindicação do monopólio do discurso, uma postura tautológica que se caracteriza pela rápida autoatribuição de conhecimento de causa. “A paixão que embala a autoimagem de quem se sabe integrante de uma revolução em andamento tem seus encantos e armadilhas” (Engelke, 2017, p. 44). Ao mesmo tempo em que essa paixão é importante fonte de inspiração para ações de mudanças, por outro lado, pode dificultar o reconhecimento das próprias contradições e limites.

Propomos retomar, então, o texto *Psicologia das massas e análise do eu*. Nele, Freud ([1921] 2016) busca compreender o funcionamento dos coletivos a partir dos mecanismos identificatórios. Procura trazer os elementos que participam da estruturação coletiva e lança questões importantes a serem desdobradas nesta pesquisa: como os coletivos conseguem interferir na subjetividade individual? Ou, como a subjetividade individual interfere nos coletivos? Os autores que são trazidos por Freud, Le Bon e McDougall, usam a noção da sugestionabilidade própria do funcionamento de massa para dar conta dessa explicação. Segundo esses autores,

ela [a massa] vai logo ao extremo; a suspeita manifestada logo se transforma em certeza irrefutável, um germe de antipatia se transforma em ódio. Inclinada ela própria a todos os extremos, a massa só é excitada por estímulos desmedidos. Quem quiser agir sobre ela não precisa nenhuma ponderação lógica de seus argumentos; tem de pintar as imagens mais fortes, exagerar e repetir sempre a mesma coisa. (Freud, [1921] 2016, p. 50-51)

Partindo daí, Freud ([1921] 2016) traz as relações libidinais, a noção de afeto e a identificação como elementos complementares para forjar uma resposta. Menciona três mecanismos identificatórios, nomeados por ele da seguinte forma: identificação primária, identificação histórica e identificação por sugestão ou contágio. A primeira está relacionada à inscrição do terceiro, da lei simbólica. A segunda se daria pela incorporação do traço do ser amado ou odiado, copiando o mesmo sintoma, por exemplo. Na terceira, Freud salienta uma diferença das demais: embora frequente e significativo, esse terceiro processo identificatório

²² Aqui, faço menção ao lugar de fala a partir de Safatle, Bosco e Engelke, discutido anteriormente. Relaciona-se à fala vazia em Lacan.

teria como característica principal desconsiderar a “relação objetual com a pessoa copiada” (Freud, [1921] 2016, p. 103). Ou seja, esse terceiro caso estaria associado à identificação que “se dá ao nível do desejo: um ponto comum (inconsciente) emergente em uma determinada situação faz com que várias pessoas se ‘aglutinem’ em torno deste ponto comum, que permanece inconsciente” (Souza & Danziato, 2014, p. 55).

Mais tarde, ao retomar Freud para pensar sobre os mecanismos identificatórios, Lacan, no *Seminário, livro 9: A identificação* ([1962] 2003), diz que há uma diferença no processo identificatório quando este se dá pela via da identificação ao eu ideal ou ao ideal de eu. O primeiro seria próprio ao campo do imaginário, do signo, especular, levando à afirmação identitária. O sujeito buscaria, portanto, laços que se dariam a partir da sua própria imagem, o *idêntico a si mesmo*. Lacan ([1962] 2003) traz a noção de sujeito cartesiano e o “penso logo sou” de Descartes como exemplo, subvertendo a ordem da expressão para “penso onde não sou”, o que nos lembra a fala de Freud ([1917] 1976, p.135): “o eu não é senhor em sua própria casa”. O segundo, a identificação ao ideal de eu, refere-se a um processo identificatório da ordem simbólica, em que seria possível a identificação a um traço, ou insígnia, o que permite a dimensão de falta e faz laço sustentando a singularidade do sujeito (Lacan, [1962] 2003).

Com a noção de traço unário, Lacan coloca em evidência “o que há de realmente único no sujeito” (Souza & Danziato, 2014, p. 55), ou seja, o que o diferencia e o torna sujeito. A noção de sujeito na teoria lacaniana refere-se à cisão consciente/inconsciente presente em nós e o reconhecimento da falta que nos constitui e nos inscreve na linguagem. O traço unário, dessa forma, é o que torna possível a singularidade, o caso a caso, e sustenta a diferença, fazendo marca singular no campo da linguagem. Poderíamos dizer que é o lugar desde onde falamos, mas que, importante assim dizer, não nos aprisiona em um único lugar de forma categórica ou estereotipada. Ou seja, identidade²³, do ponto de vista da Psicanálise, seria aquilo que compõe uma noção de quem somos e nos confere um lugar desde onde falamos, de enunciação e não de enunciado. Uma noção sempre equívoca, contraditória e permeada pelo inconsciente.

O sujeito, portanto, não deve ser entendido como “entidade substancial, idêntica a si mesmo e capaz de se autodeterminar, mas, ao contrário, deve ser visto a partir da não-

²³ Embora a palavra identidade, na maioria das vezes, não seja usada por psicanalistas, já que acaba sendo associada à ordem do imaginário, e não do simbólico (da identificação e do traço unário), por que não torná-la significante e ampliar suas condições de uso dentro da teoria? Lançar mão de tal subversão, já que é isso mesmo que a teoria da linguagem lacaniana visa propor, não nos ajuda de alguma forma a fazer a Psicanálise circular fora dos muros das instituições psicanalíticas e abrir diálogos outros?

identidade e da clivagem” (Safatle, como citado em Zana & Perelson, 2013, p. 50). O passo a mais dado por Lacan ([1962] 2003) em relação à teoria das identificações de Freud foi o de relacionar de maneira mais categórica tal noção de sujeito e as identificações que o compõem ao campo da fala e da linguagem. A partir dessa proposição, Lacan ([1962] 2003) interroga “o processo de constituição do eu e a forma como o sujeito em constituição é inserido no campo da linguagem, conceituando as identificações propostas” (Souza & Danziato, 2014, p. 56) por Freud em duas: a que se dá e se mantém no campo do imaginário e a de ordem simbólica.

Para trabalhar a noção de narcisismo, Lacan ([1949] 1998c) desenvolve, em *O Estádio do espelho como formador da função do eu*, algumas relações do campo da teoria ótica com a constituição psíquica do eu. Para iniciar sua concepção sobre o imaginário, Lacan faz menção à imagem que, refletida no espelho, confere um eu ao bebê, que se depara tanto com sua alienação à imagem de si quanto com o olhar do Outro que o narra e o auxilia nesse processo de reconhecimento. É a partir daí que a noção de grande Outro como o que está de fora, mas que confere ao eu um lugar e uma inscrição no simbólico, aparece como fundamental na estruturação psíquica. Ressalta, assim, que o que faz marca na fundação do sujeito está diretamente relacionado à antecipação narrativa feita pelo Outro, que faz função de nomeação ao bebê, conferindo-lhe um contorno, um corpo, a partir das palavras, inserindo-o, desse modo, na cultura.

Esse desenvolvimento é vivido como uma dialética temporal, que projeta decisivamente na história a formação do indivíduo: o estágio do espelho é um drama cujo impulso interno precipita-se da insuficiência para a antecipação – e que fabrica para o sujeito, apanhado no engodo da identificação espacial, as fantasias que se sucedem desde uma imagem despedaçada do corpo até uma forma de sua totalidade que chamaremos de ortopédica – e para a armadura enfim assumida como identidade alienante, que marcará com sua estrutura rígida todo o seu desenvolvimento mental. (Lacan, [1949] 1998c, p. 101)

Essa noção de completude conferida ao bebê por aquele que faz função de nomeação dá início à construção do eu enquanto uma ficção. A partir do recobrimento discursivo dirigido ao bebê, ou seja, daquilo que lhe faz enunciado, ele será capaz de fundar seu lugar de enunciação. É neste ponto em que ambas as dimensões, imaginária e simbólica, se fundam, se reorganizam e se sustentam. Sair da condição de ser enunciado pelo Outro para a condição de poder enunciar-se é o movimento que inscreve a dimensão de um eu cindido, não total. Ou ainda, é onde o eu ideal, que sustenta a ilusão de completude da dimensão do imaginário, dá lugar ao seu correspondente simbólico, não todo, o ideal de eu.

É importante marcar que, assim como coloca Lacan ([1949] 1998c), essa alienação primeira à ilusão de completude, ao contorno que a nomeação dá àquilo que é visto no espelho, e todo o engano imaginário proveniente desse momento da estruturação psíquica são fundamentais. Sem essa passagem seriam impossíveis os deslocamentos que se darão sucessivamente, como, por exemplo, a fundação do simbólico. Ou seja, o que por ora gostaríamos de salientar é que, desde nossa constituição psíquica, há um momento que, embora enganador e ilusório, é fundante, e sem ele as identificações que se dão sucessivamente a este momento não seriam possíveis.

É do movimento que se dá a partir desse primeiro momento de reconhecimento do bebê diante de sua imagem-toda em direção ao encontro com o vazio, com a hiância inerente, que se dá a possibilidade de abertura à dimensão simbólica. O efeito desse processo é o que Lacan utiliza como embasamento para falar sobre os Nomes-do-pai posteriormente em sua obra (Souza & Danziato, 2014, p. 57). A partir daí, Lacan, no *Seminário 9*, adensa o conceito de identificação e o amplifica para pensar sobre o que se dá nas relações de modo geral. Diante disso, estaria relacionada à identificação da ordem do imaginário “toda identificação que busca uma identidade de completude, um fechamento de sentido. A identificação marcada no campo do imaginário fornece um ideal de identidade, aparece como uma identificação completa” (Souza & Danziato, 2014, p. 57).

Em contrapartida, a identificação simbólica estaria relacionada ao que coloca o sujeito diante de sua falta, da incompletude, e o frustra por não lhe oferecer amparo de pronto. A dúvida, a capacidade de indagar a si e ao outro, a garantia do tempo necessário à formulação de um pensamento complexo estariam relacionadas, dessa forma, à ordem simbólica.

É imaginária a identificação que faz sentido para o sujeito, é simbólica a identificação que opera no sujeito. Ambas provêm do exterior, por isso dizemos que são oferecidas. Mas, se a primeira é aparentemente total como a imagem devolvida pelo espelho, a segunda será sempre falta, hiância, abertura para significância, no sentido de que um traço é repetidamente substituído, mas o que causa essa substitutibilidade é a vacância, a falta. *Pois o sujeito não é o seu nome, assim como ele não é nenhuma das suas imagens. Ele sempre será mais do que seu nome e mais do que suas imagens.* [grifo nosso] (D’Agord et al., como citado em Souza & Danziato, 2014, p. 58)

Mas como não acabar tornando binária nossa forma de olhar e entender as configurações que estruturam os grupos, ou, como não acabar reduzindo a complexidade do nó borromeano nas relações feitas acima? É interessante perceber o quanto lançamos mão dessa forma binária – herança do Positivismo, talvez? – para dar conta de

comunicar/transmitir algo a alguém. E, de fato, por vezes é necessário. A questão é quando isso passa a bastar, anulando o instigante do “ir adiante”, matando o desejo pelo saber e nos prendendo naqueles dez dedos rasos de água da margem do rio, às vezes pelo medo de nos afogarmos, outras por preguiça de encarar o nado.

A ideia de abrir espaço a essa pergunta em meio à teorização sobre o tema é sublinhar que, embora muitas vezes lancemos mão de certas categorizações a fim de tornar algo compreensível, esse impasse jamais deve deixar de ser mencionado. Principalmente quando a intenção é a de trabalhar com a Psicanálise, que também não está imune a acabar caindo na lógica categorizante e binária na transmissão da teoria. De certa forma, Lacan ([1962-1963] 2005) também faz menção a isso no Seminário 22, *O simbólico, o imaginário e o real*. Ele comenta em certo momento que, embora para ser didático esteja dissociando as três instâncias (RSI), elas não podem ser lidas ou entendidas separadamente. Aí confere importância ao nó borromeano que as enlaça e dá forma, e que estrutura o sinthoma do sujeito. De forma mais simples, o que parece dizer é que observar o modo de ser/funcionar de um sujeito ou da cultura, a partir dessas três instâncias, nos ajuda a compreender a “matemática da coisa”, mas é um risco por nos fazer, por vezes, reduzir algo tão complexo para dar conta de sua transmissão.

Portanto, para desviarmos dos rumos que poderiam nos guiar a um entendimento dicotômico (imaginário é sinal de algo ruim, simbólico é sinal de algo bom), tomamos, aqui, as três instâncias RSI como um enigma, acolhendo seu aspecto paradoxal. Ao mesmo tempo que apontamos seus limites para a escuta e a leitura do social, também trabalhamos com nossa leitura dessas conceitualizações. Por exemplo, seria perfeitamente possível usarmos a noção de imaginário em Lacan para dar conta de falar sobre uma prisão especular presente nos discursos chamados aqui de econômicos, abreviados e/ou totalitários, assim como fizemos e faremos para fazer referência aos processos narcísicos. Ao mesmo tempo, também são da ordem do imaginário a inventividade e a imaginação política, algo escasso no momento em que nos encontramos enquanto sociedade. Isto é de grande relevância e central para este trabalho de pesquisa: a reinvenção da forma como nos comunicamos, que busca resgatar a palavra como mediadora das diferenças nas artes, na literatura, formas de colocar o pensamento em marcha e a metáfora em jogo, também faz parte do caráter do imaginário, mas em sua relação com o simbólico e com o real. Tomar as três instâncias RSI como enigma, nesse sentido, quer dizer que nos parece mais interessante usar na escuta do mal-estar social essas conceitualizações da teoria lacaniana como formas de pensar os lugares de enunciação, e não enquanto categorias patologizantes, binárias e indissociadas.

Talvez isso possa estar sendo lido por algum psicanalista que irá se perguntar: está bem, mas não é justamente assim que deveríamos entender o sistema RSI? Porém, o que pretendemos marcar é que talvez ainda seja necessário sinalizar o óbvio nos tempos atuais. Isso parece, de alguma forma, ter se perdido. Não podemos nos esquecer que estamos em tempos em que torturadores têm sido exaltados, e suas atrocidades contra a vida, relativizadas. O que queremos dizer, portanto, é que a forma, o tempo para compreensão, para abrir os conceitos, resgatar o caráter artesanal da comunicação, sem pressupor sentido prévio para as palavras e conceitos que usamos para transmitir e viabilizar nossas trocas, pode ser um caminho potente e decisivo para desviar das direções que nos levam a um achatamento no contexto contemporâneo.

Desse achatamento, e fundamentalmente se estamos trabalhando a partir da ética psicanalítica, é que precisamos desviar. Deparamo-nos, dessa forma, com a equivocidade própria da comunicação, que se constitui a partir de significantes e é o meio pelo qual nos comunicamos. Somos sujeitos do discurso e a ele estamos assujeitados desde o princípio de nossa constituição psíquica, assim como vimos anteriormente. Há questões que são próprias da condição humana e, mesmo o resgate daquilo de caráter óbvio, nos parece pertinente.

Voltemos ao tema das identificações. A proposta, ao trazermos as conceitualizações de Freud e Lacan a esse respeito, é pensar o que acontece no interior das formações de coletivos. Ou ainda, perguntar se é pertinente usá-las para a leitura do tecido social político contemporâneo. Se sim, de que forma nos ajudam em sua problematização? Aqui, consideramos de suma importância resgatar duas formas de falar sobre identificações, trazidas por Joel Birman (2016, p. 60), que nos parecem fugir da dicotomia que coloca o imaginário *versus* o simbólico: “processos psíquicos narcísicos” e “processos psíquicos alteritários”. Como coloca Birman, é tanto para um quanto para outro que Freud olha e se preocupa em pensar no livro *Psicologia das massas e análise do eu*.

Com isso, propomos, no próximo capítulo, uma pausa para pensar sobre as questões narcísicas e alteritárias, que, como coloca Birman (2016), sempre estão em jogo nas tramas discursivas da cultura, justamente porque é a partir do laço que estabelecemos com os outros que está a chave de leitura e de construção da teoria psicanalítica.

5.1 IDENTIDADE E IDENTIFICAÇÃO: ESPELHO, NARCISISMO E (IN)DIFERENÇA

*Quando eu te encarei frente a frente e não vi o meu rosto
Chamei de mau gosto o que vi, de mau gosto, mau gosto
É que Narciso acha feio o que não é espelho*

“Sampa”, Caetano Veloso

Um inimigo em comum, por exemplo, é terreno fértil para os mecanismos identificatórios que se valem dos mais primários afetos para configurar o comportamento de massa. Para Freud ([1930] 2011), as pequenas diferenças são mais uma forma de exercer e direcionar a destrutividade inerente ao sujeito. De acordo com Freud ([1930] 2011), embora inerentes, elas tornam-se mais ou menos preocupantes de acordo com a intensidade com que aparecem no laço social. Para ele, existem comunidades que lidam melhor com essa questão, tornando menos frequentes as formações de laço a partir das pequenas diferenças. Isso se daria por essas comunidades tornarem possíveis outros destinos para o caráter destrutivo e mortífero que também compõe a pulsão de morte.

Para dar conta de falar do mal-estar na civilização de sua época e da formação de massas, Freud cunhou o conceito de narcisismo das pequenas diferenças. Para Freud ([1930] 2011), é isso que entra em jogo em uma coletividade que configura massa, que se caracteriza pela dissolução das singularidades, pelos afetos que levam à aniquilação do não idêntico e fazem com que as contradições do grupo do qual se faz parte passem a “vista grossa”, ou sejam negadas. Parece-nos interessante retomar esse conceito para olhar para a nossa época e seguir pensando sobre as questões que temos nos feitos até então.

O conceito de narcisismo das pequenas diferenças é desenvolvido a partir das discussões levantadas por Freud ([1930] 2011) sobre os mecanismos identificatórios, como vimos anteriormente. Se a constituição psíquica – tanto do eu quanto das formações de massas e grupos de modo geral – se dá pelas identificações, que modulam nossos desejos e nossas escolhas de pertencer a determinado grupo social, crença ou partido, como pensá-las no campo político atual? E, além disso, se para Lacan ([1962] 2003, p.13) “o importante na identificação deve ser, propriamente, a relação do sujeito com o significante . . . identificação é uma identificação significante”, o que acontece no campo dos mecanismos identificatórios quando a dimensão significante da linguagem se atrofia?

Voltemos ao narcisismo das pequenas diferenças. A composição de palavras que o constroem já é, de início, bastante interessante: narcisismo e diferença.

Freud (1910/2006) dava grande valor aos estudos linguísticos de Abel (1884) sobre o léxico egípcio, os quais consideravam que as palavras primitivas tinham uma origem antitética. Ou seja, na origem, havia antíteses, uma palavra tinha dois significados contrapostos ou a própria palavra trazia a marca dessa oposição. Por exemplo, no caso mais impressionante, em que colocavam lado a lado termos contrários – como *velhojovem, unirseparar, foradentro* –, reunindo assim em sua composição os opostos entre si, apesar de, semanticamente, só focar um dos termos. Essa estranha composição faz lembrar uma construção antitética. (Reino & Endo, 2011, p. 16)

É possível que o conceito, dessa forma, guarde certa semelhança com as construções antitéticas, juntando na mesma expressão um par de opostos. Em diversos momentos de sua obra, Freud coloca o narcisismo como o polo de oposição ao reconhecimento das diferenças. O amor suposto a si mesmo, o narcisismo, “é de tal modo rígido e conservador que qualquer desvio trazido pelo outro é visto como uma afronta e o faz entrar em guerra contra qualquer sombra de divergência” (Reino & Endo, 2011, p. 16). Como seria, então, um narcisismo que não se oponha à diferença, mas que se atrele a ela para se fazer valer? (Reino & Endo, 2011)

Indiferenciar-se para se diferenciar. Reconhecer a diferença apenas com a finalidade de construção de um Outro que não sou eu, e que me garante que, ao existir, alberga todo o mal que não posso reconhecer nem suportar em mim. Ou ainda, constituir um grupo de idênticos que se bastam por afirmar-se a partir do que o outro não é. Essa, sendo a única forma de reconhecimento da diferença, não estaria, então, em relação de oposição com o narcisismo, mas atrelada a ele.

Retomamos, com isso, a proposição de Birman (2016), citada anteriormente, sobre as identificações que configuram os processos psíquicos narcísicos. No aprisionamento aos processos psíquicos narcísicos, só reconheço o idêntico a mim mesmo, e a diferença só é reconhecida para legitimar minha própria existência, minha própria opinião e para, de alguma forma, me oferecer amparo, na medida em que cria inimigos e distancia de mim qualquer encontro com o desagradável.

Com efeito, com o enunciado do conceito do *narcisismo das pequenas diferenças*, o discurso freudiano formulava que a dificuldade maior presente no espaço social da modernidade se centraria no confronto com a *diferença*, na medida em que indivíduos, segmentos, etnias e classes sociais não suportariam o convívio com tudo aquilo que fosse diferente de si (Freud, 1921/1981). Portanto, a violência e a crueldade se disseminaram na modernidade de maneira vertiginosa e perigosa, pois em diferentes registros dos laços sociais a relação com o Outro seria marcada de forma agonística, na qual a figura do diferente seria transformada não apenas na figura do *adversário*, mas principalmente na do *inimigo*. [grifos no original] (Birman, 2016, p. 66)

Assim, ao pensarmos a partir das leituras do conceito de narcisismo das pequenas diferenças e das provocações feitas por Birman (2016) e Reino & Endo (2011) e fazermos relação destas com os coletivos que estamos colocando aqui em análise, nos perguntamos: olhar para o modo como um coletivo se relaciona ou reconhece a diferença poderia ser uma forma interessante de entender sua estrutura? Acreditamos que é essa a pergunta que deve se manter central quando trabalhamos com os conceitos de imaginário, simbólico e real para pensar a formação de grupos, por exemplo.

Qual seria, portanto, o efeito das formações grupais a partir da lógica dos narcisismos das pequenas diferenças? Poderia ser, por exemplo, a manutenção do “grupo inimigo” como única forma de continuar existindo? Algo mais ou menos assim: continuar sustentando que o único problema do mundo é causado pelo capitalismo ou pelo esquerdismo, ou, simplesmente, por aqueles que fazem parte do grupo que não é o meu, para, assim, garantir que nunca precisaremos furar nossa bolha e evitar a seguinte pergunta: qual é a nossa implicação no mal-estar de que tanto nos queixamos?

Quando o outro lado passa a não ser mais mero reflexo do que o “meu lado” não é, o que acontece? Ou, até que ponto o que sustenta a existência desse tipo de “antagonismo falseta”, que se diferencia em conteúdo, mas que não se desloca da estrutura que o fundamenta, não é justamente a manutenção dessa lógica do “sou o que o outro não é”, que protege que se olhe para o “furo das coisas”? Isso, poderíamos assim chamar, configura o núcleo duro das identificações, pela sua complexidade e por sua dimensão paradoxal.

29/10/2018

Ontem fiz uma postagem no instagram que me parece um pouco ridícula agora. Fiquei me perguntando: o que quis dizer com aquilo, afinal? A postagem foi a seguinte: a fotografia de um livro de História acompanhada de uma música do Humberto Gessinger chamada “Toda forma de poder”. A música diz assim:

Eu presto atenção no que eles dizem mas eles não dizem nada

[...]

Toda forma de poder é uma forma de morrer por nada

Toda forma de conduta se transforma numa luta armada

A história se repete mas a força deixa a história mal contada

[...]

*E o fascismo é fascinante
Deixa a gente ignorante e fascinada
É tão fácil ir adiante e se esquecer
Que a coisa toda tá errada*

E eu? O que queria dizer com aquilo? Com uma fotografia de um livro de História logo após as eleições de 2018, que tiveram um resultado com o qual não concordei? O que poderia estar comunicando com isso? Que quem não leu ou não estudou o suficiente votou errado? Muito provavelmente, sim. Postagens desse tipo estavam no auge nos dias que sucederam a eleição presidencial. Quase um desfile de arrogâncias que pareciam dizer que o que votou errado é burro, que não entendeu bem a História do Brasil. Claro, sempre dirigidos às elites, já que é feio reconhecer que não foram só as pessoas das elites que votaram no atual presidente. Poxa... não era justamente o discurso da esquerda (grupo que escolhi por identificação) que tinha como espinha dorsal escutar a voz do povo? Fazê-lo falar, respeitar? Não diminuir ou ter postura arrogante diante das decisões dos outros? Como a intelectualização da esquerda a afastou da conversa sem os muros de linguagem com o povo? Mas quem é o povo, caramba? Vêm alguns teóricos à cabeça agora, Carl Schmitt, Ernesto Laclau... não, não quero ir buscar na teoria uma definição pra algo que posso tentar descrever com minhas palavras... será isso que se perdeu? A possibilidade de falar usando as próprias palavras? Sem “tal pessoa disse, tal outra disse”... tão impregnado na academia... não, mas aí dizer isso já seria desqualificar a universidade, a ciência, os estudos ou toda a classe intelectual que já pensou e desenvolveu coisas incríveis. Que cansaço. Amanhã continuo.

Para seguirmos pensando essa questão, recorremos a Frantz Fanon ([1953] 2008), em *Pele negra, máscaras brancas*. O que Fanon propõe-se nessa obra é justamente marcar a dimensão ambígua e paradoxal da questão das identificações, trazendo para a discussão o racismo e a colonização como pontos centrais. Para ele, o fato de haver negros que buscam um reflexo daquilo que o branco lhes confere enquanto identidade, ou seja, que buscam “branquear-se”, se relaciona com aquilo que vacila na lógica das identificações. Ele coloca que, a partir da colonização branca, o lugar possível conferido ao negro é sua clausura em uma identidade que se compõe pelos signos linguísticos do homem branco. Fanon diz quase que dessa forma: para ser negro é necessário não ser negro, mas sim ocupar o lugar oferecido pelo branco a partir daquilo que este constrói para que o negro possa existir.

Quanto menos diferenças entre um e outro, melhor. Agora, quando o negro começa a tensionar essa relação e afirmar-se como um outro radicalmente diferente, cria-se um problema. O ato de buscar libertar-se do aprisionamento identitário conferido pelo branco no laço social, segundo Fanon ([1953] 2008), é visto como problemático. Não é estranho que justamente dizer não ao identitarismo e à estereotipia que lhe conferem lugar na sociedade normatizada pelo branco seja lido, ironicamente, como uma identificação identitária, a nível do imaginário?

Por que, em certa medida, o tensionamento do movimento negro, por exemplo, tem sido relacionado necessariamente, de forma sígnica (e também cínica), a um mecanismo de identificação imaginária, ou, como muito tem-se usado, identitária? Não seria justamente o não-identitário o que esse tensionamento do movimento negro propõe ao pensamento contemporâneo? Essas são questões que nos colocam, novamente, no olho do furacão das coisas paradoxais. Por quê? Porque a resposta para essa última pergunta, por exemplo, tanto pode ser sim quanto pode ser não. Quando falamos “o movimento negro”, não estaríamos olhando para o movimento negro tomando-o como massa coesa e indiferenciada? O movimento negro tem um traço que o constitui e nomeia enquanto tal, mas não reconhecer que há sujeitos que o compõem e que esses sujeitos são singulares, ou, que a ação de um não representa necessariamente algo do grupo como um todo, é um equívoco de mesma natureza que essa parafernália estrutural dicotomizante que estamos trabalhando nesta dissertação. Fanon também parece estar atento a isso, demonstrando de forma bem clara neste trecho:

Não sentiremos nenhuma piedade dos antigos governantes, dos antigos missionários. Para nós, aquele que adora o preto é tão “doente” quanto aquele que o execra. Inversamente, o negro que quer embranquecer a raça é tão infeliz quanto aquele que prega o ódio ao branco. Em termos absolutos, o negro não é mais amável do que o tcheco, *na verdade trata-se de deixar o homem livre*. [grifo nosso] (Fanon, [1953] 2008, p. 26)

Essa é uma virada importante que já estava presente em Fanon ([1953] 2008), e por isso a relevância de resgatá-la nesse momento. É a partir dele que levantamos a seguinte questão: se a própria teoria das identificações, como a lemos e entendemos em Freud e Lacan anteriormente, diz que é necessário analisar singularmente, e não de forma binária; se um caso de formação de coletivos está estruturado sob a lógica “imaginária” ou “simbólica”, ou melhor, se está estruturado de forma a fechar-se em significado ou se está estruturado de forma a oferecer legitimação ao que é singular, como poderia ser possível, de imediato, relacionarmos o movimento negro a uma configuração identitária *a priori*?

Notem que é muito tênue essa linha que, ao mesmo tempo que tenta oferecer entendimento sobre o mal-estar contemporâneo, pode repetir um padrão de imediatez sîgnica, ao relacionar diretamente movimentos e grupos de minorias, ou toda e qualquer militância, à questão identitária. Aí nos deparamos, novamente, com a dimensão paradoxal da linguagem e das identificações. Ainda pensando de acordo com Fanon ([1953] 2008), sublinhamos aquilo que sua obra nos convoca a lembrar: grande parte do que caracteriza uma luta política que faz função emancipatória “envolve entender as dimensões críticas do ato de questionar” (Gordon, como citado em Fanon, 1998, p. 17).

Para finalizar essa reflexão, no início deste capítulo, coloco que o que tem ficado aparente no tecido político contemporâneo são as “bolhas identitárias” e a luta pela legitimação de “lugares de fala”, que, não à toa, coloco entre aspas. Aqui, abre-se uma questão importante, motivo pelo qual toda a discussão que transcorreu até então se faz pertinente: falar “bolhas identitárias” e “lugares de fala” não é fazer relação de equivalência ou correspondência disso com grupos que se colocam enquanto minorias na busca por um lugar no espaço público. Identitários e presos a um lugar de fala estereotipado parecem estar todos os que não conseguem reconhecer o Outro enquanto diferente, os que não suportam o que é diferente de si e que simplificam absolutamente tudo o que é complexo, a fim de afirmar a si ou a sua “causa”. Se essa é uma característica que notamos estar presente através da análise dos discursos contemporâneos, não quer dizer que relacionamos *a priori* esse funcionamento a qualquer grupo ou militância. É sempre fundamental analisar caso a caso, em sua singularidade.

E, além disso, afirmar que tais características constituem uma estrutura, e que essa estrutura gera efeitos, está longe de ter a intenção de patologizá-las. Nossa crítica não pretende normatizar, patologizar. Nossa crítica é, antes de tudo, um convite à abertura do pensamento, daquilo que pode ter se tornado inerte pelo conforto que uma bandeira ou ideologia oferece, por exemplo.

Uma bandeira pode ser confortável
Te dando sombra e algum guia
Trêmula ao vento
Se agita
Ondula
E
Não sai do lugar
Fixada em postes
Presa por uma corda que
Não se importa em lhe servir sem se questionar
Sem dar conta que o vento que passou voando aqui já tá lá²⁴

Para seguir pensando esse “desacomodar de lugares”, acreditamos que uma discussão sobre o que faz função de nomeação e o que faz função de estereotipia e enclausuramento aos sujeitos se faz relevante.

²⁴ “Bandeira”, Apanhador Só (2017).

5.2 NOMEAÇÃO, ESTEREÓTIPO E PREDICAÇÃO

Alguns escritos começaram a surgir no período de 2013 a 2018 colocando a forma da militância da esquerda em questão. Pareciam indagar o seguinte: o apoio a pautas sociais e mudanças de matrizes normativas, que vem sendo feito através do grito, da “luta”, o que essa **forma** pode gerar? A ideia é ganhar atenção pelo grito e por certos discursos calcados na arrogância de desvalorizar aquele que não pensa igual? O que se pode esperar como reação? Haverá reação? De que tipo e de que forma? Se houver, já será parida no campo de batalha e o mata-mata será a única saída de mediação?

Para adensarmos essa discussão, sugerimos (des)montar e revisitar alguns cenários. Voltemos a 2013: Brasil, palco de uma das maiores mobilizações sociais da história recente. As redes sociais foram a forma encontrada para organizar os movimentos, as datas e locais de encontro. Através desse meio de comunicação foi possível atingir números expressivos de pessoas e organizar as insatisfações que emergiam das questões políticas daquele momento. Não havia definição clara sobre as causas, mas a insatisfação teve início com os problemas de mobilidade urbana e culminou com o aumento de vinte centavos no preço das passagens de ônibus. Acontecimentos como esse exigem uma análise que escape à redução imediata ao que é conhecido. Primeiro, porque os movimentos iniciados foram ganhando outras nuances com o passar do tempo e dos acontecimentos políticos desde então. Não se pode reduzi-los a pautas de reivindicações objetivas; eles pareciam demonstrar, antes disso, um descontentamento generalizado (Costa-Moura, 2014).

Em 2013, as mobilizações chamaram atenção por não haver uma organização em torno de um líder ou de uma bandeira partidária, pareciam estar mais próximas de representar uma demanda por saber político, por demonstrar a força popular de indagar quem estivesse no poder (Costa-Moura, 2014). A gestão desses conflitos, o atravessamento da mídia e a potência de “viralização” das redes sociais, bem como sua capacidade de formar opiniões – que são facilmente compartilhadas mesmo com ausência de crítica – acabaram por traçar certos caminhos que parecem ainda hoje ressoar. Portanto, lancemos um olhar para a **expressão**²⁵ do que se dá no laço social e que não nos parece se restringir a discussões econômicas. 2013, até agora, como trouxemos anteriormente, tem sido pauta recorrente nas análises políticas. Ainda há uma disputa entre considerar as jornadas de junho manifestações populares

²⁵ Conceito utilizado por Benjamin em *Passagens* (2009). O que se dá no laço social não pode ser lido somente pela ótica da luta de classes de Marx. É necessário olharmos para a expressão, não para a pura justaposição de infra e superestrutura.

legítimas ou massa de manobra instigada por algum movimento de direita com interesses no poder, como vimos na discussão sobre o artigo de Weinmann (2018).

Desde as eleições de 2014 e do processo de *impeachment* em 2016, temos percebido um empuxo para a afirmação de pontos de vista rígidos e uma busca por amparo na construção de redomas predicativas estereotipadas. Com isso, as complexidades parecem estar virando resumos, reduzindo as pautas sociais e políticas a debates rasos de *facebook*. A rede social tem sido um cenário de proliferação de comentários e opiniões, no qual grande parte das notícias, sendo elas relacionadas à política ou não, tem sido capturada pela lógica da polarização²⁶. A interação pelas redes sociais parece trazer uma relação imagética que convoca a todo momento uma operação semelhante à dialética do ver²⁷: tautologia ou crença. Dessa forma, as saídas pela tautologia e pela crença se evidenciam, assim como a construção sígnica do pensar, em que a potência do significante se perde em detrimento de significações duras, perdendo também a dimensão da complexidade da palavra e do pensamento, como trouxemos anteriormente. A dinâmica das redes sociais tem nos mostrado essa estranha forma de participação do sujeito no espaço público.

Observemos ainda que nessa nebulosa de linguagens transitórias, não apenas se lê ou se escreve – no sentido usual destes termos, que os relaciona a decodificar: letras, palavras, sentidos, estruturas. Trata-se antes de sermos tomados nesse laço, por assim dizer, envolvidos pelas múltiplas afetações possíveis. Como ‘usuários da rede’, somos antes de mais nada o efeito engendrado nessa prática de ‘postar’ que pode ser infinitizada. (Costa-Moura, 2014, p. 153)

Há certos riscos em lutar pela legitimação total de discursos que, ao se oporem a outros, acabam por se catalogar e convidar aqueles que dele querem fazer parte a preencher um *check list* ideológico. Ao se afirmar através da aniquilação do outro, o que acaba é a possibilidade de colocar-se em dúvida, assim como a possibilidade de suportar as diferenças. Algo do tipo: “só há lugar para quem preenche dez dos dez itens da *check list*, um a menos já torna a relação inviável”.

O convite para pensar a respeito disso, feito por Rosana Pinheiro-Machado aos que se consideram “inscritos” no campo das esquerdas, sobre a greve dos caminhoneiros que ocorreu entre 21 de maio a 1º de junho de 2018, demonstra melhor esse apontamento:

²⁶ Estamos chamando de lógica da polarização as oposições discursivas que parecem se estruturar fazendo laço a partir das reduções das significações, tornando a convivência um campo de batalhas especular e narcísico.

²⁷ Faço referência à dialética do ver que será discutida no capítulo 6.

Ou seja, a esquerda precisa disputar, primeiro o que é possível: indivíduos, redes e inserções. Quando os motoristas de aplicativos pararem – porque isso um dia deve acontecer –, e o Brasil entrar num novo surto de “o que está acontecendo?”, seria mais inteligente não exigir carteirinha de “bom trabalhador” nem check-list de entrada no clube ideológico. Os trabalhadores precarizados tendem a direita pela própria natureza injusta e individualista de seu trabalho, mas isso não elimina a injustiça que está lá de forma latente. (Pinheiro-Machado, 2018)

Concomitante a um tempo em que vimos o crescimento da chamada “nova direita” e a importância de analisar suas peculiaridades no contexto atual, aparecem autoras e autores que se colocam a problematizar a experiência no campo das esquerdas, tornando a leitura do tecido social muito mais complexa. Pensamos que esses autores têm nos apontado a importância de sairmos das estereotípias como, por exemplo, “isso parece ser luta de direita, então não me envolvo,” ou, por outro lado, “isso é pauta de esquerda, portanto não me interessa”, o que foi muito bem colocado no trecho citado de Rosana Pinheiro-Machado.

Dos autores que têm levantado essas discussões, destaco Djamila Ribeiro, Rosana Pinheiro Machado, Pablo Ortellado e Vladimir Safllle. Djamila Ribeiro (2018), ao adensar o conceito de lugar de fala, como vimos anteriormente, faz críticas pertinentes, que levam a uma abertura do pensamento binário. Faz isso, por exemplo, ao destacar que situar o lugar desde onde se fala é algo necessário e deve ser levado em consideração não para que isso transforme tudo em um campo de batalhas, de guerras entre quem sofre mais opressão e quem sofre menos, mas, sim, como uma forma de entender o que estrutura o tecido social.

Uma crítica interessante ao lugar comum que acabam caindo muitos dos que se consideram militantes de esquerda, também feita por Ribeiro (2018), é a de que muitas vezes, dentro de alguns grupos que se colocam na posição de esquerda, ocorre um certo apagamento da importância de luta do movimento negro, validando o racismo, por exemplo, mesmo que de forma não intencional, justamente por participarem e falarem desde um lugar de classe privilegiado. Ribeiro (2008) retoma o conceito de interseccionalidade para dar conta de falar sobre o assunto. O termo surge no movimento negro para ressaltar que uma pessoa participa da cultura de diferentes formas, que envolvem cor, raça, gênero e classe. Então, ela retoma que é imprescindível falar dessas diferenças, mas para entender o que estrutura os grupos que compartilham o mesmo espaço e militam por causas comuns, e não para que se criem bolhas que se afirmam por oposição.

Rosana Pinheiro-Machado costuma construir escritos instigantes e convites para a autocrítica. Atenta que o cenário político atual tem se caracterizado, em grande medida, por

lutas ambíguas e contraditórias e que é preciso um pouco mais do que gritos e frases feitas para que a função política de uma luta não se perca nas ilusões do totalitarismo.

Cada vez mais . . . teremos que lidar com o contraditório e com as revoltas populares ambíguas. A história já nos ensinou que dizer #euñobatipanela ou #euavisei não serve para absolutamente nada. Às vezes penso nessa soberba medonha de uma parte da esquerda que pensa assim: “eu aqui sentado no meu sofá fico debochando do povo se ferrando porque daqui uns dias eles vão perceber que eu estava certo e se renderão à minha sabedoria”. Não, cara-pálida, não é isso o que vai acontecer e não foi isso que aconteceu. O que aconteceu é que se o povo se ferra, a radicalização política veio da direita, que, a propósito, não escolhe militante ideal. (Pinheiro-Machado, como citado em Facchin, 2018)

Pablo Ortellado, vem desenvolvendo um trabalho sobre o tema das polarizações desde 2014, a partir da análise de gráficos de interação de usuários do *facebook*. Seus estudos apontam que “a organização política difusa das pautas, tanto à direita quanto à esquerda, passou a se dividir radicalmente transformando-se em polarizações” (Santos & Machado, 2018). Em seus textos e artigos, Ortellado costuma questionar a necessidade de uma coesão no campo da esquerda. Para o professor, vincular-se a um rótulo, a uma identidade de esquerda, pode ser uma armadilha que tanto impede diálogos necessários à convivência democrática quanto enfraquece a possibilidade de se chegar a consensos em assuntos urgentes, o que acaba por validar ainda mais as divisões ideológicas (Santos & Machado, 2018).

Vladimir Safatle também tem escrito sobre o tema e coloca as nomeações e os estereótipos no centro de muitas de suas discussões sobre o contexto político atual. Ao longo desta pesquisa, já mencionamos algumas delas, e agora gostaríamos de trazer sua discussão sobre a questão das identidades. Nos livros que já abordados e em *Quando as ruas queimam*, Safatle relembra 2013 e sugere desviar daquilo que nos limita à estereotipia identitária como forma de luta política necessária a este tempo. O que vai ao encontro da Psicanálise, quando propõe que o sujeito é cindido, que não é capaz de saber de si totalmente, e que há sempre um resto. Dessa forma, compreender-se em uma identidade definitiva, composta por uma lista de predicacões, seria um tanto quanto ilusório e aprisionante.

15/09/2018

Li “*Quando as ruas queimam*”, do Vladimir Safatle (2016), hoje. Me chamou atenção que já aparecia ali o exemplo que ele traz no livro “*Só mais um esforço*” sobre o manifestante “eu sou ninguém”, que participava das manifestações de 2013. Acho

interessante trazer esse exemplo porque me parece uma forma de pensar sobre aquilo que faz função de nome e aquilo que só serve a uma estereotipia identitária limitante.

Em 2013, quando no Brasil as ruas começaram a queimar, uma jornalista entrevistou um manifestante. Ao final, ela perguntou seu nome: “Anota aí, eu sou ninguém.” De fato, a frase não poderia ser mais clara. Como um Ulisses redivivo diante dos gigantes Polifemo que parecem vir atualmente de todos os lados, ele encontrou na negação de si a astúcia maior para conservar seu próprio destino. Por mais paradoxal que possa inicialmente parecer, “eu sou ninguém” é a mais forte de todas as armas políticas. Pois quem controla o modo de visibilidade e nomeação, controla o que irá aparecer e como se construirão circuitos de afetos. Por isso, a negatividade sempre foi uma astúcia daqueles que compreendem que a liberdade passa pela capacidade de destituir o Outro da força da enunciação dos regimes de visibilidade possíveis. “Eu sou ninguém” é, na verdade, a forma contraída de: “Eu sou o que você não nomeia e não consegue representar.” Para existir, é necessário fazer a linguagem encontrar seu ponto de colapso. Nós somos apenas lá onde a linguagem encontra seu ponto de colapso. Na verdade, existir é colocar em circulação um vazio que destitui, uma nomeação que quebra os nomes. Se me permitirem, é necessário ser um sujeito antipredicativo. (Safatle, 2016, p. 6-7)

Fiquei pensando no quanto é difícil discutir essa questão. Ao mesmo tempo que algo pode fazer função de nomeação, também pode promover a cristalização de um sujeito em um único lugar. Nunca somos uma coisa só e também somos muito mais do que as predicções que nos identificam ou aquelas com que nós mesmos nos identificamos.



Figura 15. Máscaras em 2013²⁸

²⁸ Fonte: Cinco anos das jornadas de 2013, um movimento pelos direitos humanos no Brasil. (2018, julho 23). *Agência social de notícias*. Recuperado de <http://agenciasn.com.br/arquivos/13599>

No vídeo *Feminismo negro e filosofia*, Djamila Ribeiro (2016) diz que não dá para pensar mulheres como bloco único, negros como bloco único, LGBTQQIAP+ como bloco único, o que parece encontrar-se com os tensionamentos que vêm sendo propostos por Safatle, Pinheiro-Machado e Ortellado. No ponto em que parecem estar de acordo, tais autoras e autores nos chamam atenção para a tendência contemporânea que tudo reduz a blocos únicos, a massa. E vemos isso, principalmente, quando nos deparamos com as *check lists* de entrada para o “clube ideológico” ou com a construção da imagem do “militante ideal”, que está em plena concordância com a forma como “meu grupo pensa”.

Trazer para a cena as singularidades das pessoas que compõem os grupos, as militâncias, sem a necessidade de situá-las ou enquadrá-las em caixinhas que empilhamos ou à direita ou à esquerda, talvez faça uma função potente de desvio. De acordo com aquilo que escutei ao ler tais autoras e autores, apontar para as armadilhas, fazer críticas, construir a comunicação de forma mais artesanal, desviar do que já vem significado, parecem ser contribuições importantes para que um espaço público possa ser mantido sustentando a atividade democrática.

Outro ponto interessante que surgiu e que parece também ser colocado em evidência a partir da leitura dessas autoras e autores, é que há uma certa tendência a apontar para o que falta. Quando tal grupo esquece de uma “causa” considerada importante e prioritária para outro, ocorre quase que um esvaziamento/enfraquecimento da pauta política do mesmo. Talvez isso se relacione com o que falávamos: um certo empuxo para o binário, para a formação de massas. Será que a construção de novas formas e atos políticos não partiria justamente de ir na contramão da coesão e da formação homogeneizante? Poderia ser um caminho para uma construção democrática menos representativa e mais direta?

18/12/2018

Estive me perguntando em algum momento se seria possível que a internet ou as redes sociais, de alguma forma, pudessem ser úteis para as aberturas e não para os fechamentos. Como seria se fossem o meio para uma participação mais ativa das pessoas nas decisões políticas? Isso me lembra um pouco das leituras que fiz de Ernesto Laclau e algumas falas que escutei de Vladimir Safatle.

Há singularidades e complexidades dentro de um grupo. Me parece que, nesse sentido, estão todos concordando em transmitir que, na medida em que vemos grupos como

identidades fechadas, encerrados em si mesmos, perdemos a dimensão do singular de cada pessoa que os compõe e da pluralidade que está ali colocada. Porque quando isso não acontece, aí estamos diante de uma formação de massa, onde as pessoas perdem sua autonomia para diluírem-se em um grupo formado em torno de uma ideia ou de um líder. Como fazer uma leitura do campo político e das militâncias sem reduzir ou diluir seus aspectos singulares?

20/01/2019

Achei interessante essa passagem do artigo “Por uma crítica da economia libidinal”, de Vladimir Safatle (2008). Ele diz o seguinte:

Claude Lefort, companheiro de rota de Lyotard no grupo Socialismo ou barbárie, insistia em um ensaio maior de teoria política psicanaliticamente orientada, que todo sistema totalitário fazia apelo à fantasia de um corpo social orgânico (Lefort, 1983). Um corpo harmônico, unificado e egocrata, no qual um órgão é, ao mesmo tempo, o todo e a parte destacada que faz o todo. Dissolver a corporiedade fantasmática do social, afirmar a perda da substância do corpo político seria a condição para a verdadeira invenção democrática (Safatle, 2008, p. 25)

Esse trecho me fez pensar no discurso da ciência médica, da classificação diagnóstica, mais precisamente. O DSM, por exemplo. Um grande livro composto por um monte de categorias que se diferenciam por listas de sintomas, totalmente calcados na fenomenologia. Essa tendência à categorização de tudo parece refletir a economia do pensamento envolvida numa espécie de “lei do menor esforço”. Não estaria isso também fazendo parte do campo político atual? Tantos “nomes” e categorizações, que função fazem? O que legitimam?

6 DO PARADOXO DA IMAGEM

“Qual é o conteúdo da mensagem fotográfica? O que é que a fotografia transmite?” É com essas perguntas que Barthes (2009, p. 12) inicia sua reflexão sobre o paradoxo da fotografia em *O Óbvio e o Obtuso*. Para ele, a mensagem fotográfica tem estatuto particular: é uma mensagem sem código e, por isso, a mensagem de uma fotografia é sempre contínua. Esse caráter contínuo se dá porque, em sua essência, a imagem fotográfica alberga polos de oposição. Por um lado, o que pode ser denotado da mensagem, transformado em signo; por outro, o que dá conotação, ou seja, “modos como a sociedade dá a ler, em certa medida, o que pensa dela” (Barthes, 2009, p. 13). Isso, para Barthes, é o que funda o paradoxo da fotografia, tornando possível e impossível analisá-la. Dependendo do arranjo que será feito a fim de lhe atribuir significação, sempre restará algo que escapa, por conter a fotografia algo da ordem do impossível.

Transpondo para o caso da fotografia do muro, que deu início a toda esta conversa, há outros elementos em jogo. Por se tratar de uma imagem que é mostrada acompanhando uma chamada de notícia, suas relações denotativas e conotativas se embaralham ainda mais. O texto que a acompanha é quase como um “parasita”, é capaz de miná-la de significados. A intensidade de uma fotografia pode fazer com que passemos despercebidos pelos enunciados que a acompanham. Sendo assim, como escutar a fotografia? Propomos voltar o olhar e a escuta, mais uma vez, para a imagem do “muro do *impeachment*”.

6.1 TAUTOLOGIA, CRENÇA, A IMAGEM DIALÉTICA E A SUSPENSÃO TEMPORAL

Refletindo sobre a imagem do muro, colocamos como perguntas iniciais a serem desdobradas as seguintes questões: afinal, o que vemos? O que nos olha? No livro *O que vemos, o que nos olha*, Didi-Huberman busca fazer constatações acerca da experiência visual, destacando três pontos pertinentes a esta pesquisa: a ambivalência imagética, o vazio que se cria a partir do ato de ver e a importância de sustentação desse vazio, um lugar **entre** os imperativos extremos que, na dialética do ver, o imaginário pode convocar. Dessas duas questões que interrogam o olhar e fundam um vazio ao reivindicar resposta, o autor fará surgir uma terceira: o que fazer diante desse vazio que angustia? (Didi-Huberman, 1998). Traz, então, duas concepções para nos ajudar a pensar sobre essa questão: a tautologia e a crença.

A primeira se relaciona a uma estratégia de resolução da angústia na aceitação do tautológico, e não irá se propor a ver nada além da imagem enquanto descrição de um momento, só irá levar em consideração o conteúdo manifesto: “o que vejo é o que vejo, e me contento com isso” (Didi-Huberman, 1998, p. 39). Didi-Huberman segue dizendo: “o resultado dessa indiferença, dessa ostentação em forma de satisfação, fará da tautologia uma espécie de cinismo. O que vejo é o que vejo e o resto não me importa” (Didi-Huberman, 1998, p. 40). A tautologia aparece, então, como um meio de suturar a angústia, como uma forma de síntese; essa “estratégia” de resolução da angústia, porém, não se restringe ao tautológico.

A segunda concepção, a crença, leva essa operação ao extremo oposto, superando “imaginariamente” (Didi-Huberman, 1998, p. 40) e de forma mirabolante (conspiratória, para sermos atuais) tanto aquilo que se vê quanto o que nos olha. Equivaleria, portanto, à produção de um modelo fictício, de denegação, consistindo em

fazer da experiência do ver um exercício de crença: uma verdade que não é nem rasa, nem profunda, mas que se dá enquanto verdade superlativa e invocante, etérea mas autoritária É a afirmação condensada em dogma . . . ela não é senão a outra face da mesma moeda. (Didi-Huberman, 1998, p. 41)

O conceito de imagem que estamos trabalhando se pauta tanto naquele proposto por Didi-Huberman, a imagem crítica²⁹, quanto pelo que articula Walter Benjamin ([1927-1940] 2009): a imagem dialética. Um dos aspectos bem elaborados por Benjamin para falar sobre imagem foi a fotografia. Benjamin buscou fazer uma aproximação da imagem fotográfica às

²⁹ Imagem crítica é a que desacomoda o olhar e nos faz buscar um entre-lugar. Essa busca decorrente da dialética do ver, comentada no capítulo 1, é o que possibilita o pensamento crítico que escapa à tautologia e à crença.

massas: ambas são marcadas pela pulsão de aproximar e condensar tudo (Seligmann-Silva, 2016). O nascimento da fotografia marca, para ele, um momento frutífero aos estudos que buscavam pensar novas formas de percepção do mundo e das coisas.

Na contracorrente de seu tempo, Benjamin via na fotografia algo espontâneo e uma revolução da técnica; ela agora serviria de testemunho: sua capacidade rápida de captura de cena se aproximava da rapidez da fala. A fotografia seria uma forma de oferecer respaldo às reflexões que se propuseram a lançar críticas tanto sobre a história passada quanto sobre o tempo presente. A partir das reflexões sobre a fotografia, Benjamin começou a pensar a história e o “novo habitante da era moderna” como um composto de imagens (Seligmann-Silva, 2016, p. 25). Assim, a noção de imagem se amplia, passando a ser aquilo que constitui o ser e o seu redor, uma travessia que sai do congelamento da fotografia para o movimento da vida urbana. A imagem é pensada, portanto, enquanto potências e impotências do pensamento; ou, tudo aquilo que nos atravessa no dia-a-dia (Didi-Huberman, 2012). É o que vemos, o que lemos e o que pensamos. É tudo aquilo que desliza nas dobras da linguagem (Pires, 2014).

O que ocorre quando essas dobras se adesivam? Ou, o que acontece quando as narrativas se tornam curtos-circuitos, trajetos programados pelas vias da tautologia ou da crença? Para Didi-Huberman (1998), essas narrativas prescindem de dialética, seriam predisposições aos pensamentos irrefletidos. Segundo ele, é necessário resgatarmos o motor dialético de todas as oposições. A dialética à qual o autor faz referência é a conceitualização proposta por Walter Benjamin, referindo-se especificamente ao conceito de imagem dialética, desenvolvida em *Passagens*:

Não cabe dizer que o passado ilumina o presente ou que o presente ilumina o passado. Uma imagem, ao contrário, é aquilo no qual o Pretérito encontra o Agora num relâmpago para formar uma constelação. Em outros termos, a imagem é a dialética em suspensão. Pois, enquanto a relação do presente com o passado é puramente temporal, contínua, a relação do Pretérito com o Agora presente é dialética; não é algo que se desenrola, mas uma imagem fragmentada. Somente as imagens dialéticas são imagens autênticas (isto é, não arcaicas); e a língua é o lugar onde é possível aproximar-se delas. (Benjamin, [1927-1940] 2009, p. 114)

Ainda em seus ensaios sobre a fotografia e as obras de arte, Benjamin ([1935-1936] 1987a, [1931] 1987c) aproxima o congelamento próprio de uma fotografia³⁰ à suspensão do

³⁰ É importante trazer que, nesse momento, Benjamin está debruçado sobre as artes. No ensaio sobre a fotografia, ele traz um novo elemento, ao qual, até então, as teorias da percepção e da estética não atribuíam tanta relevância, ou era pouco comentado: a dimensão social e política. A técnica, para ele, passa a ser aproximada a uma forma de perceber o mundo e construir reflexões sobre seu tempo. Olhando para a técnica é possível ver a marca do

tempo – dialética em suspensão –, algo necessário quando buscamos ver, investigar e pensar. A dialética em suspensão é correspondente ao conceito de imagem dialética. A suspensão refere-se ao tempo em suspenso que sustenta as tensões sem necessariamente encontrar conclusões, ou respostas. “Deste modo, ele encontrou uma forma de conciliar os contrários, mantendo uma tensão entre as diferenças que conduz para a pluralidade ao invés da síntese” (Missac, como citado em Gurski, 2008, p. 150).

Dessa forma, tomando os rumos de Benjamin e Didi-Huberman, nossa proposta é trazer a imagem do muro e mantê-la em suspensão. Não narrá-la como o momento do processo de *impeachment* ou como o momento do golpe protagonizado por interesses no poder, nem discorrer sobre as falhas do governo de Dilma Rousseff. Deslocá-la de sua função descritiva original. Estilhaçá-la, recolhendo um resto que, na medida que o vemos, nos olha, nos interroga. Colocá-la em relação a outras imagens e narrativas, desmontando a história que, de forma condensada na fotografia, se estrutura diante do olho. Essa seria, resumidamente, a proposta de Benjamin com a noção de imagem dialética, ou ainda, a dialética em suspensão, um gesto que congela o tempo para abrir espaço ao pensamento.

Como coloca Benjamin ([1927-1940] 2009, p. 518) em *Passagens*, “ao pensamento pertencem tanto o movimento quanto a imobilização”. E é onde o pensamento se imobiliza, “numa constelação saturada de tensões, que aparece a imagem dialética” (Benjamin, [1927-1940] 2009, p. 518), surgindo como um lampejo, uma cesura no movimento do pensar. Ela aparece lá “onde a tensão entre os opostos dialéticos é a maior possível” (Benjamin, [1927-1940] 2009, p. 518).

A dialética em questão, portanto, não tem a função de resolver as contradições, nem de entregar o mundo visível aos meios de retórica: “aqui não há, portanto, síntese” (Didi-Huberman, 1998, p. 117). Diferente da dialética hegeliana (tese-antítese-síntese), a imagem dialética de Benjamin ([1927-1940] 2009) compreende três outros elementos: adormecer, sonhar e despertar. O adormecer e o sonhar, nesse sentido, referem-se ao processo de alienação que nos submete a viver em um mundo onde o imperativo é a consciência. Benjamin, de certa forma, subverte essa ideia da pura consciência, dizendo que nos situamos na relação dialética do sonho e do despertar. Isso retoma a noção de sujeito proposta por Lacan, já que o sonho é uma relação dialética consciente e inconsciente da qual não escapamos. “O sonho e o despertar são tomados como modelo do procedimento dialético de trazer ao estado de vigília as imagens daquilo que vivenciamos diariamente e não tomamos

tempo no qual se está inserido. Por exemplo, a técnica envolvida na construção arquitetônica de uma passagem parisiense ou a técnica da própria obra de arte irão dizer algo sobre seu tempo.

consciência” (Perrone, 2001). A proposta da dialética em Benjamin, portanto, é manter em tensionamento as lógicas cindidas, binárias e totalizantes que coíbem o pensamento (Missac, 1998). É um congelar para ver/investigar, por isso dialética em suspensão.

E como essas pausas em relação ao que nos convoca
a significar com pressa têm feito falta atualmente.

Lembro-me de uma escuta que fiz e que talvez seja interessante de ser trazida neste momento. Durante a sessão, Antônio³¹ me contava sobre o sonho que havia tido na noite anterior e que, segundo ele, teria sido “um soco no estômago”. À medida que narrava as cenas, ria e dizia-se com medo. Entre os risos e os medos, percebo que Antônio começa a fazer algumas pausas. Termina de contar e fica em silêncio. Em se tratando de Antônio, pausas e silêncios são novos.

Deitado, cruza uma perna sobre a outra, coloca as mãos sobre a cabeça e me pergunta: “O que tudo isso tem a ver? Por que agora?”. E eu lhe pergunto: “A ver? O que foi que viste?”. Antônio responde: “Ah, essas cenas todas muito loucas, mas, assim, talvez tenha visto coisas aí”. Indago: “No sonho ou nos silêncios que fizeste enquanto contava?”. Antônio ri e diz: “Nos dois, foram me vindo à cabeça umas coisas, tipo lembranças, mas ainda não entendo por que uma coisa me levou a outra. Parece que o que lembrei não tem a ver com o sonho, tipo. E, além disso, não entendo por que lembrar dessas coisas agora. (silêncio) Me dá uma sensação estranha. **Nada a ver** com esses meus problemas atuais, tipo. Sei lá”.

A ver? Nada a ver. Essa foi, durante algum tempo da análise de Antônio, a forma como ele se relacionava com suas perguntas e pensamentos. Sempre suturando as faltas, recobrando de nomeações e certezas inúmeras situações e acontecimentos que se passavam com ele. Pausas seguidas de silêncio, estranhamento e pergunta. Movimento interessante e novo, em se tratando de Antônio.

Lembro-me de ter sido este o primeiro momento da análise de Antônio em que a pergunta pode lhe interessar mais do que a resposta. Percebo os primeiros passos de uma mudança de posição daquele que, costumeiramente, sempre que trazia alguma questão sobre si, rapidamente encontrava uma resposta. Percebo que o enigma de Antônio sobre si e sobre sua história consegue aparecer e que o empuxo para as respostas vai perdendo força, as certezas passam agora a ficar em suspenso. Esse fragmento de sessão marcou um momento de

³¹ O nome do analisando é fictício.

mudança na análise para Antônio. A partir daquele momento, o tempo da pergunta passou a ganhar mais espaço em suas narrativas.

A experiência dessa sessão jogou meus pensamentos para as questões sobre as quais venho me debruçando nesta pesquisa. Sonhar, para Freud ([1930] 2011), é conjugar, através das produções oníricas, o recalcado e o esquecido. Nesse sentido, o sonhar faz função na medida em que rerepresenta ao sujeito, mesmo que de forma enigmática, aquilo que, até então, mantinha-se distante e deslocado. Em análise, à medida que o sujeito fala de seu sonho a fim de buscar algum sentido, passa a resgatar certas narrativas e cenas até então esquecidas, o que, num primeiro momento, em muitos casos, causa uma sensação de estranheza e uma cisão com o que está se passando em sua vida naquele momento em que sonha.

Porque Antônio pode perguntar sobre o que suas memórias, narrativas, cenas, fragmentos oníricos, risos e medos têm a ver consigo e com o momento em que está falando é que podemos perceber que o que está em jogo não é uma simples busca por causa e efeito e que o sonho não está desvinculado do despertar, ambos se afetam. Não há o aspecto linear, “de flecha”, que vai de um ponto a outro, como destino. Muito antes, há um emaranhado, ou uma constelação, termo utilizado por Benjamin ([1927-1940] 2009) para falar sobre o encontro entre passado e agora, de eventos, palavras e sentimentos, que longe de serem causa-efeito, se encontram e se afetam.

Parece-me que é nesse sentido que Freud ([1930] 2011) falava sobre a repetição em *O mal-estar na cultura*. Lançou mão do conceito de repetição atrelado ao circuito pulsional para falar da cultura. Para ele, a compulsão à repetição não se dá somente a nível individual. Partindo do funcionamento do aparelho psíquico, Freud propõe pensar sobre as tendências repetitivas, violentas e traumáticas que se dão no tecido social. Nesse ponto, consideramos interessante dialogar com Benjamin. Nas suas conhecidas teses sobre o conceito de história, publicadas em *O anjo da história*, ele diz: “Articular historicamente o passado não significa reconhecê-lo ‘tal como ele foi’. Significa apoderarmo-nos de uma recordação (*Erinnerung*) quando ela surge como um clarão” (Benjamin, [1940] 2012, p. 15). E, mais adiante:

Causa e efeito nunca poderão ser categorias decisivas na estrutura da história do mundo Repito: nenhuma totalidade é causa ou efeito, nenhuma causa ou efeito são uma totalidade. Ou seja, uma totalidade pode conter em si um sistema de causa-efeito, mas nunca pode ser definida por determinação de um tal sistema. (Benjamin, [1940] 2012, p. 34).

Quando Benjamin ([1927-1940] 2009) fala sobre a perda da experiência em função da mudança trazida pela sociedade industrial, é sobre **tempo** que está falando. É a dimensão

temporal que se modifica com a transformação da cidade em função da sociedade industrial. É sobre a mudança da forma como lidamos com o tempo que Benjamin se refere quando fala sobre a perda da experiência. Na transformação que vê acontecendo na cidade, pela chegada da sociedade industrial e da mercadoria como o novo objeto de desejo, ele nos convoca a repensar sobre a forma como os reclames (propagandas) nos são apresentados.

Chama-nos atenção para pensar sobre os elementos da publicidade e sua técnica de apresentação da informação: é a maneira como é construída a propaganda, e não seu conteúdo, o problema. Por que problema? Benjamin percebe que a forma como passam a ser apresentadas as publicidades, que têm como intenção vender uma coisa ou uma ideia, funciona de modo a priorizar distração em detrimento da compreensão do conteúdo em si. De que forma uma informação distraída implica/afeta nossas ações e pensamentos?

A textualidade que se revela no aglomerado de placas e *outdoors* espalhados pela cidade faz com que Benjamin comece a pensar sobre uma espécie de ilusionismo imbricado nessa nova forma de comunicação midiática. O entrelaçamento da linguagem verbal e da linguagem visual o leva a pensar o espaço público como fantasmagórico, repleto de montagens com fins determinados. Naquele momento, entre 1927 e 1928, começa seus estudos sobre o Surrealismo e se encontra com o estudo dos sonhos. A partir daí, Benjamin começa a traçar uma relação do que se passa na cena onírica com aquilo que passava a construir seu entorno.

As imagens das propagandas e seu caráter fantasmagórico, que, segundo ele, transformava tudo em um mundo da imaginação, o fizeram buscar no sono e no sonho alguma relação. Chega a encontrar em Freud alguma correspondência, no ponto onde Freud, em *A interpretação dos sonhos*, menciona uma relação entre conteúdo manifesto e conteúdo latente. Na ocasião, Freud sustentava que o sonho estava relacionado ao desejo e que a interpretação faria com que o analisante chegasse ao conteúdo latente do que havia se manifestado no sonho. Como Benjamin não estava se dispondo a pensar sobre o sonho a partir da dimensão individual, acabou trazendo outras formas de colocar o que do sonho tinha relação com aquele novo mundo das imagens e da propaganda.

É diante da experiência onírica que a passagem do século XIX para o XX trouxe que Benjamin escreveu sobre sonho e despertar. Porém, embora Benjamin estivesse nomeando de experiência onírica aquele novo momento em que passávamos a estar submetidos pela mercadoria e cercados de imagens que nos rearranjavam em relação à atividade de pensar e à percepção do tempo, ele não propõe que a reivindicação se dê pela via da recusa ou da simples oposição. Aí temos um ponto interessante do elemento complexo do pensamento de

Benjamin. É como se ele sempre estivesse em alerta para os riscos contidos em ocupar uma posição de simples oposição.

Em vez de produzir um discurso que denuncia e recusa aquela nova forma de funcionar da sociedade moderna, ele faz uma escrita potente e crítica, que ao mesmo tempo em que sublinha os perigos do submetimento do pensamento ao mundo das imagens e do desejo fabricado, acolhe a mudança e convoca à reflexão. No nosso entendimento, o que Benjamin torna possível com esse gesto é o alerta sobre os impactos do estreitamento da dimensão temporal na compreensão da informação, ou, em suas palavras, a perda da dimensão da experiência.

Nesse sentido, ainda em *Passagens* ([1927-1940] 2009), Benjamin desenvolve uma relação interessante entre **sonho** e **despertar**. Num primeiro momento, pode passar a ideia do sonho como um estado de alienação e submetimento às imagens impostas pelo conteúdo manifesto inconsciente, e o despertar nos livraria dessa fantasmagoria alienadora e nos levaria à plena consciência. Na verdade, não é bem por aí. Lembremos da nossa discussão sobre causa-efeito, repetir e elaborar. Ora, não é encontrando a causa de seu sintoma que o analisante elabora seus traumas e passa a não mais repetir, não é? Do ponto de vista da Píscanalise, pensamos que o recobrimento da linguagem e o entendimento racionalizado sobre um sintoma não o faz desaparecer, tampouco liberta o sujeito de suas problemáticas. Essas mesmas noção e intenção parece ter Benjamin quando propõe que a relação entre sonho e despertar não se enquadra na compreensão binária de causa-efeito.

Pensar os espaços intermediários, abrir passagens e suspender as sínteses são pontos nodais das tramas discursivas atuais. Neste cenário, é de grande relevância podermos fazer com que a imagem do muro permita-nos propor outras narrativas e formas de ver, que não se restrinjam à tautologia, nem à crença; desviar daquilo que nos retorna enquanto síntese forçada. Qual seria, portanto, a relação do que vemos na imagem do muro com o contexto discursivo atual? Como já colocamos, tanto para Benjamin quanto para Didi-Huberman, o conceito de imagem não se restringe a um “simples corte praticado no mundo dos aspectos visíveis” (Didi-Huberman, 1998, p. 170), mas sim a “uma impressão de rastro” (Didi-Huberman, 1998, p. 170), um traço do tempo que representa e de tempos suplementares, anacrônicos, heterogêneos, um resto (Didi-Huberman, 1998). Portanto, sabemos que o que estamos chamando de atual traz consigo reminiscências de outros tempos.

Uma imagem, “na medida em que nos olha, nos obriga a olhá-la verdadeiramente. E nos obriga a escrever esse olhar, não para ‘transcrevê-lo’, mas para construí-lo” (Didi-Huberman, 1998, p. 172). Essa construção, fizemos ao longo dessa escrita-testemunho e,

muito embora este capítulo pudesse aparecer já no início, arriscamos subverter a ordem temporal das coisas, já que, tanto na suspensão dialética, quanto no que acreditamos ser uma das formas possíveis de desviar da linearidade dos acontecimentos, é justamente essa subversão que torna possíveis o movimento de abertura e o desvio.



Figura 16. Muro em Brasília revisitado³²

12/04/2016

Notícia: Gaúcha ZH de hoje:

“Segurança da votação do impeachment terá 3 mil policiais e muro de 1,1 km. Medidas são tomadas para evitar confronto entre manifestantes a favor e contra o afastamento da presidente Dilma Rousseff.

Para evitar uma guerra de torcidas durante a votação da admissibilidade do impeachment da presidente Dilma Rousseff, as forças de segurança do Distrito Federal (DF) estão planejando uma megaoperação para o próximo domingo. Um contingente estimado em 3 mil policiais estará a postos na Esplanada dos Ministérios, e outros 1,5 mil ficarão aquartelados, de prontidão para o caso de qualquer necessidade. A expectativa da PM é de que 300 mil pessoas acompanhem o processo em frente ao Congresso.

³² Fonte: Varela, J. (Agência Brasil). (2016, abril 19). Muro em Brasília. 1 fotografia, color. In Oliveira, T. Polarização política, reflexo de uma sociedade murada. *Carta Capital*.

Formado por chapas de contenção erguidas lado a lado, o paredão de ferro será guarnecido por cordões humanos formados por policiais, em uma zona de segurança com 70 metros de largura. Nesse espaço, agentes a cavalo e com cães de guarda irão evitar qualquer contato entre militantes de lados opostos. Manifestantes a favor do impeachment serão concentrados à direita do Congresso. Do lado oposto, os ativistas contra o afastamento.

Os grupos ficarão confinados em um espaço de 87 mil metros quadrados e a entrada só será permitida após minuciosa revista. O uso de bandeiras com haste e fogos de artifício, bem como qualquer objeto que possa causar dano ou até mesmo provocar os antagonistas está proibido. Até mesmo os pixulecos – bonecos infláveis do ex-presidente Lula vestido de presidiário – poderão ser apreendidos. Prédios públicos das redondezas, como o Itamaraty e o Palácio da Justiça, terão um esquema especial de contenção para evitar invasões.

– A polícia trabalha para prevenir e reprimir. Tudo vem sendo planejado para garantir a segurança necessária a quem estiver aqui. Essa é a prevenção. Se algum grupo invadir área proibida ou causar perturbação da ordem, passamos para o segundo eixo, que é a repressão – alerta o coronel Alexandre Sérgio Ferreira, chefe do Departamento Operacional da Polícia Militar do DF.”

7 DESPERTAR: POÉTICA DO CONCLUIR

O começo, dizia Freud, revela tudo. O problema é que a gente só sabe disso no fim, por isso não me importo muito com o primeiro tiro.

Christian Dunker

No começo foi a fotografia. O vão era o que chamava atenção, bem ali no meio. Um pouco estranho minha atenção se prender no vazio, já que, naquele tempo, os olhares e as convocações eram para os lados preenchidos por pessoas usando vermelho ou verde-amarelo, e as preocupações centravam-se em indagar: de que lado você está? Sentada agora aqui, já quase concluindo a pesquisa, olho para uns discos que ficam encostados ali na estante. Lado A, Lado B, buraco no meio. Forma circular. Lembro das bolhas que mencionei ao longo desse escrito, penso nas vozes dos músicos que ficam presas ali dentro e só ganham vida e voz quando estão na eletrola e giram. Circulam em volta do mesmo eixo para emitir sons e palavras que até então dormiam ali, achatadas.

Olho novamente para a fotografia, e essa sensação circular, também encontro ali. Estabelecer um começo não é tão simples, mas pelo menos desde o começo que estabeleci a mim mesma enquanto pesquisadora, quero dizer, do tempo cronológico do recorte que coloco em análise na pesquisa, encontro o enigma contido em 2013 como um início. Dois mil e treze, aquele ano das jornadas de junho. Breve pausa para pensar a palavra: jornadas, jornada, não havia parado para pensar na palavra. “Joguei no *Google*” e encontrei a seguinte correspondência: jornada é um trajeto que se percorre em um dia. Achei tosco, já que jornada também é sinônimo de caminhada, de percurso, caminho. Por que só um dia? Porque jornada vem de *jour*, do francês, que quer dizer dia! Jornadas de junho: está no plural justamente por isso. (kkk)

Fiquei pensando sobre isso por algum tempo, e lembrei que era mesmo de tempo que eu queria falar agora. Como não achatar o tempo que se passou pelo desfecho que tivemos – as eleições de 2018? Como não olhar para a História, agora, e se prender num curto-circuito de causa-efeito? Eis os desafios que me acompanharam desde sempre nesta pesquisa. Como olhar para a fotografia e não ser achatada pelos polos que se colocavam naquele tempo como lugares seguros? Dizer isso, ou melhor, perguntar, seria uma espécie de conclusão de pesquisa? Ou seria apenas uma pergunta simples? Mas, como pode ser possível uma conclusão que é uma pergunta? Uma dissertação pode ser lida em um dia. Como assegurar testemunho sobre essa trajetória sem que o abreviar da escrita se transponha para quem lê?

Enfim, mesmo sem me prender aos começos, mas ao espaço temporal que envolve uma jornada, tentei me colocar no vão entre-muros da fotografia. A fotografia também fez um registro do meio, do furo que assegurava distância entre lado e outro. Isso eu vi sem ver, desde o início.

Sempre na vida tinha tentado pular etapas
 Apagar o meio o entre o processo
 Como fazer para atravessar e passar pelas coisas?³³

Foi preciso uma jornada, um tempo, para validar o que vi escapando da direção de olhar que me convocavam alguns de muitos de meus interlocutores, amigos e conhecidos. Para contextualizar, era algo mais ou menos assim: “mas falar de meio e entre-lugar, neste momento, não seria isentar-se, negar o golpe ou não tomar posição frente à decisão descabida ou antidemocrática?”.

E, para seguir contextualizando, esse era bem o momento em que explodiu, nas redes sociais e nos demais meios de comunicação *online*, o termo “isentão”. Lembro-me de algumas chamadas de notícias dessa época: *Teste: você é coxinha, petralha ou isentão?*, no Clicrbs, em 2 de abril de 2016; *Muro do impeachment: o isentão da discórdia*, no site da revista Época, em 15 de abril de 2016; e, por último, *Esqueça os petistas e os tucanos, a maior vergonha de nosso tempo tem outro nome: é o isentão*, no site spotniks, em 11 de março de 2016.

Eu estava tentado dizer que algo (ha)via ali no meio, mas bastava falar de meio, espaço vazio, ou, como eu costumava dizer, de “entre polos”, que se entupia a escuta de quem recebia minha tentativa frustrada de comunicar algo além das tautologias, crenças, ou das palavras cristalizadas que tudo explicavam ou diziam. Gritar “golpe” ou “tchau, querida” já estava bem para a ocasião. Não deixei de dar meus gritos, afinal de contas, eu não me identifiquei em nada com o nome/estereótipo que me fora oferecido: isentona. Inclusive, foi exatamente naquela momento que percebi que havia uma questão a ser destrinchada nesse imbróglio: os paradoxos do político, da linguagem, as identidades e as identificações, nomeação e estereótipo.

Minha questão, novamente, encontrava-se com esse afunilamento do pensar que, para qualquer lado que eu olhasse, andasse, me deslocasse, escutasse ou falasse, estava presente. Num primeiro momento, eu poderia resumidamente dizer que o sentimento era de raiva. A

³³ Garcia (2018, p. 26).

tendência ao binário talvez estivesse ali, em seu ápice. Não era possível compreender por que as pessoas que militavam por grandes causas, que já tinham lido de tudo e mais um pouco, até mesmo os intelectuais do círculo Bom-Fim-Capital, pareciam andar de viseira, e, sem perceber, usar da mesma forma que o “outro lado” para, aos gritos e tons de voz bastante agudos, dizer como e o que o outro deveria pensar. Forma e conteúdo, até que ponto era movimentar pensamento crítico e até que ponto era convocatória para diluição em fôrmas?

Não percebem? Era sobre forma.

Era sobre qual forma tem a fôrma

Que pra te dar contorno, te dilui

Mas por que perguntar se tua forma é fôrma te incomoda?

Quando foi que perguntar tornou-se igual a afirmar?

Não te afirmo forma quando te pergunto sobre fôrma

Se pergunto, afirmo?

Se era justamente escapar de afirmar

o motivo pelo qual escolhi a via da pergunta.

Entende melhor agora?

Ou ainda te incomoda

que eu te aponte o contorno?

Ou, o que incomoda é apontar pra

diluição que te conforma?

Sem confronto, camarada

Perguntar desconforta

Eu sei

E o que dizia,

O VÃO da fotografia?

Dizia o que estava escrito na notícia, ora:

o espaço **vazio**, na verdade, estava

ocupado.

Estava reservado para os policiais **militares** garantirem a ordem

enquanto,

entre nós,

já não havia nem concordância,

nem negociação.

28/10/2018

Hoje elegemos o ex-capitão, militar da reserva, Jair Messias Bolsonaro como presidente do Brasil.

REFERÊNCIAS

- Agamben, G. (2009). O que é o contemporâneo? In *O que é o contemporâneo? e outros ensaios* (pp. 55-73). Chapecó: Argos.
- Apanhador Só. (2017). *Bandeira*. No *Meio Que Tudo É Um* [CD]. Porto Alegre: independente.
- Arendt, H. (1989) *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Arendt, H. ([1974] 2008). *Homens em tempos sombrios*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Barreto, A. A. (2015, agosto 11). Resenha: “1984” de George Orwell [Postagem de blog]. Recuperado de <http://www.andreassibarroto.org/2015/08/resenha-1984-de-george-orwell.html>
- Barrento, J. (2013). *Limiares sobre Walter Benjamin*. Florianópolis: UFSC.
- Barthes, R. (2003). *Roland Barthes por Roland Barthes*. São Paulo: Estação Liberdade.
- Barthes, R. (2009). *O óbvio e o obtuso*. Lisboa: Edições 70, LDA.
- Barthes, R. (2013). *Aula: aula inaugural da cadeira de semiologia literária do Colégio de França, pronunciada dia 7 de janeiro de 1977*. São Paulo: Cultrix.
- Benjamin, W. ([1935-1936] 1987a.) A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In *Magia e Técnica, Arte e Política* (pp. 137-165). São Paulo: Brasiliense.
- Benjamin, W. ([1936] 1987b). O narrador – Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In *Magia e Técnica, Arte e Política* (pp. 197-222). São Paulo: Brasiliense.
- Benjamin, W. ([1931] 1987c). Pequena história da fotografia. In *Magia e Técnica, Arte e Política* (pp. 91-108). São Paulo: Brasiliense.
- Benjamin, W. ([1927-1940] 2009). *Passagens*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.
- Benjamin, W. ([1940] 2012). *O anjo da história*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Benjamin, W. ([1916] 2013). Sobre a linguagem em geral e sobre a linguagem do homem. In *Escritos sobre mito e linguagem* (pp. 49-75). São Paulo: Duas Cidades; Editora 34.
- Benjamin, W. ([1938] 2017). A Paris do Segundo Império na obra de Baudelaire. In Benjamin, W. *Baudelaire e a modernidade* (pp. 9-102). Belo Horizonte: Autêntica.
- Birman, J. (2016). A leitura freudiana da política. *Psicologia Clínica*, 28(2), 55-68. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652016000200004&lng=pt&tlng=pt

- Bosco, F. (2017). *A vítima tem sempre razão?: Lutas identitárias e o novo espaço público brasileiro*. São Paulo: Todavia.
- Castro, É. G. de. (2010, junho). Romance de formação de uma ideia – O homem sem qualidades e o projeto literário-filosófico de Robert Musil. *Cadernos de Letras (UFRJ)*, 26, 90-98. Recuperado de http://www.letras.ufrj.br/anglo_germanicas/cadernos/numeros/062010/textos/cl26062010Erica.pdf
- Castro, J. C. L. de. (2011). A palavra é a morte da coisa: simbólico, gozo e pulsão de morte. *Revista Mal Estar e Subjetividade*, 11(4), 1405-1428. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482011000400005&lng=pt&tlng=pt
- Cinco anos das jornadas de 2013, um movimento pelos direitos humanos no Brasil. (2018, julho 23). *Agência social de notícias*. Recuperado de <http://agenciasn.com.br/arquivos/13599>
- Cifali, M. (2009). Ofício “impossível”? Uma piada inesgotável. *Educação em Revista*, 25(1), 149-164. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-46982009000100008>
- Costa-Moura, F. (2014). Proliferação das #hashtags: lógica da ciência, discurso e movimentos sociais contemporâneos. *Ágora*, 17, 141-158. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151614982014000300012&lng=en&nrm=iso
- Danziato, L. J. B. (2010). O drama pulsional, ético e político no sujeito da psicanálise. *Contextos Clínicos*, 3(1), 29-37. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-34822010000100004&lng=pt&tlng=pt
- Didi-Huberman, G. (1998). *O que vemos, o que nos olha*. São Paulo: Editora 34.
- Didi-Huberman, G. (2012). Quando as imagens tocam o real. *Revista Pós*, 2(4), 204-219. Recuperado de <https://www.eba.ufmg.br/revistapos/index.php/pos/article/viewFile/60/62>
- Dunker, C. I. L. (2006). Aspectos Históricos da Psicanálise Pós-Freudiana. In Jacó-Vilela, A. M., Ferreira, A. A. L., & Portugal, F. T. (Orgs.). *História da Psicologia - Rumos e Percursos* (pp. 387-412). Rio de Janeiro: Nau.
- Dunker, C. I. L. (2018). O ato cardinal entre psicanálise e democracia: Lacan e a política. *Estilos da Clínica*, 23(1), 15-32. Recuperado de <https://www.revistas.usp.br/estic/article/view/145359>
- Durkheim, E. ([1897] 1996). *O Suicídio – Um Estudo Sociológico*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Engelke, A. (2017). Pureza e poder. Os paradoxos da política identitária. *Revista Piauí*, 132, 40-45. Recuperado de <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/pureza-e-poder>

- Entrevista de Yannis Stavrakakis com Dimitra Athanassopoulou. (2018). In Hoffmann, C., & Birman, J. (Orgs.). *Psicanálise e Política: uma nova leitura do populismo*. São Paulo: Instituto Langage/Université Paris Diderot.
- Escher, M. C. (1957). *Magic mirror*. 1 fotografia, p/b. Recuperado de: <http://pt.wahooart.com/@/@/5ZKD4B-Maurits-Cornelis-Escher-m%C3%A1gico-espelho>
- Escher, M. C. (1957). *Plane Filing II*. 1 fotografia, color. Recuperado de: <http://clubes.obmep.org.br/blog/sala-de-atividades-pavimentacao-sala-2>
- Facchin, P. (2018, dezembro 3). A renovação da esperança dos frustrados. Entrevista especial com Rosana Pinheiro-Machado. *Revista IHU online*. Recuperado de <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/585114-a-renovacao-da-esperanca-dos-frustrados-entrevista-especial-com-rosana-pinheiro-machado>
- Fanon, F. ([1953] 2008). *Pele negra, máscaras brancas*. Bahia: Editora Edufba.
- Freud, S. ([1917] 1976). Conferências introdutórias sobre Psicanálise. Parte III. Teoria geral das neuroses. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud (Vol. 16)* (pp. 289-539). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. ([1937] 1980). Análise terminável e interminável. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud (Vol. 23)* (pp. 239-287). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. ([1920] 2010a). Além do princípio de prazer. In Sigmund Freud. *Obras completas (v. 14)* (pp.161-239). São Paulo: Companhia das Letras.
- Freud, S. ([1933] 2010b). Por que a guerra? In *O mal-estar na civilização e outros textos* (pp. 417-435). São Paulo: Companhia das Letras.
- Freud, S. ([1914] 2010c). Recordar, repetir e elaborar. In *Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em uma autobiografia (“o caso Schreber”), artigos sobre técnica e outros textos (1911-1913). Obras completas (v. 10)* (pp. 193-209). São Paulo: Companhia das Letras.
- Freud, S. ([1930] 2011). *O mal-estar na cultura*. Porto Alegre: L&PM.
- Freud, S. ([1925] 2012). Prefácio à Juventude Desorientada, de Aichhorn. In *Obras completas, volume 16: O eu e o id, “autobiografia” e outros textos (1923-1925)* (pp. 347-349). São Paulo: Companhia das Letras.
- Freud, S. ([1921] 2016). *Psicologia das massas e análise do eu*. Porto Alegre: L&PM.
- Fuentes, L. (2016, maio 23) O perfil da intolerância ideológica no Brasil. *Jornal da Usp*, São Paulo. Recuperado de <http://jornal.usp.br/atualidades/o-perfil-da-intoleranciaideologica-no-brasil>

- Gagnebin, J. M. (2006). *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Editora 34.
- Garcia, M. (2017). *é uma love story e é sobre um acidente*. In *Câmera lenta* (pp. 25-29). São Paulo: Companhia das Letras.
- Goldenberg, R. (2006). *Política e psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Grando, D. (2017). GMT-3. In *Spoilers* (pp. 104-107). Rio de Janeiro: Confraria do Vento.
- Gurski, R. (2008). *Juventude e paixão pelo real: problematizações sobre experiência e transmissão no laço social atual* (Tese de doutorado). Faculdade de Educação, UFRGS, Porto Alegre.
- Gurski, R. (2014). Três tópicos para pensar (a contrapelo) o mal-estar na educação. In Voltolini, R. (Org.). *Retratos do Mal-estar na educação contemporânea* (pp. 25-45). São Paulo: Escuta/Fapesp.
- Gurski, R. (no prelo). A escuta-flânerie como efeito ético-metodológico do encontro entre Psicanálise e Socioeducação.
- Gurski, R., & Pereira, M. R. (2016). A experiência e o tempo na passagem da adolescência contemporânea. *Psicologia USP*, 27(3), 429-440. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.1590/0103-656420150005>
- Gurski, R., & Strzykalski, S. (2018a). A escuta psicanalítica de adolescentes em conflito com a lei: que ética pode sustentar esta intervenção? *Tempo Psicanalítico*, 50, 72-98.
- Gurski, R., & Strzykalski, S. (2018b). A “invencionática” na pesquisa em psicanálise com adolescentes em contextos de violência e vulnerabilidade: narrando uma trajetória de pesquisa. In Brasil, K. T., Almenida, S., & Drieu, D. (Orgs.). *Proteção à Infância e à adolescência: intervenções clínicas, educativas e socioculturais*. Brasília: Cátedra Unesco da Juventude, Educação e Sociedade.
- Iribarry, I. N. (2003). O que é pesquisa psicanalítica? *Ágora*, 6 (1), 115-138.
- Kafka, F. (2011). Pequena fábula. In *Essencial Franz Kafka* (pp. 167-172). São Paulo: Companhia das Letras.
- Kehl, M. R. (2004). Televisão e violência do imaginário. In Bucci, E., & Kehl, M. R. *Videologias – ensaios sobre a televisão* (pp. 87-106). São Paulo: Boitempo.
- Kyrillos Neto, F., & Campos, P. A. C. (2015). O “Caso Amílcar Lobo”: notas sobre o alcance da psicanálise no campo social. *Tempo psicanalítico*, 47(1), 22-42. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382015000100003&lng=pt&tlng=pt
- Lacan, J. ([1969-1970] 1992). *O Seminário 17 - o avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

- Lacan, J. ([1953] 1998a). Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In *Escritos* (pp. 238-324). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. ([1945]1998b). O tempo lógico e a asserção da certeza antecipada. In *Escritos* (pp. 197-213) Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. ([1949] 1998c). O estádio do espelho como formador da função do eu. In *Escritos* (pp. 96-103). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. ([1962] 2003). *O Seminário, Livro 9: A identificação*. Recife: Centro de Estudos Freudianos do Recife.
- Lacan, J. ([1962-1963] 2005). O Simbólico, o Imaginário e o Real. In *Nomes-do-Pai*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. ([1959-1960] 2008a). *O Seminário, livro 7: a ética da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. ([1964] 2008b). *Seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. ([1966-1967] 2008c). *O Seminário, livro 14: A Lógica do Fantasma*. Inédito. Publicação para circulação interna do Centro de Estudos Freudianos de Recife.
- Laclau, E. (2005). *On populist Reason*. Verso: London.
- Laclau, E. (2011). *Emancipação e Diferença*. Rio de Janeiro: EDUERJ.
- Laclau, E., & Mouffe, C. (2004). *Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- Mendonça, D. de. (2010). Teorizando o agonismo: crítica a um modelo incompleto. *Sociedade e Estado*, 25(3), 479-497. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922010000300004>
- Missac, P. (1998). *Passagem de Walter Benjamin*. São Paulo: Iluminuras.
- Montt, A. [Sem título]. (2009). 1 cartoon, color. Recuperado de <http://www.dosisdiarias.com/2009/11/2009-11-30.html>
- Musil, R. (1989). *O homem sem qualidades*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Nunes, J. (2017, agosto 29). Como escreve Christian Ingo Lenz Dunker [Postagem de blog]. Recuperado de <https://comoeuescrevo.com/christian-ingo-lenz-dunker/>
- Oliveira, M. T. de., Winograd, M., & Fortes, I. (2016). A pulsão de morte contra a pulsão de morte: a negatividade necessária. *Psicologia Clínica*, 28(2), 69-88. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652016000200005&lng=pt&tlng=pt

- Ortellado, Pablo. (2017, outubro 17), Esquerda e direita fazem defesa seletiva da liberdade de expressão. *Folha de São Paulo*. Recuperado de <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/pablo-ortellado/2017/10/1927691-esquerda-e-direitafazem-defesa-seletiva-da-liberdade-de-expressao.shtml>
- Orwell, G. (2009). *1984*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Perrone, C. (2010). Walter Benjamin e Sigmund Freud: a psicanálise do despertar [Postagem de blog]. Recuperado de <https://walterbenjamin cinema.wordpress.com/2010/11/13/walter-benjamin-sigmund-freud-a-psicanalise-do-despertar-de-claudia-maria-perrone>
- Perrone-Moisés, L. (2013). Lição de casa. In Barthes, R. *Aula: aula inaugural da cadeira de semiologia literária do Colégio de França, pronunciada dia 7 de janeiro de 1977* (pp. 53-107). São Paulo: Cultrix.
- Pimentel, F. G. (2010, janeiro 1). Pós-Estruturalismo e Lacan: uma provocação sobre a geometria do inconsciente. *Correio APPOA*, 49-55.
- Pinheiro-Machado, R. (2018, dezembro 4). França está reeditando os protestos de 2013 no Brasil. *The Intercept Brasil*. Recuperado de <https://theintercept.com/2018/12/03/franca-protestos-2013-brasil/>
- Pires, G. E. (2014). Experiência e linguagem em Walter Benjamin. *Educação e Pesquisa*, 40(3), 813-828. Recuperado de <http://www.revistas.usp.br/ep/article/view/86277>
- Polarização política, reflexo de uma sociedade murada. (2016, abril 19). *Carta Capital*. Recuperado de <https://www.cartacapital.com.br/politica/polarizacao-politica-reflexo-de-uma-sociedade-murada>
- Poli, M. C. (2012). *Leituras da clínica, escrita da cultura*. Campinas: Mercado de Letras.
- Ravanello, T., Dunker, C. I. L., & Beividas, W. (2018). Para uma Concepção Discursiva dos Afetos: Lacan e a Semiótica Tensiva. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(1), 172-185. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.1590/1982-37030004312016>
- Reich W. (1974). *Psicologia de massas do fascismo*. Porto: Escorpião.
- Reino, L. M. G., & Endo, P. C. (2011). Três versões do narcisismo das pequenas diferenças em Freud. *Trivium*, 3(2), 16-27. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-48912011000200004
- Ribeiro, D. (2016, fevereiro 2). Feminismo negro e filosofia. Mulheres na política [Arquivo de vídeo]. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=u56gUXbdH2Q>
- Ribeiro, D. (2017). *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento: Justificando.
- Safatle, V. (2013). *A esquerda que não teme dizer seu nome*. São Paulo: Três estrelas.

- Safatle, V. (2015). *O circuito dos afetos*. São Paulo: Cosac Naify.
- Safatle, V. (2017). *Só mais um esforço*. São Paulo: Três estrelas.
- Santos, J. V., & Machado, R. (2018, junho 1). Entre a falsidade da polarização política e a imobilização identitária. A encruzilhada da reinvenção política [Postagem de blog]. *Revista IHU online*. Recuperado de: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/579443-entre-a-falsidade-da-polarizacao-politica-e-a-imobilizacao-identitaria-a-encruzilhada-da-reinvencao-politica>
- Seligmann-Silva, M. (2016). A teoria da fotografia em Walter Benjamin na era da síntese técnica de imagens. *Cadernos Walter Benjamin*, 17, 12-36. Recuperado de http://gewebe.com.br/cadernos_vol17.htm
- Simoni, A. C. R., & Rickes, S. M. (2008). Do (des)encontro como método. *Currículo sem fronteiras*, 8(2), 97-113. Recuperado de <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol8iss2articles/simoni-rickes.pdf>
- Souza, M. P. A. de. (2016). *Modulações militantes por uma vida não fascista* (Tese de Doutorado), Instituto de Psicologia, UERJ, Rio de Janeiro.
- Starobinski, J. (2011). É possível definir o ensaio? *Remate de males*, v. 31(1-2), 13-24. Recuperado de <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/view/8636219/3928>
- Tossin, C. (2009). *Brasília by foot / Brasília a pé*. 1 fotografia, color. Recuperado de <http://kellyklaasmeyer.com/relentless-sun-the-images-of-clarissa-tossin-may-2013/>
- Varella, J. (Agência Brasil). (2016, abril 19). Muro em Brasília. 1 fotografia, color. In Oliveira, T. Polarização política, reflexo de uma sociedade murada. *Carta Capital*. Recuperado de <https://www.cartacapital.com.br/politica/polarizacao-politica-reflexo-de-uma-sociedade-murada>
- Weinmann, A. de O. (2018, agosto 31). Jornadas de junho: decifra-me ou te devoro [Postagem de blog]. Recuperado de <https://psicanalisedemocracia.com.br/2018/08/jornadas-de-junho-decifra-me-ou-te-devoro-amadeu-de-oliveira-weinmann/>
- Zana, O. R. A de, & Perelson, S. Problemática identitária e reconhecimento da alteridade: do encontro com o outro indivíduo ao confronto com o estranho. *Clínica & Cultura*, 2(1), 44-57. Recuperado de <http://www.seer.ufs.br/index.php/clinicaecultura/article/view/1018>